

UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

MESTRADO EM GESTÃO DE EMPRESAS

ESPECIALIDADE EM PLANEAMENTO E ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

**“VALORAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIAIS: INCORPORAÇÃO DA METODOLOGIA SROI
PARA MENSURAÇÃO DO RETORNO SOCIAL DO PROJETO MÃOS DE ARTE II EM
ARACATI”**

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Empresas,
especialidade em Planeamento e Estratégia Empresarial

Autor: Djane de Souza Lima Gonçalves

Orientador: Professor Doutor Georg Dutschke

Fevereiro de 2016

Lisboa

Dedico esta dissertação

Ao meu grande companheiro, amigo, esposo e amor Tiago Estevam, a quem tudo compartilho na vida. Que diariamente me presenteia com seu apoio pleno, compreensão, suporte e motivação para minha carreira profissional.

À minha maravilhosa mãe, a quem tudo devo, mulher guerreira, exemplo de mulher que dedicou tudo a minha educação. Obrigada pelo seu amor incondicional.

Agradecimentos

Agradeço

Ao meu orientador Professor Dr. Georg Dutschke, pelo conhecimento transmitido, compreensão e orientação. Obrigada por você ter me permitido dividir todas as dificuldades do decorrer da construção da dissertação e ter me conduzido com tanta sabedoria.

Aos meus irmãos, pela ajuda sempre pronta, amizade e companheirismo.

Aos meus amigos Francisco Holanda e Aquiles Caetano, por compartilhar as conquistas e os sabores no mundo do conhecimento.

Resumo

O projeto Mãos de Artes II foi implementado em 2015 pelo Centro de Arte e Cultura Canoa Mulher em Aracati – Ceará – Brasil, no qual teve a finalidade de capacitar cidadãos aracatienses através de oficinas de serigrafia e de corte e costura. Este Centro desenvolveu um trabalho que obteve resultados favoráveis através deste projeto, modificando com isto as perspectivas financeiras dos participantes de baixa renda. A pretensão desta investigação foi incorporar a metodologia do Retorno Social do Investimento –SROI a fim de medir os impactos sociais provenientes da implementação, no caso específico do projeto Mãos de Arte II. Como também, dar uma visão geral da literatura de mensuração do impacto social e do terceiro setor.

Palavras Chave:

Investimento, Valor social, Impacto, Mensuração, SROI.

Abstract

The Mãos de Artes II project was implemented in 2015 by the Canoa Mulher Art and Culture Center in Aracati – Ceará – Brazil, in which it had the purpose of training aracatienses citizens through workshops of serigraphy and of cut and sew. This Center has developed a great work that has achieved many fruits through this project, modifying with this the financial perspectives of those of low income. The intention of this investigation was to incorporate the methodology of the Social Return of Investment – SROI in order to measure the social impacts resulting from the implementation, in the specific case of the Mãos de Arte II project. As well as giving an overview of the social impact and third sector measurement literature.

Keywords:

Investment, Social value, Impact, Measurement, SROI.

ÍNDICE

Introdução	10
Capítulo 1	12
1. Revisão de Literatura	12
1.1. Contextualização dos Valores: Econômico, Social e Socioeconômico para Metodologia SROI	12
1.2. A Relevância dos Stakeholders para a Metodologia SROI	14
1.3. Cenário do Impacto Social	15
1.4. As Várias Faces de Valoração do Retorno Social	20
1.4.1. Abordagens de Custos Integrados	20
1.4.1.1. <i>Análise Custo-Efetividade e Análise Custo-Benefício</i>	20
1.4.1.2. <i>Método Robin Hood</i>	21
1.4.1.3. <i>Metodologia BACO</i>	22
1.4.1.4. <i>O Expected Return</i>	23
1.4.1.5. <i>O Cost per Impact</i>	24
1.4.1.6. <i>O Bubble Chart</i>	24
1.4.1.7. <i>Limitações das metodologias baseadas em Custos Integrados</i>	25
1.4.2. Program Related Investment - PRIs	27
1.4.2.1. <i>David e Lucile Packard Foundation</i>	27
1.4.2.2. <i>A. F. B Heron Foundation</i>	28
1.4.2.3. <i>The Annie E. Casey Foundation</i>	29
1.4.2.4. <i>John D. e Catherine T. MacArthur Foundation</i>	29
1.4.2.5. <i>KL Felicitas Foundation</i>	30
1.4.3. Ferramentas baseadas na Teoria da mudança	32
1.4.3.1. <i>Impact Reporting and Investment Standards – IRIS</i>	32
1.4.3.2. <i>Global Impact Investing Rating System – GIIRS</i>	32
1.4.3.3. <i>O SROI do REDF</i>	32
1.4.3.4. <i>O SROI da Social Value UK</i>	35
1.5. Compreendendo o Terceiro Setor	42

Capítulo 2	60
2. Modelo Teórico	60
2.1. Escopo da Análise	61
2.2. Apresentação do Estudo de Caso - O projeto Mãos de Artes II.....	62
2.2.1. Abrindo parênteses para os Aspectos socioeconômicos da cidade de Aracati-Ceará – Brasil	64
Capítulo 3	66
3. Metodologia	66
3.1. Perfil da pesquisa	66
3.2. O questionário e sua importância para a aferição do SROI	68
3.3. Definição da População e Amostra	69
3.4. Método de Recolha de dados e Instrumentos	69
3.5. Análise estatística.....	71
Capítulo 4	79
4. Resultados – SROI Aplicado ao Estudo de Caso	79
4.1 Preenchimento do Mapa de Impactos	79
Capítulo 5	90
5. Conclusão	90
5.1 Contribuições	92
5.2 Limitações	93
5.3 Sugestões para Futura Investigação	93
Referências bibliográficas	94
Anexo 1 – Mapa de Impacto	100
Anexo 2 - Questionário	101

Lista de Figuras

Figura 1- As três dimensões que constituem a óptica de criação de valor do REDF	12
Figura 2- Cadeia de Valor do Impacto (em inglês, <i>Impact Value Chain</i>).....	18
Figura 3- Representação do Bubble Chart.	25
Figura 4- O Processo de Investimento para o <i>PRIs</i> à KL Felicitas Foundation.....	31
Figura 5- Os primeiros três estágios da abordagem sobre o valor de medição: o valo que a empresa com finalidade social cria e “retorna” a comunidade	33
Figura 6- Tríade dos Setores	43
Figura 7- Mapa com a distribuição Percentual de Fundações privadas e associações sem fins lucrativos (Fasfil) por Regiões Brasileiras	48
Figura 8- Esquema da relação entre Inputs, Outputs e Outcomes do projeto Mãos de Arte II	60
Figura 9- Fotos de produtos feitos pelos participantes do projeto Mãos de Arte II	63

Lista de Gráficos

Gráfico 1- Tipos de Investimentos feitos pela Fundação David e Lucile Packard	28
Gráfico 2- Percentual de fundações privadas e associações sem fins lucrativos (Fasfil) voltadas à Religião no Brasil.....	45
Gráfico 3- Percentual de Associações patronais e profissionais no Brasil.....	45
Gráfico 4- Percentual de fundações privadas e associações sem fins lucrativos (Fasfil) voltadas ao desenvolvimento e a defesa de direitos no Brasil	46
Gráfico 5- Percentual de fundações privadas e associações sem fins lucrativos (Fasfil) voltadas à saúde, educação, pesquisa e assistência social no Brasil	47
Gráfico 6- Histograma das respostas para o Auxílio do Governo.....	73
Gráfico 7- Histograma das respostas para Capacitação	75
Gráfico 8- Histograma das respostas para Motivação	75
Gráfico 9- Gráfico dos Outcomes relacionados à empregabilidade e ao rendimento	76
Gráfico 10- Gráfico dos Outcomes relacionados à melhoria financeira, autoestima, qualidade de vida e expectativa para o futuro	77

Lista de Quadros e Tabelas

Quadros

Quadro 1. Metodologia Cost per Impact.....	24
Quadro 2. Primeira etapa para o preenchimento do mapa de impacto	79
Quadro 3. Segunda etapa para o preenchimento do mapa de impacto	81
Quadro 4. Terceira etapa para o preenchimento do mapa de impacto	85
Quadro 5. Quarta etapa para o preenchimento do mapa de impacto	88

Tabelas

Tabela 1- Detalhamento das limitações de cada metodologia baseadas em Custos Integrados	26
Tabela 2- Checklist para a Análise SROI	40
Tabela 3- Estatística dos Itens	72
Tabela 4- Análise da Empregabilidade e Rendimento	74
Tabela 5- Dados dos Inputs.....	74
Tabela 6- Dados Informativos.....	78

Introdução

Na perspectiva de produzir um panorama de melhorias que aumentem o valor das iniciativas, projetos ou programas sociais para pessoas que buscam auxiliar aqueles que possuem menor rendimento, foram criadas e desenvolvidas diversas ferramentas ou modelos de mensuração do impacto social. Alguns pesquisadores, como por exemplo, Jed Emerson, perceberam que os doadores sociais ou investidores sociais necessitavam do conhecimento: onde um investimento levaria a um maior impacto social.

Das ferramentas elaboradas para os cálculos de impactos sociais, se destaca a metodologia do Retorno Social do Investimento – SROI, que oferece a possibilidade de as organizações sem fins lucrativos demonstrar melhor o valor social que estão criando, ou seja, provar de forma numérica seu impacto social. Fato que auxilia na captação de recursos, principalmente diante de um ambiente de crise econômica e de bastante competitividade.

A despeito de alguns estudiosos aprimorarem estas ferramentas de medição, existem alguns desafios e limitações significativas que devem ser reconhecidos, Tuan (2008) cita alguns: a falta de medidas comuns, dados de qualidade e o custo de medição. Segundo a autora uma das causas dessas limitações é o fato de que há uma tentativa de desenvolver medidas objetivas, baseadas em julgamentos de valor subjetivos. Ou melhor, para o mesmo resultado pode se esperar inconsistência em relação ao seu valor, uma vez que diferentes pessoas o valorizam com características distintivas.

Contudo, as organizações sem fins lucrativos e donatários utilizam as ferramentas mais completas, as que melhor se adequa a realidade organizacional ou ao projeto social trabalhado. E existem diversas empresas especializadas para prestar serviços de apoio, de contabilidade, de medição e de maximização de valor social, como por exemplo, Social Value UK antiga The SROI Network que utiliza a metodologia SROI.

Neste sentido, esta pesquisa buscou incorporar a metodologia do Retorno Social do Investimento - SROI na forma avaliativa, a fim de medir os impactos sociais provenientes da implementação do projeto Mãos de Arte II. Ou seja, identificar o valor da causa social ou benefício gerado à sociedade através da prestação de serviços gratuitos.

Como também, dar uma visão geral da literatura de mensuração do impacto social, do terceiro setor, do desenvolvimento das várias abordagens e das metodologias de aferição do valor intrínseco do impacto/retorno do investimento em projetos ou iniciativas sociais.

No que concerne os elementos que compõem esta dissertação, ela inicia-se com a uma revisão de literatura - capítulo1, no intuito de adentrar o universo das ferramentas de valoração

de impactos sociais, inclusive o SROI – histórico, finalidade, princípios e limitações, como também descrever o terceiro setor. O capítulo 1 foi dividido em subcapítulos: em 1.1, contextualização dos valores: econômico, social e socioeconômico para metodologia SROI, explana-se as dimensões dos valores e sua importância para a metodologia em questão.

Em 1.2, a relevância dos stakeholders para a metodologia SROI, desenvolve-se o entendimento e a particularidade da importância do envolvimento dos stakeholders para a metodologia. Para o 1.3, cenário do impacto social, explica-se o conceito e as teorias de impacto social. Já no 1.4, as várias faces de valoração do retorno social, pontua-se todas as ferramentas de medição e avaliação de impactos bem como suas fundações geradoras.

No que tange o 1.5, compreendendo o terceiro setor, busca-se conceituar e abordar as características do terceiro setor no âmbito brasileiro e mundial. No capítulo 2, a pesquisa se envereda para modelo teórico, distribuído em subcapítulos: 2.1, escopo da análise – apresentação das interrogativas necessárias para a investigação. 2.2, apresentação do estudo de caso – demonstra-se o projeto Mãos de Arte II, abrindo parênteses para apresentar a cidade de Aracati. Para o capítulo 3- metodologia, busca-se detalhar e subdividir de forma minuciosa os desdobramentos da pesquisa.

E no que concerne o capítulo 4 – Resultados, este demonstra todos os cálculos e todas variáveis utilizadas para se obter os índices para o preenchimento do mapa de impacto, apresentando assim o resultado das análises de cada etapa da metodologia. Na conclusão, compara-se os resultados definindo as principais conclusões da pesquisa. Como também está abordado as contribuições desta pesquisa as limitações e algumas sugestões para futura investigação.

1. REVISÃO DE LITERATURA

1.1. Contextualização dos Valores: Econômico, Social e Socioeconômico para Metodologia SROI

A proposta de uma ferramenta como o SROI – Retorno Social do Investimento do REDF - Roberts Enterprise Development Fund para evidenciar o valor social, ambiental e econômico gerado para a sociedade pelas empresas sociais apoiadas pelo fundo, foi consequência das análises de custo-benefício pelo norte-americano Jed Emerson. Onde o intuito era demonstrar que para além do valor econômico, estas empresas também criavam valores sociais e ambientais (Roux, 2010).

Para Porter, 2011 (como citado em Nascimento, 2013), a existência de uma interdependência entre as empresas e a sociedade origina o que definido como “*shared value*”, este conceito fundamenta-se na premissa que tanto os resultados obtidos em valores econômicos como em valores sociais deverão ser referidos usando princípios de valor. Ou melhor, o conceito de “*shared value*” origina-se por políticas e estratégias que fomentam, simultaneamente, a competitividade de uma empresa e a melhora das condições econômicas e sociais das comunidades onde a empresa opera.

Nas análises de Nicholls, Lawlor, Neitzert e Goodspeed (2009), averíguam-se que geralmente o valor que é contabilizado pelo meio produtivo é o valor financeiro, porém no funcionamento deste meio há criação e destruição de valor com significância maior do que das unidades monetárias. Fator que reflete na deficiência dos parâmetros utilizados nas decisões, onde algo ífero na posição do valor pode assumir uma maior importância.

Segundo Emerson, Wachowicz e Chun (2000), para os empreendedores sociais que operam nas empresas com finalidade social, há um processo contínuo de criação de valor que ocorre simultaneamente em três maneiras, variando do valor puramente econômico, para o valor socioeconômico e para o valor o social puro. O SROI tenta medir o valor socioeconômico.

Figura 1. As três dimensões que constituem a óptica de criação de valor do REDF.



Fonte: REDF, 2000.

Neste contexto, estes autores distinguem cada um dos valores, suas peculiaridades e composição. O valor econômico é gerado na utilização de um recurso ou um conjunto de fatores

de produção que forneçam um maior retorno financeiro, através de um produto ou serviço final que tenha valor no mercado maior no próximo nível da cadeia de valor. A maioria das atividades das empresas com fins lucrativos são exemplos de criação de valor econômico.

Foram construídas e aprimoradas diversas formas de mensuração do valor econômico de uma empresa, resultando em numerosos modelos, técnicas e indicadores econométricos incluindo o retorno do investimento, rácios dívida/igualdade, preços/salários, taxas de rentabilidade, indicadores de produtividade dentre outros. Que são intensamente utilizadas nas avaliações de investimento.

Na continuidade, o valor social, para Emerson et al. (2000), é criado quando recursos, insumos, processos e programas de ação são conciliados para beneficiar os indivíduos ou a sociedade como um todo. Este valor justifica a missão, a razão de existir das empresas sociais sem fins lucrativos. No entanto, em virtude de a característica peculiar da missão ser formada pelo valor humano intrínseco, algo muito difícil de quantificar, a dificuldade dessas entidades está em medir o real valor social gerado.

No valor social alguns coeficientes estão para além da capacidade dos instrumentos de medida, ainda que, eles tenham um valor e importância irrefutável. Como por exemplo, o valor social das artes culturais, do esforço pela valorização do trabalho, do prazer de disfrutar de um passeio nos parques, dentre outros.

Alguns autores classificam-no como “ resultado soft”, por expressar a ideia de o valor social ser difícil de quantificar e medir. Na verdade, ele tem uma dimensão claramente imaterial, uma vez que lida com as mudanças na vida das pessoas (Mulgan, 2010, como citado em Correia, 2014).

Em relação ao valor socioeconômico os autores indagam que é baseado no fundamento da criação de valor econômico, pela tentativa de quantificar e incorporar certos elementos do valor social. Uma empresa social gera valor socioeconômico fazendo uso de recursos, insumos e/ou processos em produtos vendáveis (atividade econômica); e pela criação de receitas ou pela diminuição de custos para o domínio público ou ambiente no qual a entidade faz parte (atividade social). Deste modo, a empresa social pode deter uma atividade econômica devido ao resultado de sua causa social.

A receita produzida na ação social refere-se a novas receitas para o governo. Por exemplo, a motivação social da REDF é capacitar pessoas carentes para um ofício, à vista disso, quando uma é empregada, esta é sujeita ao imposto de renda, podendo aumentar a arrecadação do governo. Por outro ângulo, a redução de pessoas carentes na cidade pode atenuar os custos do governo.

1.2. A Relevância dos Stakeholders para a Metodologia SROI.

Outro ponto de vista do SROI é que o valor social está relacionado aos fatores de longo prazo, incluindo a ideia de medir a partir da perspectiva das diferentes partes interessadas, utilizando para o efeito um “processo participativo”, a fim de identificar as necessidades e interesses dos stakeholders (Vanclay, 2003).

No que tange aos stakeholders de um projeto ou programa de ação, estes englobam indivíduos, grupos, comunidades, instituições privadas, instituições sociais, governo local ou nacional e ainda outros grupos do setor público com interesse político nos resultados relacionados a outros stakeholders (SIS, 2016).

Isso inclui os usuários do serviço ou receptores, como também pode inserir suas famílias ou amigos, as comunidades em que vivem e a sociedade em geral. Pode ser incluído financiadores, investidores e comissários de serviços, bem como os stakeholders mais indiretos. Em alguns casos, o meio pode ser considerado como sendo um dos stakeholders de algumas atividades.

Qualquer entidade ou grupo que seja afetado ou afete o projeto ou programa de ação também se incorpora como stakeholders, ou melhor, quer seja o grupo alvo do projeto/programa ou alguma comunidade a vários quilômetros de distância, que a longo prazo tem a possibilidades de ser atingida por consequências positivas ou negativas da ação. Todos devem ser considerados (SIS, 2016).

Nas abordagens do SIS está contida a relevância do envolvimento do stakeholders nos métodos de medição do impacto social, para a uma efetiva compreensão dos resultados experimentados por estas partes. Devido a necessidade do entendimento das relações entre diferentes stakeholders. Por esta razão é fundamental nas metodologias de avaliação incluírem os stakeholders.

Por exemplo, embora haja uma avaliação de impacto social com o intuito de promover o financiador de um projeto social, e apesar do financiador fazer parte dos stakeholders, é improvável que aquele que custeou o projeto experimente de uma significativa mudança direta em função do que ele financiou. No entanto, o interesse por parte do financiador de compreender os resultados experimentados pelos os usuários dos serviços do projeto, é plausível. E assim a avaliação que incide sobre esse grupo de participantes será de valor para todos.

Para Carvalho (2012), a metodologia SROI tem atraído muita atenção comparada às demais metodologias de investigação social, principalmente, porque envolve os stakeholders

na definição de seus resultados importantes, monetiza os impactos sociais e da relação final transmite uma mensagem do valor criado para os financiadores que buscam maximizar o impacto social de seus investimentos.

1.3. Cenário do Impacto Social

Na abordagem de Fregonesi, Araújo, Neto e Andere (2005), com o aprimoramento da metodologia do SROI - retorno social do investimento, a REDF tinha o intuito de identificar contribuições em receitas e reduções de custos das entidades com fins sociais, que fossem diretos e demonstráveis. E ainda mensurar o impacto social gerado por tal entidade.

Estes autores descrevem o SROI com base na determinação de seis indicadores: valor econômico do negócio, valor econômico da causa social, valor da entidade (negócio com causa social), índice de retorno do negócio, índice de retorno da causa social e índice de retorno da entidade. Os indicadores de negócio reportam-se à atividade econômica ora citada e os indicadores de causa social à atividade social.

Logo, a metodologia do retorno social sobre o investimento também é uma avaliação econômica de instituições ou entidades sociais sem fins lucrativos, ou seja, é uma maneira de avaliar o desempenho, em termos de resultados, impactos gerados à sociedade, das organizações do terceiro setor. Em outra perspectiva, o propósito do SROI é “utilizar recursos para atingir o maior impacto possível no alcance de objetivos. Quanto mais se conseguir com os mesmos recursos, maior será o SROI” (Brest & Harvey, 2008 como citado em Basto, 2015).

Consoante a propositura de Muhamed Yunnus, prêmio Nobel da Paz e fundador do Grammen Bank, os negócios sociais devem gerar impacto para a população de baixa renda e excedentes financeiros (dividendos) reinvestidos na organização, sem possibilidade de distribuição de lucros para os sócios (Brandão, Cruz, & Arida 2014).

Ainda Brandão et al. (2014), abordam a relevância de estruturar mecanismos capazes de expressar o impacto social gerado. E, gerenciar a capacidade de um negócio para criar impacto social é um aspecto determinante para a composição de sua identidade. Além do que, os negócios sociais incorporam uma terceira dimensão que exige tento e declaração de resultados: impacto.

Em análise, o impacto social pode ser entendido, mediante quaisquer consequências ao indivíduo ou a população proveniente de uma ação pública ou privada que alterem o modo de vida, isto é, na forma de trabalhar, no convívio ou mudança do comportamento em sociedade. Os impactos culturais são incluídos como valores, normas e crenças (The Interorganizational

Committee on Guidelines and Principles for Social Impact Assessment, 1994 como citado em Silva, 2012).

Em continuidade, o impacto também é retratado como um efeito extensivo ou de longo prazo dos outputs, resultados e atividades de um projeto ou organização. É capaz de ser positivo ou negativo e seus efeitos podem alcançar pessoas que não sejam usuários diretos do projeto, como por exemplo o governo, se for um dos componentes dos stakeholders do modelo (Lumley, Benedict & Pike, 2011).

Para Cunha, Ferreira, Araújo e Gomes (2011), o conceito de impacto social pode ser amplamente definido como uma combinação de múltiplos fatores ambientais, socioeconômicos e científicos que são muitas vezes deixados de fora dos mecanismos tradicionais de avaliação de pesquisas e desenvolvimento.

Segundo a associação SIS – *Social Impact Scotland* não há uma definição ou conceito do termo, mas ao falar de medição de impacto social, fala-se da compreensão dos efeitos sobre várias pessoas dos resultados de uma ação, atividade, projeto, programa ou política.

O impacto de uma ação ou atividade pode ter os seguintes aspectos: positivo ou negativo, intencional ou não, direto ou indireto, com o efeito imediato, mas também pode ter um efeito mais abrangente sobre as pessoas, organizações, instituições e entidades que não estejam envolvidas diretamente. E muitas vezes não sabem que estão sendo afetados em tudo, podendo o impacto da ação ser muito importante para eles (SIS, 2016)

O SROI baseia-se na premissa de que os impactos sociais sejam gerados de acordo com a seguinte cadeia de criação de impactos. Assim sendo, os conceitos que fundamentam a lógica desta cadeia de criação de impacto são os seguintes (Roux, 2010):

1. *Insumos ou Inputs*: representam os recursos necessários para existência da produção ou atividade. Podem ser recursos monetários, humanos, locais, etc.
2. *Atividades*: compreendem todas as etapas que as pessoas envolvidas na elaboração e entrega dos programas sociais realizam, desde relatórios até visitas de campo;
3. *Resultados ou Outputs*: são os serviços ou bens disponibilizados para o público-alvo, identificam quanto trabalho foi realizado ou quantas unidades de serviço foram oferecidas;
4. *Mudanças ou Outcomes*: produzidas no decorrer ou após a implantação de um serviço social. Como por exemplo, o número de pessoas formadas empregada após um determinado curso de capacitação;

5. *Impactos*: são os efeitos e as transformações ocorridas com o indivíduo ou sociedade atendida pelos produtos ou serviços sociais. Na explicação de Nicholls (2009), após a constatação das mudanças efetivas produzidas na organização e a apuração de tudo que não foi realizado, tem-se o conceito de impactos. Então, na aplicação da análise SROI, a organização considera apenas como impacto aquilo que foi criado por ela. A seleção das mudanças efetivas é feita a partir de quatros conceitos essenciais:
- I. *Deslocamento ou Displacement*: expressa o estudo do percentual de mudanças que influenciaram outras mudanças.
 - II. *Peso-morto ou Deadweight*: analisa se a mudança aconteceria mesmo que a atividade não tivesse sido colocada em prática ou inacabada.
 - III. *Atribuição ou Attribution*: é o percentual de mudanças que não é atribuível à gestão da organização em causa.
 - IV. *Defasagem ou Drop off*: é a deterioração de uma mudança no decorrer do tempo. Pode ocorrer com aquelas mudanças que duram mais de um ano.
6. *Ajuste dos objetivos ou Goal alignment*: consiste em ajustar ou modificar os objetivos para alcançar os impactos pretendidos. Neste caso, é necessário analisar os objetivos do projeto ou programa social e as medidas posteriores, antes de apurar valores e calcular impacto/retorno social.

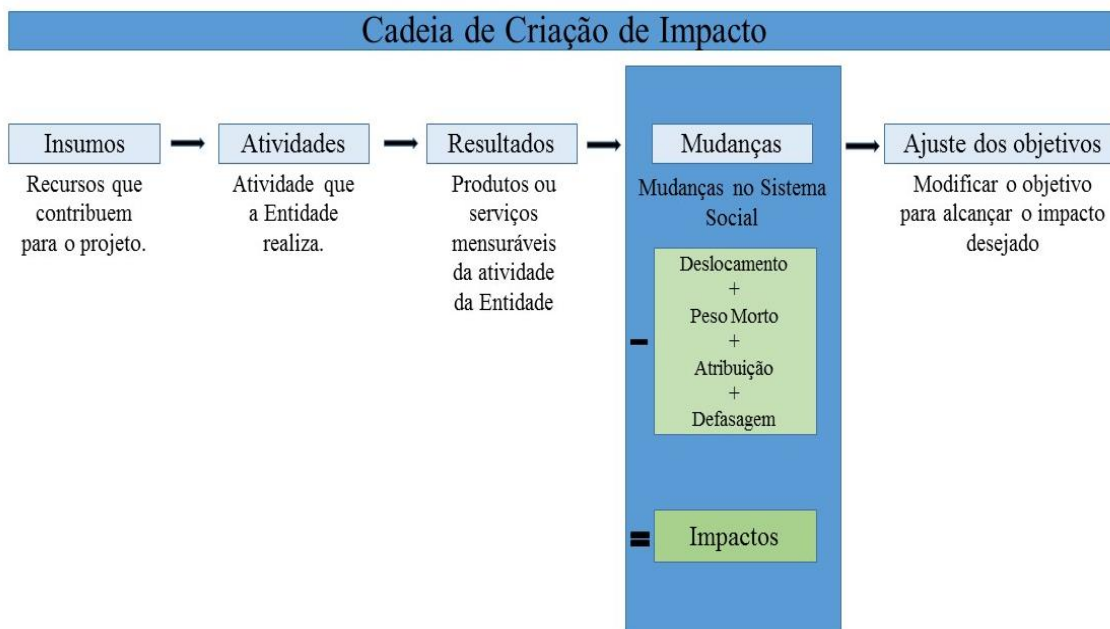
Para esta finalidade, incorpora-se a Teoria de mudança, onde Nascimento (2013) a apresenta como um mapa de indicações para os seguintes passos: 1 - Identificação dos objetivos de longo prazo; 2 - Análise avaliativa, restabelecendo as condições à realização dos objetivos; 3 – Identificação das mudanças necessárias; 4 – Apuração dos resultados para desenvolver os indicadores de performance da mudança; 5 – Registrar os resultados.

A Teoria de mudança para Best e Harji (2013) é uma abordagem metodológica incluída no campo da avaliação e do planejamento de investimentos da cooperação internacional e que adentra atualmente, o setor social. Seu propósito é uma articulação entre o contexto no qual a iniciativa social está inserida e, os resultados de longo prazo ou impactos, os desdobramentos geradores das mudanças, os princípios que deverão ser cumpridos ao longo do ciclo do projeto ou programa e a síntese figurativa que represente a tese de mudança.

Conforme estes autores, as teses de mudança conciliam-se com a “cadeia de valor” de um programa ou negócio social, sendo este conceito contribuinte dos modelos lógicos ou da teoria de mudanças lineares. A figura 2 representa um modelo dessa cadeia que segue a

premissa: Se os recursos estiverem disponíveis, então um conjunto de atividades podem ser realizadas. Se as atividades forem apropriadamente administradas, então serão gerados produtos (outputs).

Figura 2. Cadeia de Valor do Impacto (em inglês, *Impact Value Chain*).



Fonte: Adaptação de Roux, 2010.

A respeito da avaliação de impactos sociais, esta é uma ferramenta para a compreensão dos impactos *ex ante* de projetos, onde utiliza a melhor estratégia de suporte e incentivo a todos os stakeholders envolvidos (Vanclay & Bronstein, 1995 como citado em Silva, 2012). De acordo com Brandão e outros (2014), A avaliação do impacto social associa-se à ocorrência de mudanças em uma comunidade, população ou território a partir da inserção de uma variável conhecida no sistema (um projeto, programa ou negócio social) em uma relação causal observada entre a mudança e a variável. O conceito de impacto social guarda diferentes definições que se apoiam em atributos metodológicos, temporais ou de território.

Para *International Association for Impact Assessment* - IAIA (Vanclay, 2003), toda alteração social que afeta as pessoas direta ou indiretamente, pode ser objeto de avaliação de impacto social, sendo estas alterações provocadas por um ou vários dos seguintes aspectos:

- *Cotidiano das pessoas:* como vivem, trabalham, tempo para o lazer, modo de interação;
- *A cultura, crença, valores, costumes, linguagem ou dialeto;*

- *Comunidade:* no que diz respeito a identidade, estabilidade, bem como os serviços, a infraestrutura e equipamentos.
- *Sistema político:* o modo e a medida em que as pessoas participam nas decisões, o grau de democracia, recursos disponíveis para a sociedade;
- *Ambiente em que vivem:* qualidade do ar e da água, a disponibilidade e qualidade dos alimentos, segurança e risco, ruído, saneamento e controle sobre os recursos.
- *Saúde e Bem-estar:* estado de bem-estar físico, mental, social e espiritual;
- *Direitos individuais e de propriedade:* lesão econômica ou danos pessoais com violação dos direitos de liberdade.
- *Receios e aspirações:* perspectivas para o futuro individual ou grupal.

Os fins da avaliação de impacto social é o de inserir melhorias que elevem o valor dos programas para as pessoas envolvidas. A avaliação de impacto social tem o serviço de auxiliar as organizações a melhor planejarem e implementarem os programas de forma mais eficaz. Facilitando na prestação de contas, comunicação com stakeholders e orientando na gestão e alocação de recursos escassos (McKinsey&Company,1996-2016).

O SROI é uma ferramenta para aferir e contabilizar o valor criado por uma ação social, buscando através da demonstração da geração de impactos sociais, minimizar a desigualdade, a degradação ambiental e melhorar o bem-estar através da incorporação de custos e benefícios sociais, ambientais e econômicos em sua metodologia. Cessando por manifestar a mudança originada pelos resultados sociais, ambientais e econômicos. Utilizando valores monetários como representação e assim permitindo a formação de rácios de benefícios e custos (Silva, 2012).

1.4. As Várias Faces de Valoração do Retorno Social

Serão elencadas a seguir diferentes abordagens referentes a obtenção e medição do retorno/impacto social, tanto baseadas em Custos Integrados, primeiras a serem abordadas, quanto aquelas que seguem o Programa de Investimentos relacionados (*PRIs*). Afim de uma ampliação do horizonte do conhecimento sobre a ferramentas de valoração de impactos/retornos do investimento.

1.4.1. Abordagens de Custos Integrados

As abordagens de custos integrados buscam incorporar, na perspectiva de criação de valor, no âmbito organizacional e no âmbito político os custos e os benefícios sociais e ambientais. Devido às informações incompletas relativamente aos impactos totais de uma ação ou atividade que tornam as decisões incoerentes com a realidade. Neste contexto, as metodologias baseadas nos custos integrados tentam medir o impacto social com o intuito de refletir melhor as mudanças sociais (Garcia, 2011). Abaixo serão descritas algumas metodologias baseadas nos custos integrados.

1.4.1.1. *Análise Custo-Efetividade e Análise Custo-Benefício*

As abordagens relacionadas aos custos que são descritas por Tuan (2008). Segundo a autora, o custo-efetividade envolve o cálculo de uma relação de custo para um benefício não monetário ou resultado (Ex: o custo de uma criança curada por uma determinada doença). A análise do custo-efetividade é usada em situações em que a monetização dos benefícios do programa ou intervenção não são possíveis ou apropriadas.

A análise de custo-efetividade pode ser utilizada pelos setores: privado, público e sem fins lucrativos. E o objetivo desta análise é duplo por dois aspectos:

1 - Para uma combinação adequada de medidas de resultados com os custos para os programas e políticas alternativas dentro do mesmo domínio pode ser classificado de acordo com a sua eficácia em relação aos resultados;

2 - De contornar as incertezas sobre como avaliar diferentes aspectos de valor do programa, olhando para a relação entre o benefício e o custo sem reduzi-los a unidades comuns (Ex: unidades monetárias). Porém, a medida de custo-efetividade só poderá mensurar uma área de cada vez.

O que se refere à análise custo-benefício de acordo com Tuan (2008), esta monetiza os benefícios e os custos associados a uma intervenção, em seguida, compara-os para verificar qual o maior. Esta abordagem torna-se mais exigente para analisar os custos e os resultados, uma vez que requer uma medição completa dos custos e impactos do programa (Ex: Primários e secundários, diretos e indiretos, impactos tangíveis e intangíveis). Os objetivos da análise de custo-benefício são de ajudar no processo de decisão se um programa ou intervenção gera valor e comparar o programa ou intervenção com alternativas de maior medida e mérito.

Nascimento (2013) faz um contraste entre estas análises da seguinte forma: A análise do custo-efetividade e a do custo-benefício são duas maneiras de investigar os fatores econômicos, de forma a adapta-los a metodologia para relacionar com o retorno de investimentos sociais. Para a aplicação destas análises exige uma estimativa do valor ou efeito econômico associados com os vários retornos que possam ser produzidos de um projeto social.

Após investigação, o autor difere as análises pela comparação. Desta forma, a do custo-efetividade compara os custos com os resultados efetivos e a do custo-benefício assume um valor monetário aos resultados. Redefinindo, a primeira está voltada para o resultado final (impacto nas populações e comunidades), a segunda gera um valor associado ao benefício.

1.4.1.2. *Método Robin Hood*

Elaborado pela fundação sem fins lucrativos Robin Hood, o método *Robin Hood* está relacionado com o custo-benefício. Seu objetivo é o de capturar a melhor estimativa do benefício coletivo de indivíduos pobres que subsídio possa gerar. Este método tem como referência, em parte, o aumento da renda dos indivíduos pobres devido a recessão (Tuan, 2008).

Segundo a autora, o propósito dos rácios do custo-benefício do método *Robin Hood* é traduzir os resultados dos diversos programas em um único valor, rentabilizando o mais eficaz ao combate à pobreza em uma base contínua, para verificar quanto custa cada programa. Para o cálculo do rácio temos: $\text{cálculo do rácio} = (\text{ganhos agregados}) \times (\text{fator Robin Hood ou relação custo-benefício}) / \text{resultado do custo do subsidio}$.

1.4.1.3. Metodologia BACO

Esta metodologia foi desenvolvida pelo Fundo Acumen (Fundo similar ao um banco de investimento direcionado ao setor social) designado a quantificação dos resultados de um investimento social, a fim de comparar com precisão as opções para um problema social específico. Como também, dar ciência ao investidor das melhores possibilidades de investimento do capital filantrópico, por isso a denominação *Best Available Charible Option* (Gates, 2008 como citado em Nascimento 2013).

Na investigação do autor estão especificadas seis fases que caracteriza a metodologia BACO:

- Fase 1- detectar a *Best Available Charible Option* (BACO), isto é, selecionar os resultados satisfatórios das instituições existentes que prestem serviços semelhantes ao da Acumen. Se não, levantar hipóteses baseadas em outras realidades geográficas;
- Fase 2- contabilizar o custo líquido do BACO e do investimento realizado pelo Fundo Acumen durante um período de 5 a 7 anos;
- Fase 3- definir o número absoluto do retorno social dos projetos para o BACO e Fundo no intervalo de 5 a 7 anos (o retorno social total do Fundo é referente ao percentual do retorno social da instituição receptora do financiamento Acumen em relação ao capital investido);
- Fase 4- calcular o retorno líquido por unidade de retorno para o BACO e Fundo Acumen, dividindo o custo líquido pelo total do retorno social para o BACO e fundo de investimento Acumen (a divisão do custo líquido por unidade social BACO, pelo custo líquido do retorno social do fundo Acumen dar origem a taxa BACO);
- Fase 5- criação do cenário de análise: comparar a taxa BACO com os três cenários de financeiros, utilizando uma taxa de 25% para o Fundo Acumen e um conjunto de três cenários distintos de potenciais resultados sociais sem descontar os resultados;
- Fase 6- Escolher o valor médio no resultado apurado pela taxa do cenário BACO e selecionar a estimativa mais apropriada da taxa BACO.

1.4.1.4. O *Expected Return*

O *Expected Return* foi elaborado para conceder um significativo, sólido e quantitativo processo de avaliação de potenciais investimentos sociais. A fundação William e Flora Hewllet (fundação que faz doações para as áreas da educação, ambientais, dentre outras) quando desenvolveu a metodologia em parceria com Mckinsey e Company, teve o intuito de informar aos investidores quais seriam os objetivos do investimento, quanto bem traria ao setor social e qual seria o preço/valor de retorno deste investimento (Gates 2008 como citado em Nascimento,2013).

Brest (2008) citado em Tuan (2008) detalha a metodologia do *Expected Return* em tópicos:

- Tópico 1- Definir o alvo em três caminhos: 1º Selecionar uma medida em especial que possa mensurar cada investimento; 2º fazer um recorte geográfico; 3º delimitar o mercado sem fins lucrativos, campo de jogo
- Tópico 2- Estimar o rendimento: Interligar o investimento e o rendimento almejado através de análise anteriores;
- Tópico 3- Aferir a probabilidade de sucesso do projeto através da relevância da precisão estratégica, sucesso dos fundos recebidos e condições externas;
- Tópico 4- Calcular a contribuição em filantropia (apuração do percentual de contribuição de apenas um investidor): 1º Calcular o percentual da contribuição de uma instituição em relação ao global necessário para produzir o rendimento almejado; 2º Avaliar o grau de influência de determinado investimento no objetivo final;
- Tópico 5- Estabelecer o custo do programa: Analisar os subsídios anteriores averiguando os custos com o programa e os encargos gerais;
- Tópico 6- Calcular o *Expected Return*: Multiplicar a Receita x Probabilidade de Sucesso x Contribuição Filantrópica e dividir pelo produto e pelo custo = *Expected Return*.

1.4.1.5. O Cost per Impact

O *Center for High Impact Filantropy* (CHIP) formulou o método *Cost per Impact* com a finalidade de dispor de ferramentas de informações que possibilitem aos filantropos entender a alocação eficiente das doações e assim localizar a fronteira eficiente da filantropia, onde existe um potencial de impacto/retorno do financiamento de programas sociais sem fins lucrativos (Rosqueta, 2008 como citado em Tuan, 2008).

Quadro 1. Metodologia Cost per Impact

Cost per Impact	
Organização (Autora)	Center for High Impact Filantropy (CHIP)
Proposta	• Providenciar informações e ferramentas que permitam aos filantrópicos entenderem onde suas doações têm o maior potencial para fazer o bem; • Definir a fronteira eficiente da filantropia, onde o financiamento sem fins lucrativos estão ligados ao potencial de impacto.
Método de Mensuração	Custo por impacto
Metodologia	• Identificar uma prática/modelo promissor em campos de interesses atuais do CHIP: Educação do EUA, saúde global e desenvolvimento econômico mundial; • Projetar custos futuros e/ou tomar como referencia custos reais de implementações anteriores; • Obter resultados empíricos de implementações anteriores do modelo : Fontes de resultado incluem avaliações de controle de tentativas aleatórias, design quase experimental e avaliações internas e externas; • Dividir os custos pelos resultados da produção “ custos por impacto” • Alternativamente, Apurar os custos por beneficiário (ex: custo do programa/nº de alunos no programa x taxa de sucesso (ex: nº de alunos no programa/ nº de alunos com mudanças positivas pelo programa = Custo por Impacto

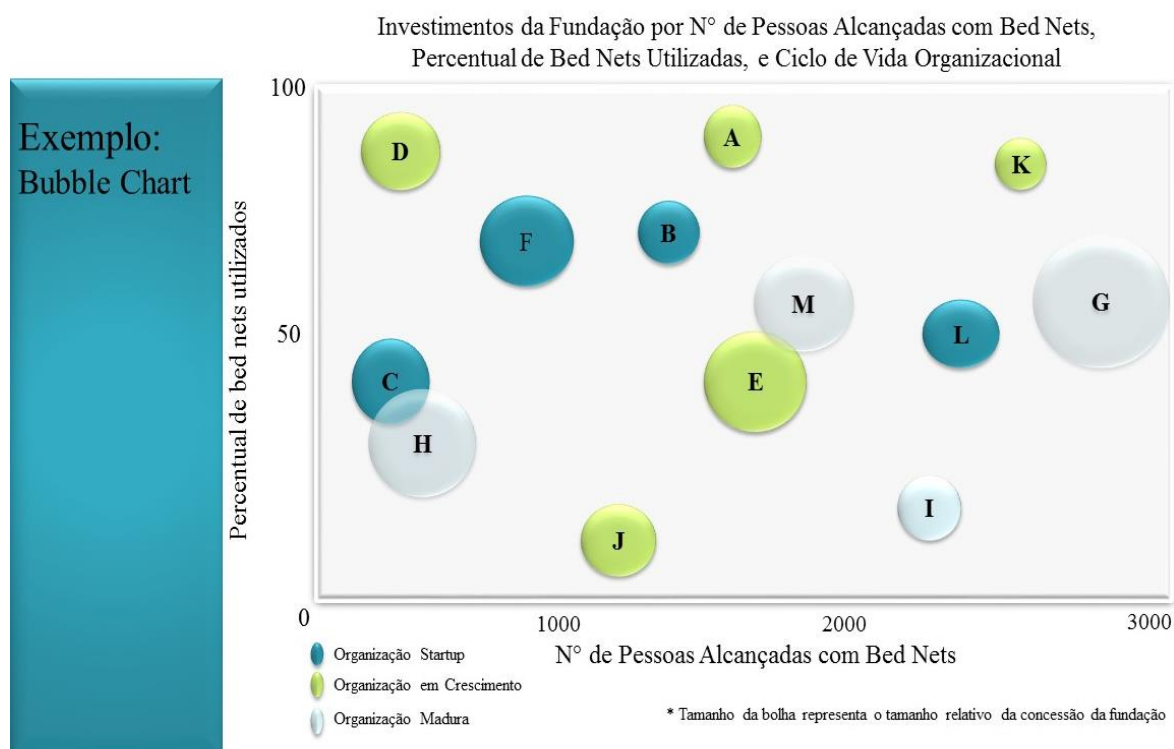
Fonte: Adaptado de Tuan, 2008.

1.4.1.6. O Bubble Chart

Em continuação das análises relacionadas as alternativas para valoração dos retornos sociais, Tuan (2008), aborda sobre algumas organizações sem fins lucrativos que estão usando gráficos de bolhas para exibir informações comparativas em relação a várias outras entidades. O objetivo do gráfico de bolhas é ilustrar um conjunto de relatórios de métricas no nível organizacional ou programa que são comuns entre os setores sem fins lucrativos ou segmento

de investimento em portfólio. As medidas de amostra incluem o número de pessoas alcançadas pela Bed Nets versus o percentual de Bed Nets utilizadas. O gráfico de bolhas permite avaliar o desempenho individual e relativo dos programas ou entidades em comparação com o tamanho do programa ou investimento da fundação em único ponto no tempo.

Figura 3. Representação do Bubble Chart.



Fonte: Adaptado de Tuan, 2008.

1.4.1.7. Limitações das Metodologia baseadas em Custos Integrados.

Tuan 2008, identificou uma série de questões técnicas que limita a eficiência das metodologias baseadas em custos integrados. Estes problemas incluem a utilização de pressupostos, prazos, taxas de desconto, preços sombra, interdependências e juízos de valor. Todas estas limitações técnicas apontam para problemas maiores de imagem, envolvidos com a implementação de abordagens de custos integrados para medição e/ou estimativa do valor social. Como o uso inconsistente de linguagem, a falta de medidas comuns no setor social, falta de dados de qualidade sobre impactos sociais, resultados, resultado e custos, falta de incentivo para transparência e consequência não intencionais da utilização inadequada das ferramentas.

Tabela 1. Detalhamento das Limitações de cada Metodologia baseadas em Custos Integrados.

Limitações das Metodologias baseadas em Custos Integrados	
Análise Custo Efetividade	• Dificuldade em distinguir quais os custos e os benefícios que fazem parte do programa e quais os que não são, requerendo uma análise científica profunda de impacto; • Falta de normas para o cálculo de elementos dos custos dos programas; • Falta de normas para as taxas de desconto, a relação custo efetividade em si é limitada a um único impacto, por isso é difícil de refletir plenamente os múltiplos benefícios de um programa; • Os impactos dos programas são medidos em unidades naturais, amenos que essas unidades sejam comuns em todas as áreas de impacto, não é possível comparar os rácios de CE em vários domínios (EX: saúde e educação);
Análise Custo Benefício	• Dificuldade em distinguir quais os custos e os benefícios que fazem parte do programa e quais os que não são, requerendo uma análise científica profunda de impacto; • Nem sempre pode-se medir todos os impactos ou os custos; • Nem sempre é possível rentabilizar a medida de impactos verificados ou todos os custos; • Falta de normas sobre como monetizar medidas de impacto – nenhuma norma de uso de preço sombra; • Falta de normas para calcular os custos dos elementos dos programas; • Falta de normas para avaliar impactos – nenhuma medida, métrica ou prazo para análise comum.
Método Robin Hood	• Combina resultados de variadas avaliações aleatórias de design experimentais, avaliações de design quase-experimental, dados de auto relato, pesquisas de especialistas/projeções de potenciais produtos e resultados; • Não projetado para tomar decisões de financiamento em todas as áreas do programa; • Usa um prazo alargado de tempo de quadros até 30 anos para projetar benefícios calculados; • Envolve muitas camadas de pressupostos sobre os benefícios, produtos, resultados e impactos; • Não aborda interdependências entre produtos, resultados e impactos; • Apenas olha perspectiva de Robin Hood Foundation como parte interessada; • Fator Robin Hood medida subjetiva.
Metodologia BACO	• Principalmente prospectivo; • Só captura outputs sociais, não captura outputs sociais de investimentos para além do período de investimento 5-7 anos; • Não captura mudanças no sistema qualitativo que pode resultar do investimento; • Metodologia inteira depende da escolha da escolha de alternativa de caridade direta; • Não é possível comparar uma oportunidade de investimento para outra a menos que a unidade de produção social seja idêntica; • Cada cálculo do Rácio BACO é baseado em uma série de pressupostos de investigação, incluindo projeções de outputs financeiros e sociais.
O Expected Return	• Puramente prospectivo; • Metodologia de cálculo de “índice de resultados do programa” é complicado de explicar e não está disponível para distribuição; • Não se pode comparar em vários domínios (por exemplo, o desenvolvimento global e meio ambiente); • Apenas olha a perspectiva da Hewlett Foundation como stakeholder; • Não aborda interdependências; • “Probabilidade de sucesso” - medida subjetiva; • “A contribuição da filantropia”- medida subjetiva.

O Cost per Impact	• Difícil de encontrar resultados de design experimental aleatório para cada estratégia de um filantropo pode considerar investir em dentro de um domínio; • Metodologia combina resultados de vários estudos de investigação em um custo por cálculo impacto; • Dados de custo calculados a partir de projeções de despesas do programa existentes ou por estimativas de custos de beneficiários; • Seleção subjetiva de componentes de custo e benefício.
O Bubble Chart	• Apenas descreve o investimento individual da fundação (mas poderia representar um investimento total da fundação ou investimento filantrópico total até à data, se desejado); • Não representam o custo por participante (mas poderia, se o tamanho da bolha selecionada para indicar o custo por participante ou eixo x ou y); • Só captura o desempenho em um único ponto no tempo.

Fonte: Adaptado de Tuan, 2008.

1.4.2. Program Related Investment – PRIs

O Programa de Investimentos relacionados (*PRIs*) são investimentos realizados por fundações de apoio às atividades de caridade que envolvem o potencial de retorno do capital dentro de um prazo estabelecido. *PRIs* incluem métodos de financiamento associados a bancos ou outros investimentos privados, tais empréstimos, garantias de empréstimos, depósitos vinculados, e até mesmo investimento de capital em organização de fins de caridade, como por exemplo: empréstimo sem juros ou a juros mais baixos para estudantes carentes (GRANTSPACE, 2016). Abaixo serão citadas algumas fundações que utilizam o método de *Program Related Investment – PRIs*.

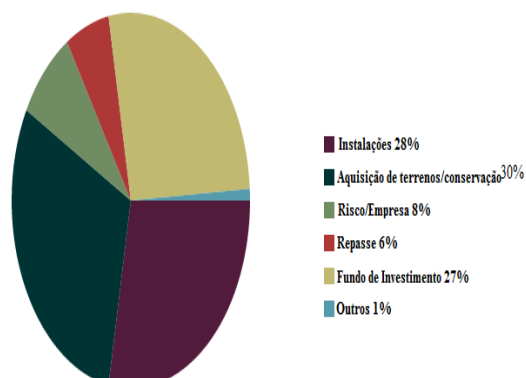
1.4.2.1. David e Lucile Packard Foundation

A Fundação David e Lucile Packard foi criada em 1964. Esta Fundação investe e assume riscos com pessoas e organizações inovadoras, apoia as inovações que transformam através de impactos de *Program Related Investment – PRIs* (Packard Foundation, 2014). Os tipos de investimento incluem, principalmente, empréstimos a juros baixos, participações e garantias. Estas estratégias de investimento são empregadas quando uma concessão tradicional não é o uso mais adequado de fundos e um empréstimo ou investimento permite que a organização aproveite a oportunidade temporal (Tuan, 2011).

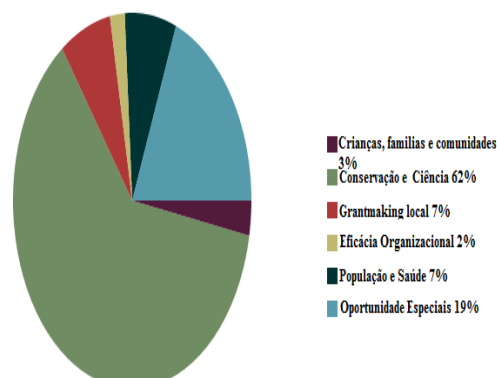
A Fundação mede os impactos sociais de várias maneiras, por exemplo: por contagem de outputs sociais (acres de terras conservada), concordando, para cada *PRI*, benchmarks de impactos específicos, coletando relatórios das mudanças de organizações como resultado da utilização de uma *PRI* dentre outros.

Gráficos 1. Tipos de Investimentos feitos pela Fundação David e Lucile Packard.

Tipos de investimentos aprovados em 2013



2013 Investimentos por Programa



Fonte: © 2014 the David and Lucile Packard Foundation

1.4.2.2. F. B Heron Foundation

A F.B Heron Foundation foi criada em 1992, com o intuito de contribuir com pessoas e comunidade. A sede está instada em Nova Iorque, nos Estados Unidos. A atuação da fundação se baseia na captação de donativos, bem como desenvolve investimento em organizações sem fins lucrativos, voltados para ações que atendam famílias de baixo rendimento em meios rurais e urbanos. Uma das estratégias que se destacam da fundação é a auxiliar pessoas e comunidades na compra da casa própria (Miller, 2011).

Neste contexto, para mensurar o impacto das suas atividades de investimento e/ou avaliar o impacto de retorno social de sua atuação é utilizado o *Impact Ratio Tool-PRI* (Tuan, 2011). Este instrumento de mensuração é usado na definição de decisões voltadas à alocação de recursos dos projetos sociais. Para facilitar a utilização, este método é subdividido em três tipologias de projetos sociais que são selecionados mediante a avaliação de inovação, influência ou outras informações que possibilitem a quantificação do sucesso dos projetos. A posteriori o percentual de donativos é direcionado de modo diferenciado a projetos com atributos distintos (Nascimento 2013).

1.4.2.3. *The Annie E. Casey Foundation*

A Fundação Annie E. Casey foi criada no ano de 1948, Baltimore, nos Estados Unidos. Seu objetivo perpassa em promover políticas públicas, com um caráter iminentemente altruísta de auxílio a crianças e suas famílias. Na óptica do custo-benefício a fundação distribui donativos, a atuação da fundação se dá nos Estados Unidos, voltados para projetos que apresentem potencial significativo de políticas inovadoras e com forte papel de suporte a crianças desfavorecidas e suas famílias (The Annie E. Casey Foundation, 2016)

A fundação possui três tipos de abordagens de investimento social: os *Program Related Investments*, os *Mission Related Deposits* e os *Mission Related Investments*. Neste seguimento, para avaliar criou-se uma estratégia para mensurar o retorno de seus investimentos em duas perspectivas: a primeira, relacionada ao impacto nas populações, cujo aumento no acesso a diversos serviços sociais, reduções na pobreza e serviços públicos que respondam às necessidades das famílias; e a segunda para casos exclusivos, ou seja, uma compreensão distinta para cada caso. Assim, mensura-se o impacto para ser inserido nos relatórios das organizações comprometidas.

1.4.2.4. *John D. e Catherine T. MacArthur Foundation*

A fundação John D. e Catherine T. MacArthur foi criada em 1974, na cidade de Chicago, Estados Unidos. Para poder aplicar de modo eficiente os donativos a fundação usa o *Program Related Investments*. Com esta estratégia, a fundação já contribuiu com várias organizações com fins lucrativos e sem fins lucrativos, como também fez vários investimentos nas áreas: da saúde, da educação, de habitações sociais e de apoio financeiro (Tuan, 2011).

Neste encadeamento, para apurar o custo-efetividade dos seus programas, ou seja, ter ciência do impacto na vida das pessoas e comunidade por meio de seus investimentos, a fundação realiza estudos mediante questionários, também, estão desenvolvendo um rigoroso estudo acadêmico para compreender o impacto nas populações (Nascimento, 2013).

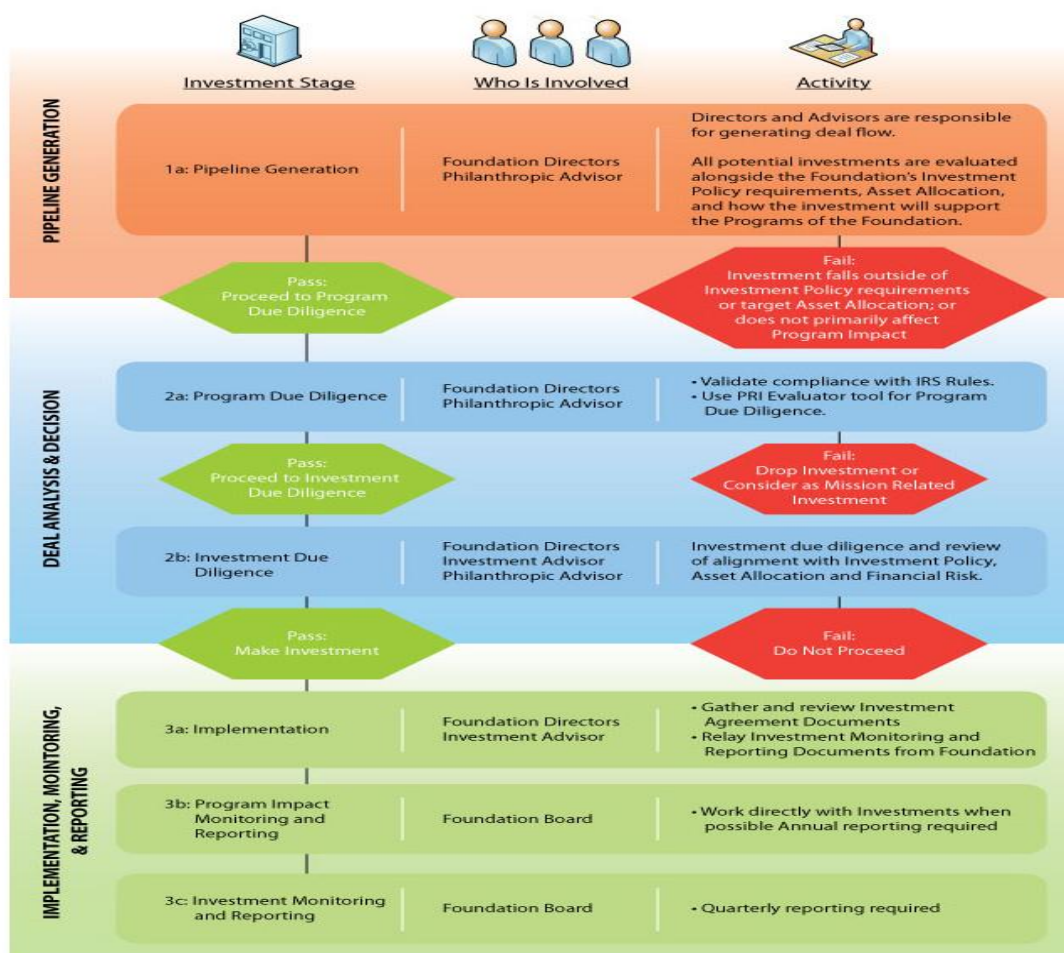
1.4.2.5. *KL Felicitas Foundation*

A fundação KL Felicitas foi fundada no ano 2000, tem como missão atuar no desenvolvimento de empreendedores e empresas sociais com a finalidade de promover a sustentabilidade de comunidades rurais e suas famílias. A fundação usa diversos meios para captar investimentos, como: donativos e empréstimos sociais e *private equity*. De acordo com Tuan (2011), a fundação utiliza uma abordagem disciplinada de forma a apurar uma possível potencialidade em oportunidades de investimentos.

Para dar continuidade a estabilidade positiva dos impactos dos programas de investimento a fundação recolhe três modelos de informações no seu portfólio de investimento:

- Modelo 1 - são Informações sobre investimentos da fundação durante períodos de tempo com intervalos regulares retiradas da ferramenta *Impact Reporting and Investment Standarts – IRIS*. Através dessas informações tem-se uma perspectiva geral dos impactos dos investimentos de portfólio da fundação. Em conjunto com a análise e monitorização de indicadores de avaliação de impactos que verificam o número total de clientes, de empregados contratados, de investimentos e de novos investimentos em capital; como também sobre a receita contribuída, a receita ganha e o lucro líquido;
- Modelo 2 – se refere às informações qualitativas colhidas e transformadas em indicadores, poucos concretos e informais, porém, relevantes quando associados à informação retiradas da IRIS. Unidos concedem à fundação uma compreensão dos impactos que os seus investimentos proporcionam;
- Modelo 3 - Análise de indicadores de setores específicos com muitas participações em atividades como a saúde/saneamento/água potável e a energia/recuperação ambiental/conservação ambiental.

Figura 4. O Processo de Investimento para o PRIs à KL Felicitas Foundation



Fonte: KL Felicitas Foundation, 2016

Tuan (2011) após adentrar a conceito, particularidades e metodologias, faz algumas observações a respeito dessa abordagem que buscam medir os impactos sociais e retornos de programas de investimentos relacionados (em inglês Program-Related Investments – *PRIs*).

Primeiro: nas análises desta autora, as ferramentas de medição de impactos sociais dos *PRIs* estão nos primeiros estágios de desenvolvimento; segundo: as principais abordagens perfiladas representam uma variedade de efeitos para medir; terceiro: não existe uma metodologia única ou padrão comum para medir o impacto social dos *PRIs* ou outros investimentos de impactos neste momento, embora existam algumas práticas promissoras; quarto: há muitos problemas sem solução, ao todo inerentes a impactos indústrias nascentes; quinto: falta de uma linguagem comum, de uma padronização par medição tanto para investimento quanto para impacto social; sexto: fundamento na teoria da mudança, dificuldade para medição.

1.4.3. Ferramentas baseadas na Teoria da mudança

1.4.3.1. *Impact Reporting and Investment Standards – IRIS*

O IRIS foi formulado desde 2008, para atender um conjunto de métricas comuns a serem entendidas de maneira alinhada para ser utilizada por vários negócios. Hoje, esta ferramenta é gerenciada pelo Global Impact Investing Network (GIIN), uma organização sem fins lucrativos com intuito de aumentar o investimento de impacto. O IRIS opera como um catálogo de métricas, no qual está inserido categorias específicas de indicadores divididos por cinco grupos: os relacionados com a descrição da organização, descrição do produto, performance financeira, impacto operacional e impacto do produto e setores. Os indicadores podem ser aplicados em diversas áreas, como na área da educação, agricultura, energia, serviços financeiros dentre outros (Brandão et al, 2014).

1.4.3.2. *Global Impact Investing Rating System – GIIRS*

O GIIRS - *Global Impact Investing Rating System* é uma ferramenta que funciona pela utilização da taxonomia IRIS em uma plataforma on-line. A evolução desta plataforma é dada pelo retorno de quem a usufrui. Esta ferramenta baseia-se em um conjunto de premissas que faz alusão as perspectivas do mercado financeiro que esta regulando *stantard* de performance de investimento (Ribeiro, 2012 Brandão et al, 2014). As informações relevantes para o mercado são: a capacidade de acompanhar o desempenho ao longo do tempo (longitudinalidade); possibilidade de comparações (comparabilidade), verificação independente por terceiro; publicação da memória de cálculos, metodologia e definições utilizadas e publicação de relatórios e utilização de dados com frequência definida.

1.4.3.3. *O SROI do REDF*

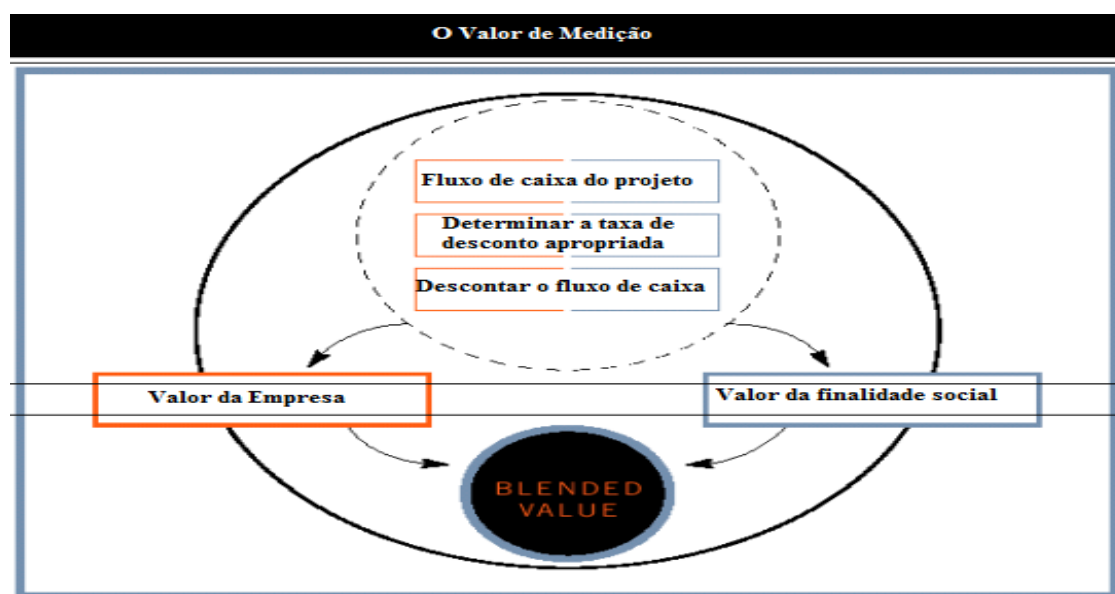
O primeiro projeto metodológico desenvolvido para uma análise SROI – Retorno Social do Investimento (em inglês, Social Return On Investment) foi elaborado pelo REDF. The Roberts Enterprise Development Fund - REDF é um fundo de risco social filantrópico fundado em 1997, em São Francisco (Tuan, 2008). Esta instituição produziu um quadro analítico do retorno social do investimento no final dos anos 90 e publicou vários relatórios, documentos da metodologia e ferramentas nos anos 2000.

A análise SROI evoluiu para além da tradicional relação de custo-benefício a partir do trabalho da REDF (Manetti, 2014). A busca por uma metodologia como SROI advém da aspiração da certeza se o esforço de investimento da REDF para beneficiar o social estava a ter êxito em dados percentuais. E esta metodologia busca responder nestes parâmetros as seguintes questões (Gair 2002):

- Como os negócios sociais podem medir o sucesso dos esforços?
- Como estes investidores podem saber se estão realizando o que se propuseram a fazer?
- Como os investidores tomam decisões através de informações sobre o uso contínuo de recursos?
- Como os investidores sociais podem testar e convencer os outros sobre os verdadeiros impactos sociais, ou seja, que para cada moeda investida há quantificáveis benefícios resultantes deste investimento para o indivíduo e sociedade?

Das três formas de valor – Econômico, Social e Socioeconômico, a abordagem SROI da REDF incide sobre a mensuração do valor econômico e socioeconômico. O valor econômico é rentabilizado através do valor da empresa; o valor socioeconômico é monetizado via valor da finalidade social. Na combinação dos dois obtém-se o Blended Value da empresa (Gair, 2002).

Figura 5. Os primeiros três estágios da abordagem sobre o valor de medição: o valor que a empresa com finalidade social cria e “retorna” a comunidade.



Fonte:

Adaptado de Gair, 2002.

Gair (2002) relata que os esforços da REDF para calcular um portfólio social através da estrutura SROI é de tentar capturar e acompanhar o impacto que as empresas investidoras do social têm sobre a vida dos indivíduos e suas comunidades. A metodologia do SROI desenvolvido pelo REDF é composta por ferramentas padrão adaptadas para abranger o conceito ampliado de valor. Os seis estágios que caracterizam a metodologia estão detalhados a seguir:

Estágio 1 – Cálculo do Valor da Empresa: neste estágio utiliza-se uma análise de fluxo de caixa descontado relacionado com o desempenho do negócio de finalidade social do portfólio da REDF. Empregando uma projeção de dez anos do fluxo de caixa descontado, de forma a calcular o valor econômico de cada empresa

Estágio 2 – Cálculo do Valor da Finalidade Social: adota-se uma análise de cash flows descontado aplicado aos resultados socioeconômicos de cada empresa. Identifica-se os fatores socioeconômicos: redução de custos demonstráveis e contribuição de receita que estão associadas com o emprego dos indivíduos de empresas de finalidade social. Tais fatores incluem aumento de imposto de renda dos funcionários, redução da dependência de assistência pública, abrigos e outros serviços apoiados pelo governo.

Estágio 3 – Cálculo do Blended Value – Tendo calculado o valor da empresa e o valor da finalidade social, soma-se estes dois valores e subtrai qualquer dívida de longo prazo acumulado, para assim derivar o Blended Value da empresa.

Os estágios subsequentes focam nos retornos das empresas de finalidade social. A empresa e os valores de propósito social são comparados com o investimento requeridos para cada. O retorno é articulado através no índice de retorno que traduz se investimento será perdido, mantido ou criado valor (Gair,2002).

Estágio 4 – Cálculo do índice de retorno da empresa - O índice de retorno da empresa resume o sumaria o desempenho financeiro de uma empresa de finalidade social (o valor da empresa comparado com o investimento feito nela). O valor da empresa é dividido pelo investimento até a data para derivar o índice.

Estágio 5 – Cálculo do índice de retorno de propósito social - O índice de retorno de propósito social simplifica uma empresa de propósito social monetizando o impacto social (o valor de propósito social em comparação com o investimento requerido para esta parte da empresa). O valor de propósito social é dividido pelo investimento requerido para data.

Estágio 6 – Cálculo do índice de retorno do Blended - O índice de retorno do Blended compara o Blended valor da empresa de propósito social com o investimento total até a data. O índice mostra o retorno de ambos valores e atividades com missão social.

O SROI é um dos vários tipos de análise que surgiu a partir do desejo de resposta à pergunta: "Como é que vamos saber se vale a pena o esforço?". A importância e utilidade de qualquer destas análises são dependentes de dados e dos métodos utilizados. Sendo que, a metodologia SROI deve ter um diagnóstico que deverá ser testável, replicável e verificável. (Gair, 2009).

A questão central da análise SROI da REDF não é tentar quantificar e capturar minuciosamente todos os aspectos dos benefícios e valores que se acumulam como resultados do programa de sucesso, mas sim, identificar as reduções de custos demonstráveis diretos ou contribuições de receitas que resultam da referida intervenção (Emerson et al.,2000).

E o resultado final do processo de implementação da análise SROI são indicadores que representam o retorno em termos socioeconômicos para cada unidade monetária gasta no projeto e/ou organização como um todo (Gair, 2009).

1.4.3.4. O SROI da Social Value UK

A Fundação Nova Economia (NEF) promoveu o SROI na primeira conferência denominada TOES (The Other Economic Summit) realizada no Reino Unido em 1986. Desde então, foram formadas várias instituições voltadas ao desenvolvimento e evolução da metodologia SROI, como por exemplo, a SROI Network. Ulteriormente, houve a parceria entre a SROI Network e NEF para criar a Social Value UK e a International Social Value.

A rede organizacional do Reino Unido denominada Social Value UK, antiga SROI Network, apoia os princípios sociais contabilísticos geralmente aceites (SGAAP) que podem ser usados para calcular e administrar os resultados sociais, econômicos e ambientais criados por uma atividade ou organização. A Social Value UK acredita que o valor social deve ser medido a partir da perspectiva das pessoas afetadas pelo trabalho de uma organização (Social Value UK, 2016).

Nicholls e outros (2012) elaboraram um guia intitulado por *A guide to the Social Return on Investment* onde explanam sobre os dois tipos de análise que a metodologia SROI oferece, os sete princípios que servem como base para o SROI e cada estágio desta metodologia reformulada. Todos estes aspectos estão detalhados abaixo:

a) Tipos de Metodologia SROI:

1. Avaliativo – realizada de forma retrospectiva e com base em resultados reais que ocorreram dos eventos; ou melhor, o SROI avaliativo coleta dados do passado, ou seja,

medidas de resultados que já ocorreram para fazer uma avaliação das estratégias utilizadas.

2. Previsão – que prevê o quanto de valor social será criado se as atividades conhecer os resultados pretendidos. O SROI Previsão é especialmente útil na fase de planejamento de uma atividade. Este pode auxiliar na demonstração de como os investimentos podem maximizar o impacto e na identificação do que deve ser medido uma vez que o projeto está instalado e funcionando.

b) Princípios da Metodologia SROI:

1. Envolver os Stakeholders – dar um feedback aos stakeholders de como as atividades que geram valor social são medidas e avaliadas, ou seja envolver as pessoas ou organizações com a experiência da mudança como resultado do programa ou projeto social. Este princípio significa que os stakeholders devem ser identificados e convidados a participar das consultas durante toda análise, de modo que o valor e a forma que é medido, seja informado para os afetados ou para aqueles que afetam a atividade.
2. Entender o que muda – articular o modo como a mudança é criada e avalia-la. Reconhecendo as mudanças positivas e negativas, bem como aquelas intencionais e não intencionais, por meio de evidências recolhidas. O valor é criado por ou para diferentes stakeholders como resultado de diferentes tipos de mudança. Este princípio exige uma teoria de como estas diferentes mudanças são criadas, o que é informado para os stakeholders e apoiado pelas evidências. Por estas mudanças serem resultado das atividades que as tornaram possível, devido as contribuições dos stakeholders.
3. Valorizar os resultados que importam – a tomada de decisões sobre a alocação de recursos entre diferentes opções precisa reconhecer os valores dos stakeholders. O valor refere-se a importância relativa de diferentes resultados. Isto é, transmitido por informações relacionadas as preferências das partes interessadas. Existem várias maneiras de conseguir estas informações; um método é usar proxies financeiras que além de revelar as preferências, também dar a possibilidade de o valor ser comparado com o custo da atividade. Isso pode ser um meio eficaz de comunicar valor a fim de influenciar decisões.
4. Incluir apenas o que é material – Determinar quais informações e elementos das evidências devem ser incluídos nas contas para dar a verdadeira e imagem fiel, de tal forma que os stakeholders possa conjecturar como conclusões razoáveis sobre impacto.

A decisão de incluir e excluir da conta, deve levar em consideração a não possibilidade de gerenciar todos os resultados e o julgamento das partes interessadas.

5. Reivindicação – reivindicar apenas o valor que as atividades estão responsáveis em gerar. Este princípio exige a referência para linha de base, tendência de benchmarks para auxiliar na avaliação e extensão a qual a mudança é causada pela atividade comparada a outros fatores. Relatórios sobre a gerencia de resultados que foram determinados com os stakeholders permitirão que outras pessoas ou organizações entendam melhor como eles podem contribuir para a geração de valor e evitar resultados negativos, como também encorajar um sistema ou uma coletiva abordagem para obtenção de resultados.
6. Ser transparente – demonstrar a base sobre a qual a análise pode ser considerada precisa e honesta, demonstrando que a análise será relatada e discutida com os stakeholders. Este princípio exige que cada decisão relacionada a: stakeholders, resultados, indicadores e benchmarks, fontes e métodos de coleta de informações, diferentes cenários e comunicação dos resultados, seja explicada e documentada. A análise é mais credível quando as razões para as decisões são transparentes.
7. Verificar os resultados – Certificar a garantia independente apropriada. Qualquer conta do valor envolve julgamento e alguma subjetividade. Por isso, uma adequada garantia independente é necessária para auxiliar os stakeholders avaliar se as decisões tomadas pelos responsáveis foram razoáveis.

c) Estágios da Metodologia SROI:

1. **Estabelecer o alvo e identificar stakeholders** – há três etapas neste estágio: O estabelecimento do alvo, a identificação dos stakeholders e a decisão de como envolver os Stakeholders. A primeira fase reflete a decisão sobre o limite do que está sendo considerado, muitas vezes, é o resultado das negociações sobre o que é viável medir, melhorar ou comunicar. De um modo claro sobre o porquê da análise e sobre os recursos que estão disponíveis. O que deve ser considerado na definição do alvo são: o propósito, o público, os fundos, os recursos, quem vai realizar o trabalho, a quantidade de atividades para se concentrar, o período de tempo a qual a intervenção será entregue, se a análise é uma previsão ou uma avaliação.

A segunda etapa se refere a listar os stakeholders, estes são definidos como pessoas ou organizações que experimentam as mudanças ou afetam a atividade, seja ela positiva ou negativa, como resultado da atividade que está sendo analisada. Então para listar os

stakeholders é preciso selecionar todo aquele que possa afetar ou ser afetado pelos serviços dentro do seu âmbito de aplicação, e se a mudança tem um resultado positivo negativo, intencional ou não.

A terceira etapa demonstra métodos de como envolver os stakeholders como por exemplo, coletar informações sobre os participantes, obtendo diretamente através de workshops, eventos sociais e entrevista e indiretamente por preenchimento de formulários ou através de representantes. O importante é descobrir o que realmente importa para os stakeholders, envolvendo-os há um maior entendimento sobre os pontos fortes e fracos das atividades e de informações úteis que podem auxiliar na melhor atuação da organização social.

2. **Mapeando os resultados** – Neste estágio, deve-se construir um mapa de impacto com informações relacionada ao envolvimento dos stakeholders. O mapa de impacto detalha como as atividades que estão sendo analisadas, o uso correto dos recursos (entradas) para entregar as atividades (medidos como saídas) que dão origem aos resultados. Esta ferramenta é central para o SROI. Este estágio também exige algumas etapas a seguir como: Início do mapa de impacto, identificação das entradas, valoração das entradas, esclarecimentos das saídas e descrevendo os resultados.
3. **Evidenciar os resultados e dar-lhes um valor** – Após mapear e descrever os resultados que estão ocorrendo para os stakeholders. Neste estágio é desenvolvido indicadores de resultados no intuito de recolher evidências dos resultados que está ocorrendo. Através de quatro etapas retratada deste modo: pelo desenvolvimento de indicadores de resultados, pela coleta de dados relacionados aos resultados, pelo estabelecimento de prazo para o último resultado e por colocar um valor sobre o resultado. Concluindo, este estágio é de desenvolvimento de indicadores de resultado que são usados para recolher evidências sobre os mesmos resultados, avaliando a sua importância relativa e valorando-os.
4. **Estabelecendo Impacto** - Este estágio fornece o método de estimar o quanto o resultado teria acontecido de qualquer forma e qual proporção do resultado pode ser isolada adicionais de atividades. Reformulando, quando os resultados são evidenciados e os valores atribuídos, tem que haver a exclusão dos dados relacionados ao que aconteceria mesmo se não existisse programa ou projeto social, com também, eliminar qualquer conjectura de um outro programa. O estabelecimento de impacto é importante por que reduz o risco de reclamação e somente através da medição e contabilização desses fatores citados acima, o risco de investir em iniciativas que não funcionam se reduz.

Neste estágio há quatro o conceito que o compõem: peso morto, deslocamento, atribuição, drop-off e método de cálculo do impacto.

5. **Calculando o SROI** - após o recolhimento e registro de todas as informações tanto qualitativa quanto quantitativa, é necessário resumi-las em um relatório. Este estágio define-se a ao resumo das informações financeiras gravadas nos estágios anteriores. A ideia básica é calcular o valor financeiro do investimento e valor financeiro dos custos e benefícios sociais. Isto resulta em dois números e existe vários modelos de relatórios sobre a relação entre esses números. Se for um SROI de avaliação, seria ideal que a avaliação fosse realizada após o resultado finalizado. No entanto, as avaliações são intercaladas, ainda assim, são uteis para avaliar quão bem a intervenção está funcionando e para fornecer informações para apoiar quaisquer alterações. Neste a completude do estágio é necessária a execução destes seguintes passos: projetar o futuro da organização, calcular o valor presente líquido, calcular o rácio, analisar a sensibilidade do projeto e o período de retorno.
6. **Reportando, usando e incorporando** – Neste estágio final é importante elaborar relatórios para os stakeholders, sobre a comunicação e a utilização dos resultados, sobre a incorporação do processo SROI na organização. Ou seja, elaborar uma orientação sobre todo processo até o momento. As três questões a considerar são: reportando-se aos stakeholders, usar os resultados e garanti-los.

Tabela 2. Checklist para a Análise SROI

Checklist	Complete?
Estágio 1: Estabelecer o alvo e identificar stakeholders:	
Você pode fornecer informações básicas sobre a organização?	
Você já explicou por que você está realizando a análise e para Quem, incluindo como você irá se comunicar com eles?	
Decidiu se você está analisando parte da organização ou toda?	
Decidiu se você está analisando o retorno social em relação a uma fonte específica de renda ou para atividades financiadas de fontes diversas?	
Decidiu se esta é uma avaliação do passado ou uma previsão para o futuro?	
Decidiu qual a escala de tempo irá cobrir?	
Você identificou os recursos necessários (por exemplo, tempo suficiente, recursos e competências)?	
Você tem elaborado uma lista de stakeholders e completou a tabela?	
Você já considerou que algumas mudanças podem acontecer stakeholders que estão fora do seu alcance e se você deve rever o alvo para incluí-las?	
Estágio 2: Mapeando os resultados	
Você já completou as duas primeiras colunas do mapa de impacto para os stakeholders e o que você acha que acontece com eles?	
Você documentou suas decisões em que os stakeholders estão incluídas no início?	
Você já completou um plano para envolver os stakeholders, explicando como elas estão envolvidos na realização das próximas seções?	
Para cada interveniente, você tem incluído a sua contribuição (input) para a atividade (pode haver algumas stakeholders que não fazem um input)?	
Você deu um valor ao um input?	
Você tem verificado para se certificar de que as entradas que você gravou incluem os custos inteiros de entregar o serviço (por exemplo, despesas gerais, aluguel)?	
Você identificou as entradas e saídas para os stakeholders?	
Você incluiu uma descrição dos resultados em que os stakeholders estão envolvidos na determinação dos resultados?	
Você incluiu mudanças intencionais e não intencionais?	
Você incluiu mudanças positivas e negativas?	
Você verificou para se certificar de que não há dupla contagem?	
São experiências de todas os stakeholders dentro de um grupo de partes interessadas contabilizadas?	
Você concluiu as colunas no mapa de impacto para entradas, saídas e resultados?	
Neste ponto, você quer adicionar ou remover os stakeholders, ou Grupos de interesse?	
Estágio 3: Evidenciar os resultados e dar-lhes um valor	
Você identificou indicadores para os resultados, incluindo indicadores objetivos e subjetivos se for o caso?	
Qual o prazo para os últimos resultados?	

Você já tem informações em relação a cada indicador?	
Se não, você tem um plano de como você vai obter esta informação?	
Você já completou a coluna para a fonte da informação?	
Você já completou a coluna para cada indicador?	
Para cada resultado que você não tenha gravado um ou mais indicadores, você incluiu a razão no seu relatório?	
Você pode gravar ou prever a quantidade de mudança em relação à cada indicador?	
Você identificou uma proxy financeira para cada resultado?	
Você já completou a coluna para a proxy financeira?	
Você já completou a coluna para a origem da proxy?	
Existem indicadores para os quais você não tenha gravado uma proxy financeira? Você incluiu estes em seu relatório?	
Estágio 4: Estabelecendo Impacto	
Você tem informações de porte bruto em relação a cada resultado?	
Você acha que qualquer uma das suas estimativas para o peso morto pode ser explicado por referência ao deslocamento ou atribuição?	
Se algum peso morto pode ser explicado pelo deslocamento, você já decidiu acrescentar uma nova parte interessada (e / ou alterar o âmbito de aplicação)?	
Se não houver atribuição, isso significa que você tenha perdido contribuições de outras partes interessadas, quem devem agora ser adicionados?	
Você estima a atribuição e grava, como você fez a estimativa?	
Se os resultados para durarem mais do que um período de tempo, o que acontece com os resultados ao longo deste período de tempo (drop-off)?	
Você calculou o impacto (indicador multiplicado por proxy financeira menos porcentagens de inércia, deslocamento e atribuição)?	
Você calculou qualquer drop-off?	
Como resultado, existem quaisquer mudanças em que a atividade (s) no escopo não contribuem para uma mudança significativa?	
Você concluiu as colunas de peso morto, atribuição, deslocamento e drop-off?	
Etapa 5: Cálculo do SROI	
Você estabeleceu os valores financeiros dos indicadores para cada período de tempo?	
Você selecionou uma taxa de desconto?	
Você tem um valor total para as entradas?	
Você calculou: a) relação de retorno social, b) relação de retorno social, c) período de retorno?	
Você verificou a sensibilidade do seu resultado para quantidades de mudança, proxy financeiros e medida de adicional?	
Fase 6: Relatórios, uso e incorporação	
Você resumiu as alterações necessárias aos sistemas, governança ou atividades da organização, a fim de melhorar a capacidade para contabilizar e gerenciar o valor social criado?	
Você preparou um plano para essas mudanças?	

Você já planejou como comunicar o seu valor em formatos que atendam às necessidades das suas audiências?	
Se você tiver decidido a produzir um relatório completo, incluiu uma trilha de auditoria de todas as tomadas de decisão, os pressupostos e as fontes?	
Se você tiver decidido a produzir um relatório completo, você incluiu uma discussão qualitativa das premissas e limitações subjacentes à sua análise?	
Você reviu se suas comunicações criaram o efeito desejado no seu público, e se eles gostaram do conteúdo e formato?	
Você decidiu sobre a sua abordagem para verificação?	

Fonte: Nicholls et al., 2012

Millar e Hall (2012) analisam que o SROI tem sido promovido como uma forma de permitir que o setor das empresas sociais melhor entenda a amplitude dos impactos de seus serviços e atividades, quantificando o valor total gerado em termos monetários.

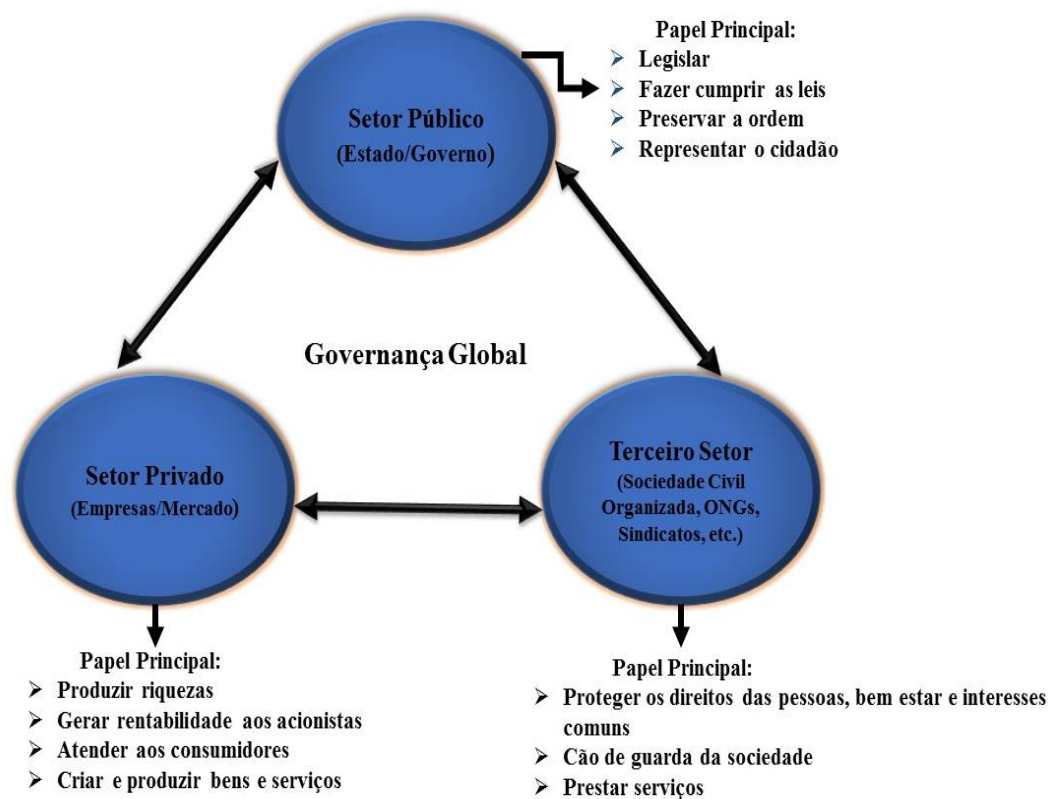
No que tange a evidências empíricas, os autores revelam que existe um elevado nível de satisfação nas empresas sociais que adotaram a ferramenta como um instrumento de avaliação de seus impactos socioeconômicos e de desempenho global, tanto em empresas dos Estados Unidos quanto da Europa.

1.5. Compreendendo o Terceiro Setor

O terceiro setor segundo o manual organizado pelo Instituto Pro Bono (2005) é composto por pessoas jurídicas que estão entre o plano empresarial e o plano estatal, sendo que seus objetivos não são voltados ao lucro, mas sim a questões sociais com a prestação de serviços em campos de relevância para a sociedade, ou seja, são organizações sem fins lucrativos.

De acordo com Tachizawa (2014) a sociedade civil pode ser dividida em três setores: o primeiro setor, seria o Estado; o segundo setor, o mercado e terceiro setor, as organizações privadas sem fins lucrativos que oferecem bens e serviços públicos, ou seja, o terceiro setor é um conceito construído a partir da separação entre Estado, mercado e sociedade civil.

Figura 6. Tríade dos Setores



Fonte: Costa, Ramos e Portela, 2014. Adaptado de Teegen et al. (2004); Kytte e Ruggie (2005)

Reforçando tal afirmação, a organização econômico-social de um país pode ser considerada como resultado da atividade de três setores: setor público, setor privado empresarial e setor cooperativo e social (terceiro setor).

A conjuntura atual globalizada, de extrema competitividade pelos fluxos e materializações do capital, origina no Estado uma fragilidade no que diz respeito ao atendimento a necessidades da sociedade civil, visto que seu direcionamento e esforços são voltados para outros setores econômicos. Neste bojo, com as desigualdades sociais, os governos não conseguem suprir os interesses coletivos. (Camargo et al., 2001).

Neste contexto, o terceiro setor se origina em um contexto no qual se discute o papel ineficiente do Estado no que tange à promoção e garantia do bem comum da sociedade, bem como de promover o desenvolvimento econômico e social do país, assegurando os direitos sociais. Na dinâmica atual em que há cada vez mais um agravamento dos problemas sociais, resultante das relações sociais de produção devido ao modelo econômico, se observa um

crescimento da miséria, concentração de renda, desemprego, sendo um cenário propício para o surgimento e expansão do terceiro setor.

O terceiro setor é caracterizado por amparar as áreas carentes nas quais o governo não consegue atender de modo eficiente ou até mesmo não atende. Assim este setor formado a partir de associações ou fundações tem o papel de promover serviços à sociedade, atendendo necessidades que nem o Estado nem as empresas privadas conseguem suprir. Estas entidades possuem atuação pública de modo dissociado do campo governamental, formadas por organizações privadas, autônomas e sem fins lucrativos, das quais podem ser caracterizadas como fundações, institutos, associações comunitárias, entidades assistenciais e filantrópicas, criadas com o ideal de oferecer alguma melhoria para a sociedade (Eyerkauffer et al., 2013; Pereira, et al., 2013).

Conforme Ioschpe et al. (2005) apesar das controvérsias quanto ao conceito de terceiro setor, existe um caminho seguro a seguir, por isso afirma que tal setor é caracterizado pelo conjunto de instituições sem fins lucrativos, a partir da dimensão privada, com finalidade de interesse público, ou seja, da sociedade em geral. Deste modo, pode-se apontar que as organizações do terceiro setor são responsáveis em suprir parte do papel que deveria ser desenvolvido pelo Estado no atendimento às necessidades sociais (Millani Filho, 2006).

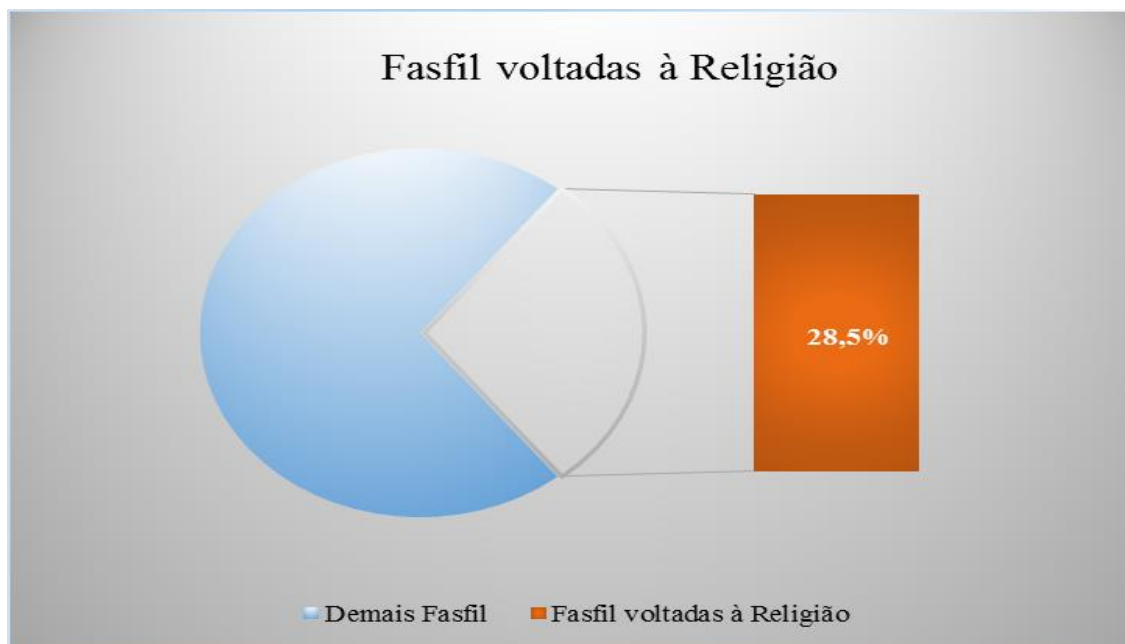
Ratificando tais pressupostos, o terceiro setor pode ser definido como o conjunto de pessoas jurídicas privadas de fins públicos e sem finalidade lucrativa, constituídas voluntariamente, sendo auxiliares do Estado na execução de atividades de conteúdo social (Modesto, 1998). Neste mesmo caminho Drucker (1999) aponta que organizações do terceiro setor não possuem como objetivo gerar lucros financeiros para os proprietários, sendo bem diferente das organizações com finalidades lucrativas. As instituições sem fins lucrativos visam gerar mudanças favoráveis nos indivíduos e no meio ambiente.

Nos últimos anos, o terceiro setor tem tido uma atenção especial, assim tem-se verificado na literatura nacional e internacional um número significativo de pesquisas sobre este tema. A nível nacional é possível verificar que os principais fatores de interesse do terceiro setor se dão mediante a quantidade e a importância de organizações que o compõe.

Segundo a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2012), em 2010 no Brasil havia oficialmente 290,7 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos (Fasfil). Sendo que, em sua maioria, elas são voltadas à religião, associações patronais e profissionais, ao desenvolvimento e defesa de direitos.

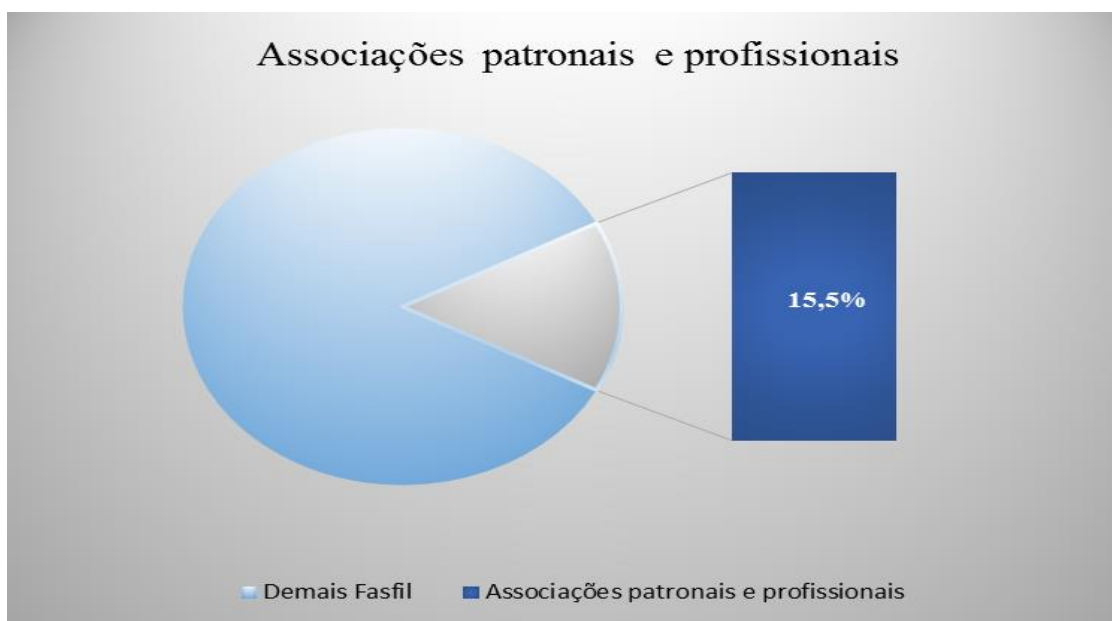
O total de instituições que gerenciavam diretamente os serviços ou rituais religiosos eram de 82,9 mil entidades. Havia 44,9 mil que atuavam na área de associações patronais e profissionais. E 42,5 mil instituições que operavam no desenvolvimento e defesa de direitos.

Gráficos 2. Percentual de fundações privadas e associações sem fins lucrativos (Fasfil) voltadas à Religião no Brasil.



Fonte de dados IBGE 2012.

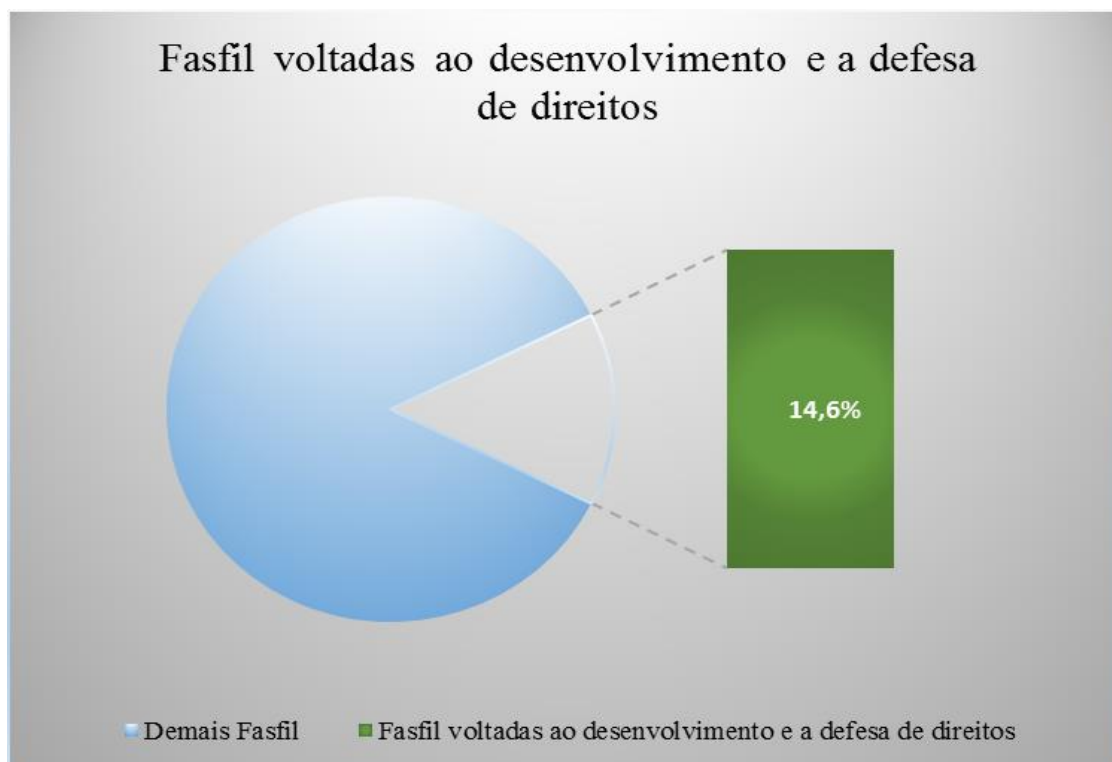
Gráficos 3. Percentual de Associações patronais e profissionais no Brasil.



Fonte

de dados IBGE 2012.

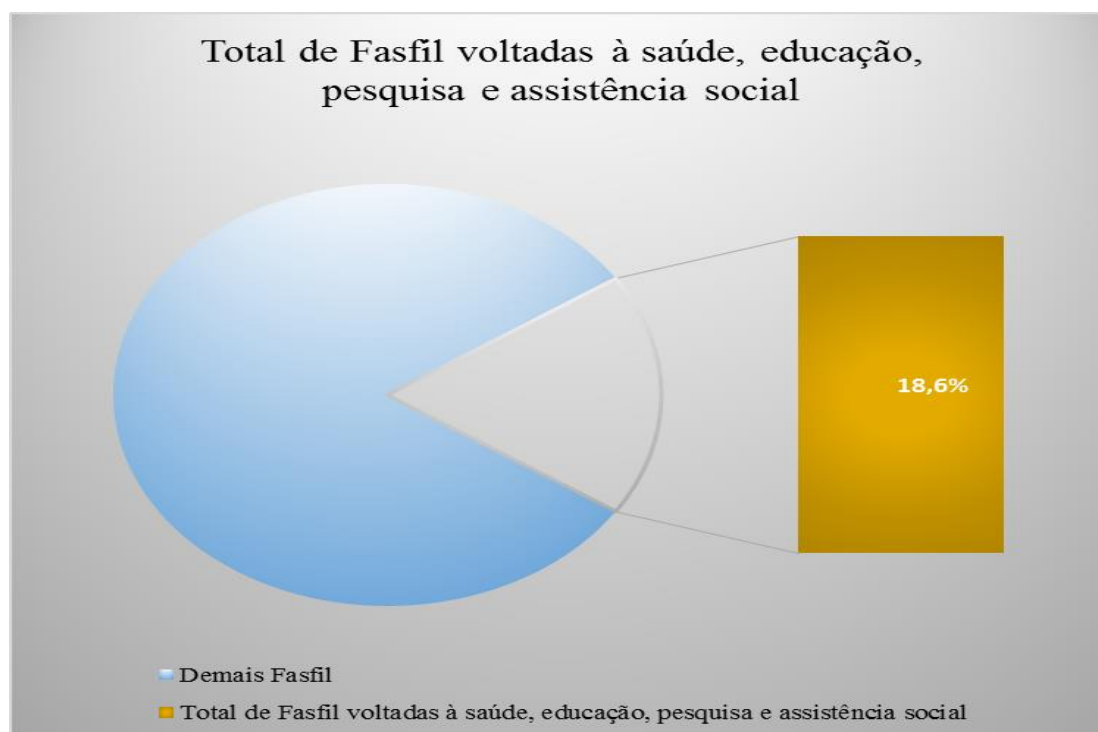
Gráficos 4. Percentual de fundações privadas e associações sem fins lucrativos (Fasfil) voltadas ao desenvolvimento e a defesa de direitos no Brasil.



Fonte de dados IBGE 2012.

O estudo do IBGE demonstrou que nas áreas de saúde, educação, pesquisa e assistência social (políticas governamentais) totalizavam 54,1 mil entidades. Destas entidades dedicadas a políticas governamentais, 30,4 mil eram de assistência social. Que assistiam os grupos mais vulneráveis da população: crianças e idosos pobres, adolescentes marginalizados e deficientes físicos. As entidades responsáveis pela saúde e educação e pesquisa totalizavam-se em 23,7 mil instituições, um percentual de 18,6%.

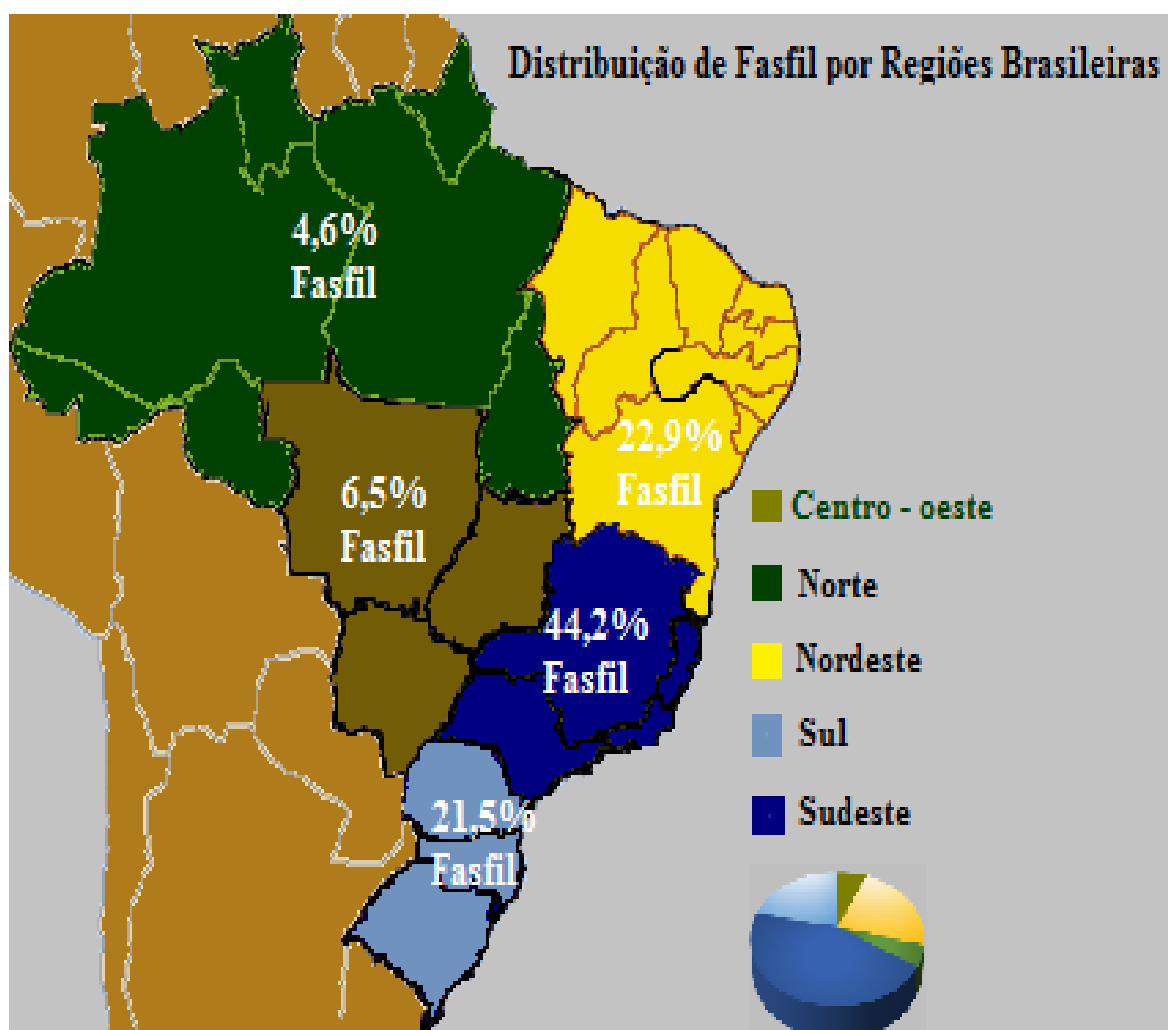
Gráficos 5. Percentual de fundações privadas e associações sem fins lucrativos (Fasfil) voltadas à saúde, educação, pesquisa e assistência social no Brasil.



Fonte de dados IBGE 2012.

As entidades voltadas à preservação do meio ambiente e proteção animal representam 0,8% do total das Fasfil. E as fundações privadas e associações sem fins lucrativos estavam em seu maior número na região Sudeste e em seu menor número na região Norte.

Figura 7. Mapa com a distribuição Percentual de Fundações privadas e associações sem fins lucrativos (Fasfil) por Regiões Brasileiras.



Fonte de dados IBGE 2012.

Outro dado explorado pelo estudo do IBGE foi o número de trabalhadores assalariados nas fundações privadas e associações sem fins lucrativos. Das instituições, 72,2% (210,0 mil) não possuíam empregados formalizados, apenas voluntários. Nas demais instituições estavam empregados em 2010, 2,1 milhões de pessoas. Em que a maioria destas pessoas era do sexo feminino, 62,9%.

É necessário buscar as especificidades do terceiro setor no Brasil, discutindo a complexidade dos serviços prestados por suas organizações e estudando as realidades do cenário brasileiro. Deste modo, o crescimento no número de organizações privadas sem fins lucrativos tem alterado intensamente as relações entre os grupos que participam desses processos sociais. Parafraseando Druker (2006) afirma que essas entidades atuam em diversos campos, possibilitando vários benefícios à coletividade.

Pode-se dizer que até recentemente, ou seja, até o final dos anos 1980, o terceiro setor não era levado a sério, diferentemente do que já estava ocorrendo em países como: Estados Unidos, França, Alemanha e até mesmo no Japão. Por exemplo: nos Estados Unidos, o terceiro setor é responsável por metade dos leitos hospitalares, metade dos colégios e universidades, a maioria dos serviços sociais e praticamente toda a atividade cultural (Salamon, 1998). Por isso afirma-se que até meados dos anos 1990, o Brasil estava longe de ter uma visão do terceiro setor como agente social, promovendo desenvolvimento, em parceria com o setor público. Ao contrário, as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos tiveram quase sempre papel marginal, vistas ou como forma de assistencialismo e caridade, associada sobretudo à religião, ou como forma de movimento político ou, ainda, de defesa de interesses corporativos, relacionada a sindicatos e associações.

É interessante ressaltar que na legislação brasileira até recentemente não se fazia distinção entre as diferentes organizações genericamente incluídas no terceiro setor, todas abrigadas sob o mesmo estatuto jurídico, mas podendo assumir diferentes formatos legais. Diante disto, havia uma série de complicações para o crescimento de entidades que possuíam tais objetivos e âmbito público, sem fins de lucratividade. Consequentemente, a partir de 1995, intensificaram-se os debates e a movimentação da sociedade civil organizada resultou na aprovação de uma nova regulação para o setor.

Deste modo, o papel social do terceiro setor no Brasil começou a ser formalmente reconhecido a partir de 1995, com o processo de reforma do Estado (MARE, 1995), quando se admitiu que, "se por um lado, o Estado já não consegue atender com eficiência a sobrecarga de demandas a ele dirigidas sobretudo na área social, por outro, já dispõe de um segmento da sociedade, o terceiro setor, fortalecendo-se institucionalmente para colaborar de forma cada vez mais ativa na produção de bens públicos" (Mare, 1998).

De acordo com Rodrigues (1998), no intuito de situar o papel do terceiro setor no âmbito da reforma do Estado brasileiro, foi estabelecido três linhas básicas de ação para a atual reestruturação do Estado no Brasil:

- a) A racionalização da máquina pública, mediante substituição gradativa do modelo burocrático de administração pública (ênfase no processo) pelo modelo gerencial (ênfase no controle de resultados).
- b) A descentralização e revisão do pacto federativo, onde são redefinidos os direitos e deveres das unidades da Federação nesse novo modelo de Estado não-intervencionista.

- c) A desestatização, em suas três vertentes - a privatização, onde se transferem para a iniciativa privada as atividades de produção de bens e serviços para o mercado; a desregulamentação, que visa a eliminar o excesso de diplomas, normas e procedimentos burocráticos que restringem a liberdade do cidadão e dificultam a competitividade da iniciativa privada instalada no país; a *publicização*, que corresponde à transferência para o setor público não-estatal (de direito privado) dos serviços não-exclusivos do Estado.

No que tange a qualificação jurídica das organizações do terceiro setor, estas entidades foram legalmente reconhecidas através da Lei 9.790, de março de 1999, também conhecida como novo marco legal do terceiro setor, introduziu importantes alterações, dentre as quais se destacam: os novos critérios de classificação das entidades sem fins lucrativos de caráter público, até mesmo reconhecendo outras áreas de atuação social que antes não eram contempladas legalmente; as novas possibilidades de articulação entre as instituições de direito privado e público; e a possibilidade de remuneração dos dirigentes das instituições sem fins lucrativos. Neste sentido, é importante frisar que apesar das mudanças, as qualificações anteriores das instituições do terceiro setor - certificado de fins filantrópicos e título de utilidade pública federal - continuam vigorando concomitantemente (Moreira, Moreira, 2003)

Sobre o terceiro setor Salamon (1998) aponta algumas características: ser organizada, isto é, ter algum grau de institucionalização; ser privada, isto é, institucionalmente separada do governo; não fazer distribuição de lucros; ser auto governável; ter algum grau de participação voluntária, mesmo que apenas no conselho diretor.

Por isso, concorda-se com Costa, Ramos e Portela (2014) quando afirmam que as entidades do terceiro setor ocupam posição de destaque e de estratégia no sistema de governança global, sendo capaz de intervir no comportamento social e ambiental das empresas. Por isso, os estudos e as discussões sobre a importância do terceiro setor na economia estão em crescimento, de todo modo é necessário um debate mais afincado sobre suas estruturas atuais, visto que é cada vez mais urgente pensar racionalmente sobre o tema, (Machado, Francisconi, & Chaerki, 2007).

Por conseguinte, este setor cada vez mais tem ganhado espaço na sociedade brasileira, realizando importantes trabalhos em áreas que são evidentes a ineficiência das ações governamentais e ao mesmo tempo estabelecendo articulações entre o setor privado e setor público. De acordo com Pimenta, Saraiva e Corrêa (2006), a importância do terceiro setor para a sociedade e economia reside em sua capacidade de mobilizar recursos humanos e materiais,

atendendo a diversas demandas sociais, que muitas vezes o governo se mostra incapaz de suprir. Além de gerar emprego e renda para aqueles que atuam nessas organizações, bem como de promover através de suas atividades a participação democrática por meio da responsabilidade social.

No contexto internacional, também, é notório o avanço desta abordagem do conhecimento científico. A visibilidade das instituições do terceiro setor no atual contexto de dificuldades econômicas e sociais tem vindo a crescer (Santos, Laureano, & Machado, 2014). Até os anos 1970, as entidades sem fins lucrativos eram pouco conhecidas, contudo desde então passaram a apresentar uma expansão quantitativa e tipológica, que de fato as promoveram a um papel de destaque mundial.

Tal fato se verifica, provavelmente, devido ao crescimento e importância social, principalmente no sentido de suprir lacunas deixadas pelo Estado. De acordo com O'Neill (2007) em termos internacionais os estudos sobre o terceiro setor tem uma corrente denominada de *nonprofit management*. DiMaggio e Anheier (1990) apresentam variações em torno dos termos utilizados para designar o terceiro setor, por exemplo: na França, *économie sociale*; no Reino Unido, *voluntary sector*; na Alemanha, *gemeinnützige (bem comum) organisationen*; nos Estados Unidos, *nonprofit sector*.

Em termos dos primeiros estudos desta temática, segundo Coelho (2000) a terminologia terceiro setor, foi utilizada pela primeira vez nos anos 1970 por pesquisadores nos Estados Unidos. O terceiro setor sugeriria como uma alternativa para as inúmeras desvantagens do mercado e do Estado, articulando a flexibilidade e eficiência do mercado com a igualdade social almejada pelas instituições públicas.

Com base nos contributos do Projeto Internacional Comparativo sobre o Setor das Organizações Sem Fins Lucrativos e de acordo com Franco (2004) tem-se a seguinte definição do setor das entidades sem fins lucrativos, como o conjunto de entidades que são:

- Organizadas, isto é, que tenham alguma realidade institucional. Isto quer dizer um registro legal, caso tal realidade não seja demonstrada, poderá apresentar outras formas desta realidade institucional, como por exemplo, através da realização de reuniões regulares, existência de procedimentos de funcionamento, ou algum grau de permanência organizacional.

- Privadas, ou seja, institucionalmente separadas do Estado. Contudo, isto não quer dizer que não podem angariar recursos do poder público ou que não podem ter em suas entidades membros do poder estatal. Agora, não podem fazer parte do aparelho governamental e muito menos serem controladas pelo Estado.

- Não distribuidoras de lucro (a famosa — *non-profit constraint*), isto é, que as pessoas da organização não poderão receber quaisquer lucros gerados pelas atividades desenvolvidas. As organizações sem fins lucrativos poderão gerar lucros, entretanto tal lucratividade deverá direcionada para o exercício da missão da entidade.

- Autogovernadas, ou seja, controlam as suas próprias atividades. Possuindo sua própria gestão e não são controladas por entidades exteriores.

- Voluntárias, ou seja, com participação voluntária. Porém, não significa que todos os seus rendimentos provenham de doações voluntárias, bem como, que a maioria do seu pessoal seja voluntária. A presença de apenas um voluntário no Conselho de Administração, já é suficiente para qualificar uma organização como voluntária.

Uma das principais vantagens desse tipo de organização é o envolvimento de pessoas verdadeiramente interessadas por uma causa específica, visto que há o engajamento dos seus participantes. Contudo, a realização de sua finalidade depende de recursos proporcionais aos seus objetivos e projetos, cuja captação adequada depende um planejamento estratégico, concebido e executado. Daí surge a oportunidade da participação de intermediários capacitados para realizar o elo entre os proprietários dos recursos e os respectivos projetos ligados ao terceiro setor.

Dado o avanço dos estudos sobre tal temática é possível verificar uma diversidade de posicionamentos, entretanto para as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) do Instituto Pro Bono (2005) conduzem de modo coerente uma comparação internacional em consonância com a classificação desenvolvida pela Divisão de Estatística da Organização das Nações Unidas, assim o Instituto Pro Bono (2005) considera que as Fundações e Associações sem Fins Lucrativos são simultaneamente privadas, sem fins lucrativos (contudo podem gerar lucro a partir de suas próprias atividades), com capacidade de administrar, ou seja, gerenciar suas próprias atividades e constituídas por quaisquer sócios e/ou fundadores.

Em busca de caracterizar melhor este setor, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa - SEBRAE (2008) propõe a divisão do terceiro setor em:

1) Redes de empresas – formadas pela união de organizações que têm interesses em comum para aumentar a competitividade em um setor determinado;

2) Cooperativas – compostas por no mínimo 20 pessoas físicas unidas voluntariamente por intermédio de uma empresa de propriedade coletiva, sem fins lucrativos e geridos democraticamente e que presta serviços aos seus sócios;

3) Associações – sociedades civis funcionando permanentemente e de forma democrática e sem fins lucrativos, que buscam interesses econômicos, sociais, filantrópicos,

científicos, políticos ou culturais em comum; d) Grupos formalmente organizados – constituídos de pessoas que se organizam para uma nova forma de trabalho e remuneração com economia centrada na busca de satisfação das necessidades humanas do bem-estar para todos;

4) Grupos informalmente organizados – pessoas com mesmos interesses que iniciam sem formalização ações coletivas que buscam resultados que não seriam viáveis individualmente, defendendo o modelo de economia para o bem-estar de todos;

5) Empresas de participação comunitária (EPC) – é uma alternativa de investimento da qual a renda desses tipos de empresas é revertida para a própria comunidade, incentivando a economia da região da qual está inserida;

6) Consórcios – que são instrumentos de integração de empresas pequenas para gerar grande capacidade competitiva, fazendo parte também instituições de pesquisa, cooperativas de crédito, centro de catalisadores de tecnologia, observatórios econômicos, bancos.

Neste caminho, é preciso mencionar as diferenciações das organizações que compõem o terceiro setor, no que tange às finalidades que são bem distintas, tais como: associações recreativas; assistenciais, esportivas; ambientalistas; educacionais; religiosas; fundações e institutos; criados pela iniciativa privada de pessoas físicas ou jurídicas (Calixto, 2009).

Segundo Coelho (2000) as organizações do terceiro setor, para fins legais, são denominadas entidades sem fins lucrativos, nessa categoria existem duas distinções jurídicas: associações de interesses, fins e meios próprios, exclusivos dos associados e o patrimônio é constituído pelos sócios; fundações, os fins e interesses não são próprios, mas alheios ao fundador, e o patrimônio é fornecido pelo instituidor. Complementando esta afirmativa Paes (2006) afirma que a fundação tem como finalidade o proveito dos seus destinatários, assim, uma fundação advém da disponibilidade e iniciativa de personalidades jurídicas que disponibilizam o patrimônio para serviços sociais, enquanto as associações podem realizar negócios para aumentar seu patrimônio, entretanto, não podem gerar renda aos seus associados, mesmo que isso possa trazer lucro para a entidade. Já as associações são formadas a partir da natureza jurídica, mediante a reunião ou agrupamento de pessoas para desenvolverem objetivos comuns sem a finalidade lucrativa.

Segundo O'Neill em 1998 (como citado em Nascimento, Borges, & Porto, 2016), o terceiro setor tem peculiaridades que o diferencia de outros segmentos organizacionais. Algumas destas características estão ligadas aos objetivos, aos valores, à arrecadação de recursos, bem como os resultados a serem atingidos, ao perfil do trabalhador e a complexidade organizacional.

Dois aspectos sobre o terceiro setor merecem ser discutidos, o primeiro aspecto é o planejamento estratégico que possibilita gerar uma gestão dos recursos tanto financeiros quanto humanos, caso esta premissa não seja levada a sério poderá ser ineficiente a administração destes recursos (Mario et al., 2013), o segundo aspecto é com relação à contabilidade, já que há uma baixa capacidade de profissionalização de gestão das organizações sem fins lucrativos, com isso a ausência de um contador faz com que tais instituições não sigam fielmente as normas e legislações dos países (Piza, Parisi, Megliori & Gallo, 2012). A demanda por suporte técnico e gerencial cresceu por parte do terceiro setor como um todo, gerando um mercado muito específico e também o interesse acadêmico a nível não somente nacional, mas internacional.

Assim, de um lado, a questão gerencial é de suma relevância nas instituições do terceiro setor. De acordo como Lima Filho, Bruni e Cordeiro Filho (2010), o planejamento estratégico proporciona às empresas planejar seu crescimento e manutenção no mercado. A gestão é uma ferramenta que pode contribuir para a entidade atingir seus objetivos com maior eficácia e eficiência. Segundo Furlan (2007), a estratégia na gestão das entidades, ultrapassa a velocidade das mudanças sociais, econômicas, políticas e ambientais, permitindo ações que proporcionam o redirecionamento constante dos objetivos e caminhos a serem percorridos pelas organizações. Por outro lado, a contabilidade de gestão possui, cada vez mais, um papel imprescindível na utilização eficiente da gestão dos recursos organizacionais, sejam entidades com ou sem fins lucrativos. (Santos, Laureano, & Machado, 2014).

Assim, o interesse do terceiro setor pela vertente empresarial gerou consequências no que tange a sua atuação, as entidades passaram a atuar em áreas como: direitos humanos, condições de trabalho, preservação do meio ambiente, defesa do consumidor e dentre outras (Spar La Mure, 2003; Bendell, 2004). A gestão desse setor é uma administração de resultados com a finalidade de atender causas sociais, apesar de não terem finalidade de lucrar, as entidades desse setor precisam ter balanços financeiros positivos para que assim possam manter e dar continuidade às suas atividades, bem como iniciar novos projetos, proporcionando resultados e reduzindo despesas, articulado a tudo isto, precisa ter uma visão do ser humano como questão central das suas ações sociais (Pereira, et al., 2013).

Com relação à profissionalização Guimarães, Pinho e Leal (2010) afirmam que na gestão organizacional e a profissionalização traz benefícios às entidades que buscam tal prerrogativa. Nesse sentido, esta característica pode proporcionar mais eficiência para as operações da administração.

Discutindo mais um pouco sobre as características das entidades do terceiro setor, Drucker (1999) afirma que são aquelas que não fornecem bens ou serviços e, sim, que têm o

ser humano como centro das questões. Seu produto é um ser humano mudado. As organizações sem fins lucrativos são agentes de mudança humana. Neste contexto, Kotler (1978) versa sobre as transformações da sociedade mediante as instituições sem fins lucrativos, assim aponta quatro tipos:

Mudança cognitiva: acontece quando o foco da ação está na informação e na alteração do nível de conhecimento da sociedade sobre determinada causa social. Exemplo: campanha valorizando e esclarecendo sobre o valor nutritivo do leite materno;

2) Mudança de ação: o objetivo é mudar a atitude das pessoas, induzindo-as a realizar alguma ação específica. Exemplo: campanha para racionalizar o uso da água;

3) Mudança de comportamento: tem como intuito ajudar as pessoas a modificarem algum aspecto de seu comportamento. Exemplo: campanha pela direção responsável nas rodovias;

4) Mudança de valor: buscar a mudança de crenças e valores dos públicos almejados. Exemplo: programas estimulando a adoção de crianças com deficiência.

Paes (2006) apresenta características comuns às entidades sem finalidade lucrativa: são mantidos financeiramente através de doações de empresas públicas ou privadas; contam com uma grande quantidade de mão de obra voluntária (que não recebem remuneração pelo trabalho); são formadas por população que se organizam de maneira voluntária como colaboradores; atendem a população em suas necessidades básicas. Por conseguinte, essas organizações para serem definidas como sem fins lucrativos compondo o terceiro setor é preciso que elas apresentem essas características. Assim, tal setor pode ser entendido como aquele composto pelo conjunto de entidades que preenchem as características anteriormente apresentadas e que têm como finalidade o desenvolvimento de ações voltadas à produção do bem comum da sociedade.

Corroborando com tais ideias Pimenta, Saraiva e Corrêa (2006) afirmam que a principal função do terceiro setor é preencher a lacuna existente entre a sociedade que demanda de serviços que não são oferecidos de maneira satisfatória pelo governo.

Neste contexto, podem-se apontar algumas dificuldades encontradas por organizações do terceiro setor, principalmente: falta de um setor responsável pela captação de recursos materiais e financeiros; e ausência de fontes financiadoras (Campos, 2008). Segundo Oliveira e Sanches (2004) a obtenção de recursos financeiros é um meio, e não um fim, as organizações sem fins lucrativos precisam ter comportamento de empresa e responsabilidade de Estado, em

razão da necessidade de serem autossustentáveis e de agirem no âmbito social, como de educação e saúde.

De todo modo, precisamos ficar atentos às dicotomias existentes no terceiro setor, como bem apresenta Teodósio (2001), de um lado, o terceiro setor é percebido como “a esperança” de introduzir no sistema social um novo modelo de organização diferente daquele desenvolvido pelo Estado, com mais agilidade e promovendo a geração de empregos, menos assistencialista, mais eficiente, ou seja, sendo agente no desenvolvimento da cidadania. Por outro lado, é percebido como precário no sentido de seus sistemas gerenciais e no que tange à profissionalização, já que apresenta um amadorismo frente à complexidade de organização, daí a necessidade de aprendizagem, além do mais, por obterem recursos de terceiros e estarem em uma teia de relações das mais diversas possíveis.

Ao abranger discussões do setor ora pesquisado, conforme Kisil (2008) afirma que o componente “inovação” chamava a atenção, pois o terceiro setor viveu um período de “estrelas”, pessoas que se destacaram pela capacidade de ousar e criar novidades, iniciativas diferentes, de sucesso. Isto funcionou como um antídoto para a inércia, mas, agora não se vê mais estas figuras. A autora se questiona onde está a criatividade, a ousadia? O que se evidencia é que um padrão na perspectiva que já se conhece. Outra questão esclarecedora é com relação autoestima, muitas instituições do terceiro setor estão sofrendo de uma sensação de “vitimização”, ao não reconhecer o impacto que causam para além das fronteiras organizacionais e verem a si mesmas como sofredoras. Parece haver uma oscilação entre o padrão da *vítima* e o da *vitrine*. Deste modo, se comportam como culpada por não obter os recursos de que necessita ou vai para o polo oposto, a de se sentir objeto de atenção e desejo, exibindo um comportamento exibicionista que não condiz com a realidade de seus resultados. Outras questões são importantes como a transparência para o público externo, articulação e mobilização de interessados, realização de parcerias, arranjos cooperativos e impactos na economia local.

Segundo Kisil (2008) emerge então o fenômeno do isomorfismo, que seria uma lógica de estabelecer um conjunto de práticas que possibilite o setor, ora em questão, tenha um bom posicionamento no chamado tecido social¹ do setor. Assim, os profissionais buscam neste quadro mais imitar práticas que deram certas e que já possuem legitimidade do que buscarem novas práticas, daí preferem aplicar formas que são indicadas por pares e financiadores.

¹ Durkheim (1977) A institucionalização de valores produz uma consciência coletiva que mantém o tecido social e como essa cadeia de valores reproduz uma lógica institucional e ritual manifesta nas relações humanas, onde as pessoas atuam no sentido de manter a mesma ordem e realimentar *status quo*.

Para Guilherme et al. (2002) há, também, toda uma preocupação, quanto ao destino dos recursos angariados, por parte dos financiadores como dos envolvidos diretamente pelas entidades, este fato se dá devido as consequências sociais, bem como no desenvolvimento da sociedade. Contudo, é evidente a dificuldade que muitas entidades têm para obter recursos na manutenção e desenvolvimento de suas atividades. Tachizawa (2014) afirma que os recursos para instituições do terceiro setor são derivadas, principalmente, de comercialização de produtos e serviços, de órgãos governamentais federais e estaduais, empresas privadas, contribuições associativas, institutos empresariais, doações de indivíduos, entre outros. Por isso, a necessidade de um planejamento estratégico, onde possibilite expectativas positivas. Em suma, uma entidade do terceiro setor é tipicamente mais complexa do que uma organização empresarial, no tipo e variedade de serviços prestados, bem como na relação com diversos públicos.

Neste contexto Cicca (2009) reforça que antes do processo de captação de recursos, é de suma importância realizar uma análise cuidadosa da organização para ter conhecimento se ela está ou não pronta para implementar tais atividades ou um determinado projeto. Neste processo de análise da organização, deve ser definido claramente a missão da organização, o seu público-alvo e como a entidade atua. As entidades do terceiro setor vão assumindo posturas mais profissionais de gestão, como condição essencial de sobrevivência, inevitavelmente necessitam divulgar de forma honesta e convincente sua atuação, com vistas a ampliar seu leque de parceiros.

De acordo com Speak, McBride e Shipley (2002) a captação ou mobilização de recursos é o processo de geração de recursos das organizações sem fins lucrativos, sem distinção de qual fonte a que foi angariado. O objetivo é a manutenção de sua finalidade principal. Atualmente a mobilização de recursos tem um sentido mais amplo do que captação de recursos, já que atende melhor a conceituação deste setor. A mobilização de recursos não denota somente garantir recursos novos, entretanto visa otimizar os recursos existentes e deste modo conquistando novas parcerias e encontrando fontes alternativas de recursos financeiros. O termo recursos abrange os recursos financeiros, recursos humanos, recursos de materiais e serviços.

A Associação Brasileira de Captação de Recursos (2007), estabelece um código de ética do captador de recursos, apresentando as seguintes bases:

1. Sobre a legalidade: o captador de recursos deve respeitar incondicionalmente a legislação vigente no País,

2. Sobre a remuneração: o captador de recursos deve receber pelo seu trabalho apenas remuneração preestabelecida,
3. Sobre a confidencialidade e lealdade aos doadores: o captador de recursos deve respeitar o sigilo das informações sobre os doadores obtidas em nome da organização em que trabalha,
4. Sobre a transparência nas informações: o captador de recursos deve exigir da organização para a qual trabalha total transparência na gestão dos recursos captados,
5. Sobre conflitos de interesse: o captador de recursos deve cuidar para que não existam conflitos de interesse no desenvolvimento de sua atividade,
6. Sobre os direitos do doador: o captador de recursos deve respeitar e divulgar o Estatuto dos Direitos do Doador.
7. Sobre a relação do captador com as organizações para as quais ele mobiliza recursos: o captador de recursos, seja funcionário ou autônomo ou voluntário, deve estar comprometido com o progresso das condições de sustentabilidade da organização.

Sobre a gestão transparente, as organizações sem fins lucrativos precisam ter compromissos éticos. Portanto, elas têm o dever de possuir uma gestão em que as informações sejam cristalinas e disponíveis para seus membros, por isso, é fundamental o acompanhamento das ações desenvolvidas, monitorando a relação existente entre a aplicação de recursos e o alcance das ações (Maia et al, 2009).

Segundo Cicca (2009) a captação de recursos é responsável por financiar o desenvolvimento dos trabalhos, bem como promover o setor. Deste modo, a organização tem um enorme papel para que o terceiro setor obtenha sucesso. Por isso, é necessário ter um arquivo com atualizações constantes, com dados e históricos dos doadores, bem como a forma que doadores colaboram.

Neste contexto, os investimentos de cunho privado e/ou governamental levaram o terceiro setor a participar da economia de mercado, utilizando-o como fonte de recursos de modo geral (Kisil, 2008). Assim, com o objetivo de serem mais competitivas na captação, o terceiro setor tem revelado estratégias típicas de gestão para que tenha uma comunicação mais fácil com seus financiadores.

Uma das estratégias de suma importância é o marketing de projetos sociais. As organizações buscam a fixação da imagem, promoção da marca e/ou do produto, bem como a fidelização e captação de clientes. No que tange ao terceiro setor é interessante discutir o marketing social. O objetivo do marketing social é modificar comportamentos, atendendo

interesses do mercado ou sociedade, que ocorre pela efetivação de ideias e serviços. Conforme Carvalho e Felizola (2009), O marketing e a forma de captação de recursos no terceiro Setor diferem na maneira em que são praticados nas empresas. Assim, a estratégia de marketing do terceiro setor se dá no sentido das pretensões que a organização tem para o futuro e assim criando mecanismos para conseguir tais finalidades.

De tal modo, remete-se ao entendimento de marketing social no sentido de que sua prática consiste em uma ferramenta estratégica, tendo como finalidade a transformação social, mediante a utilização de instrumentos do marketing. Daí, não deve ser reduzido à mera divulgação das ações sociais de uma organização, tendo em vista acrescentar valor à marca e à imagem de uma empresa, como vem sendo difundido no Brasil. (Rodrigues, Peixoto, & Sette, 2012).

Esta afirmação pode ser reforçada por Sina, Souza (1999), marketing social é o uso das técnicas e ferramentas do marketing tradicional, para promover a adoção de comportamento que desenvolverá a saúde e o bem-estar de um público-alvo específico ou da sociedade como um todo”. Portanto, para o terceiro setor, o marketing social faz parte da gestão estratégica do processo de transformação social, diante do alcance de novos comportamentos e práticas, tanto na dimensão individual quanto coletiva.

O marketing social, deste modo, não tem a lucratividade como finalidade, entretanto a mudança do estado atual da sociedade para um estado “ideal” de comportamento (Rodrigues, Peixoto, & Sette, 2012). Marketing social é um modelo de gestão voltada para as transformações sociais com base na mudança de comportamentos e atitudes, individuais e coletivas (Kotler, 1978).

O marketing social promove a imagem da empresa como benfeitora e sensível às causas sociais, sendo normalmente utilizado por empresas e corporações em benefício das causas de algumas instituições. O marketing das campanhas sociais tem características muito peculiares. Possuem um forte apelo emocional, contribui para um movimento sério, que rapidamente obtém a adesão de empresas, governo e sociedade civil, geralmente conta com apoio da mídia, valoriza o produto e constrói uma imagem positiva da empresa para o consumidor. São campanhas neste sentido as contra a fome, contra violência, a favor do desarmamento e valorização da cidadania.

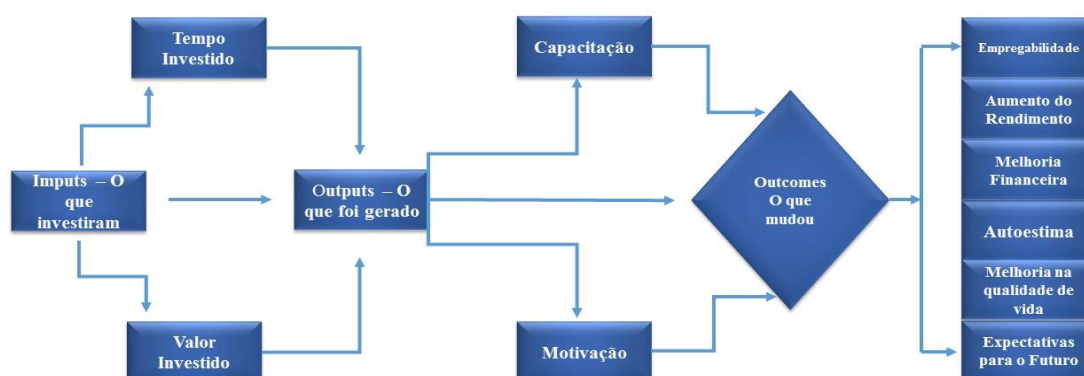
2. MODELO TEÓRICO

Este modelo teórico contém interrogativas que são qualificadas segundo o questionário aplicado na instituição “Centro de Arte e Cultura Canoa Mulher.” Segundo Nascimento (2013), a estruturação do estudo, ou seja, a averiguação de todas as possibilidades existentes até atingir a conclusão é desempenhada pelo modelo teórico.

As variáveis do modelo são: *Inputs* – o que investiram (tempo investido e valor investido), *outputs* – O que foi gerado (Capacitação e Motivação) e os *Outcomes* ou resultados – o que mudou para os participantes das oficinas de serigrafia e corte e costura oferecidas pelo projeto Mãos de Arte II (empregabilidade, aumento no rendimento, melhoria na autoestima, qualidade de vida e expectativas para o futuro). Todos estes comandos coordenaram a pesquisa para se obter o retorno social do investimento, conseqüentemente a análise dos impactos sobre os participantes do projeto.

No que concerne o questionário, buscou-se englobar questões que culminasse os *Inputs* – o que os participantes das oficinas investiram, os *outputs* – o que foi gerado com a execução do projeto, e os *Outcomes* – o que mudou após a conclusão das oficinas para os participantes. E todas as variáveis são primordiais para elaboração do mapa de impacto.

Figura 8. Esquema da relação entre Inputs, Outputs e Outcomes do projeto Mãos de Arte II.



Adaptado de Nascimento (2013).

2.1. Escopo da Análise

Em alguns tópicos acima foram selecionadas e descritas metodologias, teorias e peculiaridades das fundações que aprimoraram e aplicaram o SROI. Daí então, fez-se necessário a escolha da metodologia adequada a aplicação no estudo de caso de maneira a demonstrar a importância da mensuração dos impactos dos projetos sociais para sociedade.

Assim, a metodologia que foi adotada para a aferição do retorno social do caso prático, projeto Mãos de Arte II implementado pelo Centro de Arte e Cultura Canoa Mulher, designa-se SROI da Social Value UK (Nicholls e outros, 2012). Esta metodologia foi detalhada no ponto 2.5.4 desta pesquisa, onde se apresentou as fases e o checklist que aponta mecanismos de início e finalização da avaliação SROI.

O estudo de caso foi direcionado ao projeto Mãos de Artes II que ofereceu oficinas (minicursos) de serigrafia e corte e costura gratuitos a 60 cidadãos aracatienses de baixa renda. Para o devido entendimento dos impactos deste projeto para com os cidadãos participantes, fez-se necessário a concepção do mapa de impacto e a averiguação das interrogativas que foram as seguintes:

- I. *Inputs* – O que investiram?
 - Tempo investido: Quanto tempo investiram na oficina ofertada pelo projeto?
 - Valor investido: Qual valor monetário dispendido em custos com transporte?
- II. *Outputs* – O que foi gerado?
 - Capacitação: O projeto Mãos de Artes II foi benéfico para a sua capacitação no sentido que tornou possível um conhecimento específico, quando de outra forma não seria possível?
 - Motivação: Sentiu que a sua motivação foi otimizada por usufruir de um projeto gratuito, conseguindo assim melhores resultados no aprendizado?
- III. *Outcomes* - O que mudou?
 - Rendimento: Houve aumento no seu rendimento após a conclusão da (s) oficina (s)?
 - Empregabilidade: Durante e após a conclusão da (s) oficina (s) você sentiu maior empregabilidade?
 - Melhoria financeira: Houve melhoria financeira para você e sua família após a sua participação no projeto Mãos de Arte II?

- Autoestima: Houve aumento na sua autoestima durante e após a conclusão da (s) oficina (s)?
- Melhoria na qualidade de vida: Houve melhoria na sua qualidade de vida após a sua participação no projeto Mãos de Arte II?
- Expectativas para o futuro: Houve aumento das suas expectativas para o futuro após a sua participação no projeto Mãos de Arte II?

2.2. Apresentação do Estudo de Caso - O projeto Mãos de Artes II

O projeto Mãos de Artes II foi implementado pelo Centro de Arte e Cultura Canoa Mulher, com a finalidade de capacitar cidadãos aracatienses através de oficinas de serigrafia e de corte e costura. Ademais os contemplados com o projeto tiveram aulas de cidadania, com foco em cooperativismo, associativismo, empreendedorismo e educação financeira.

O projeto foi destinado a promover a formação dos participantes de forma que eles replicassem os conhecimentos adquiridos e conseguissem desenvolver as habilidades e as competências para a geração de renda. Aqueles que concluíram as oficinas, em sua maioria era do sexo feminino, com a faixa etária de 18 a 55 anos. Eles se sentiram aptos a produzir peças artesanais de boa qualidade e acabamentos em condições de serem comercializados. Uma vez que a cidade de Aracati tem um turismo bastante significativo.

O Centro de Arte e Cultura Canoa Mulher desenvolve projetos sociais que buscam modificar as perspectivas financeira daqueles de baixa renda. Este Centro é uma organização não governamental fundada em 30 de março de 2007 no município de Aracati, polo do artesanato do Estado do Ceará-Brasil. Em que o intuito principal é de qualificar e profissionalizar as cidadãs aracatienses, preparando-as para a geração de trabalho e renda para possibilitar uma melhoria nas condições socioeconômicas das famílias.

A organização foi construída com parcerias sérias e transparentes, por grandes experiências de vida, tendo como missão, garantir a construção da cidadania, desenvolvendo os membros da comunidade a partir de valores humanos e universais, tendo o direito à qualificação profissional, o desenvolvimento cultural e intelectual, como pressuposto fundamental.

As atividades do Projeto Mãos de Artes II consistiram em: realizar a capacitação dos cursistas em Corte e Costura e Serigrafia; desenvolver ações para aprimorar os produtos artesanais feitos na região, isto é, explorar o talento e aptidões dos participantes para a confecção de peças das mais diversas tipologias (repaginando o design de traços da tradição

local); fomentar o artesanato de forma integrada, valorizando a identidade cultural da comunidade e promover uma melhoria na qualidade de vida de seus participantes.

O resultado expresso guardou algumas particularidades: o cultural, na preservação do patrimônio como rendas, labirintos, bordados, crochê, dentre outros. No qual divulgou-se os traços da cidade retratando a arquitetura do lugar, notadamente casarões. Onde foi produzida e organizada a coleção “Se Essa Rua Fosse Minha” composta de vestuário e ecobags com motivos relacionados a azulejos portugueses, usados nas construções antigas da cidade. (Relatório projeto Mãos de Arte II).

No ecológico tratou-se da utilização de matérias primas de origem local ecologicamente correta. No econômico se desenvolveu através da geração de trabalho e renda, capacitações, comercialização da produção o que eleva a renda das famílias envolvidas. No social a organização contribui com a criação de um ambiente de convivência, aprendizagem e desenvolvimento pessoal e local. Pois, alguns dos participantes deram um depoimento de superação de problemas após a finalização do projeto, tais como a baixa autoestima e as perspectivas para o futuro.

Figura 9. Fotos de produtos feitos pelos participantes do projeto Mãos de Arte II.



Fonte: Centro de arte e Cultura Canoa Mulher.

2.2.1. Abrindo parênteses para os Aspectos socioeconômicos da cidade de Aracati-Ceará – Brasil.

Aracati é um município do estado do Ceará, localizado na região nordeste do Brasil. Situada na região leste do Ceará, Aracati, cujo significado na linguagem indígena significa “Aragem Cheirosa”, tempo bom ou ainda “Bons Ventos”, limita-se com os municípios de Fortim, Icapuí, Itaiçaba, Jaguaruana e Beberibe, o oceano Atlântico e com o Estado do Rio Grande do Norte. O acesso ao município a partir de Fortaleza, capital do estado do Ceará, pode ser feito através da rodovia CE-040 ou utilizando-se embarcações à vela e de pequeno porte.

Possui uma população estimada em 2015 de 72.727 habitantes, sendo sua área de unidade territorial de 1.228.058 Km², com densidade demográfica 2010 (hab/km²).

O perfil populacional apresenta dois grupos distintos, primeiro uma população fixa, que são aqueles que residem no município e no segundo grupo, uma população flutuante formada por veranistas que passam temporadas em suas casas de veraneios e turistas que se hospedam em hotéis e pousadas, principalmente, em festas populares como o carnaval, atraindo para o município uma média de 150.000 visitantes somente no período carnavalesco. Este grande número de pessoas que formam a população flutuante contribui de sobremaneira para a geração de emprego e renda para seus moradores incrementando e desenvolvendo o setor turístico municipal. Em Aracati, há um aumento populacional na zona urbana e um decréscimo na população rural (censo 1991 a 2000).

Em termos de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal- IDHM em 2010 foi 0,655. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um dado estatístico formulado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na tentativa de analisar o desenvolvimento de países, regiões e municípios a partir de fatores como educação, saúde e renda, deste modo não estando associado apenas a dados estritamente econômicos utilizados. Assim, o cálculo do IDH é efetuado a partir de três elementos da população: renda, educação e saúde, como dito anteriormente. Assim, quanto mais esses três aspectos apresentarem melhorias, melhor será o IDH da localidade em questão. Contudo, este índice apresenta limitações, já que alguns elementos importantes sociais não são levados em consideração.

Com relação à formação do município de Aracati, este tem como data de fundação 1962. No período colonial e regencial do Brasil, Aracati foi uma das vilas mais importantes do Ceará. Assim, no litoral leste, na desembocadura do rio Jaguaribe, possuía um Porto e era o

principal centro de beneficiamento da carne de charque². “As charqueadas representavam um papel preponderante no desenvolvimento da vila e os seus donos, em atividade por volta de 1750, eram realmente pessoas de destaque na esfera econômica, política e social da colônia” (Girão, 1984, p. 112). Deste modo Aracati, nos séculos XVIII e XIX apresentavam como principais atividades econômicas: as charqueadas, o cultivo do algodão e as atividades de agropecuária. Já no século XX, Aracati como seu patrimônio histórico e suas praias aos poucos passa a ser atrativo para o turismo. Assim, Aracati toma-se área de expansão turística do estado e emerge como uma forte região turística do país.

A atividade turística promove o reordenamento territorial de Aracati, pode-se assim afirmar. A participação do Estado, sociedade civil, organizações de grande, de médio e de pequeno porte guinaram sua atuação no município alterando o modo de vida e das atividades econômicas. Nos países tropicais, os litorais passam a serem lugares privilegiados da atividade. Esta atividade econômica é voltada ao consumo de lugares, viagens e lazers daqueles que possuem poder aquisitivo proporciona formas de trabalho nos núcleos receptores. Daí a compreensão de que enquanto uns brincam outros trabalham, e assim trabalho e lazer formam pares dialéticos.

² Carne que passa pelo processo de desidratação. É colocado bastante sal fino em toda a superfície da carne, e levada para descansar durante um bom período. É repetido o processo de colocar e repor sal é feito alguns vezes por um período média de 10 dias.

3. METODOLOGIA

O tópico designado a metodologia, ou melhor, à análise metodológica do estudo, estabeleceu-se a estruturar a metodologia utilizada na pesquisa com o propósito de interpretar e estudar suas características. Para que assim, os desdobramentos obtivessem explicações claras, detalhadas, rigorosas e precisas. O desenvolvimento do trabalho, especificamente a metodologia empregada, está dividida em subcapítulos: 3.1. Perfil da pesquisa, em que se transportou aspectos do questionário de forma a explicá-lo para construção da pesquisa. 3.2. O questionário e sua importância para a aferição do SROI, em que foi elucidado a relevância do questionário para cálculo SROI. 3.3. Definição da População e Amostra - momento de identificação da amostra da pesquisa. 3.4. Método de Recolha de dados e Instrumentos - procedimentos de recolha de dados do questionário e interpretação dos dados. E por fim 3.5. Análise estatística – interpretação dos dados com o auxílio das medidas estatísticas.

3.1. Perfil da pesquisa

Para a coleta de informações, a fim de um desenvolvimento qualitativo da pesquisa foi aplicado o questionário composto por catorze perguntas com o propósito de obtenção de informações relevantes à investigação. Em que as questões iniciais abordaram temas abertos, de fácil resposta, com o propósito de envolver o respondente e as questões mais importantes e delicadas foram inseridas no meio do questionário (Nogueira, 2002).

A concepção do questionário aplicado nesta investigação teve como referência um questionário já construído e utilizado previamente em outra dissertação intitulada por “A Mensuração do retorno Social do Investimento – SROI e sua aplicabilidade no Contexto Lusófono”. Da autoria de David César Guerreiro De Jesus Nascimento para a obtenção do grau de mestre em Gestão de Empresas, Especialidade em Planeamento Estratégico e Inovação pela Universidade Autónoma de Lisboa em 2013.

O questionário aplicado nesta investigação foi apresentado da seguinte forma: Este questionário faz parte da dissertação de mestrado com o título: "Valoração dos Impactos Sociais: Incorporação da Metodologia SROI para Mensuração do Retorno Social do Projeto Mãos de Arte II em Aracati-Ceará- Brasil” onde se pretende demonstrar os impactos socioeconômicos gerados do projeto Mãos de Arte II promovido pelo Centro Cultural Canoa Mulher.

As perguntas foram ordenadas conforme o modelo teórico onde foram dirigidas aos “Inputs” - O que investiram? Aos “Outputs - O que foi gerado? ” E aos “Outcomes - O que mudou? ”. Para os “Inputs - O que investiram? ” Foram considerados como investimento por parte dos cursistas, as variáveis “tempo” e “valor”. Na variável “tempo” com o intuito de medir quanto tempo foi investido pelos os cursistas durante o período do projeto. Em relação à variável “ valor” buscou-se apurar qual o valor monetário custeado pelos cursistas que necessitaram de transporte para o deslocamento, já que o projeto ofertou gratuitamente o minicurso.

Para os “Outputs - O que foi gerado? ”, analisou-se as variáveis “capacitação” referente a interrogativa que aborda o quão o projeto foi benéfico para a capacitação dos cursistas de baixa renda no sentido que tornou possível um conhecimento específico, quando de outra forma não seria possível, e a variável “motivação” no ponto de vista que a motivação dos cursistas foi otimizada por usufruir de um projeto gratuito atingindo assim melhores resultados no aprendizado.

As variáveis usadas para os “Outcomes – O que mudou? ” Foram “Empregabilidade”, “Rendimento”, “Melhoria financeira”, “Autoestima”, “Melhoria na qualidade de vida “e “ Expectativas para o futuro”. A primeira variável foi utilizada no intuito de obter a informação se após as oficinas o participante estava apto a exercer uma profissão na área em que se capacitou.

No que tange a segunda variável, fez-se o estudo da relação entre a capacitação na oficina escolhida e o aumento do rendimento médio após o término do projeto, ou seja, se o participante empregado obteve aumento no seu rendimento médio durante e após o projeto. Na terceira variável, procurou-se investigar se houve melhoria financeira para participante e sua família após a conclusão do projeto Mãos de Arte II. Para a quarta, o direcionamento foi para entender o impacto do projeto na autoestima dos participantes.

A quinta variável teve o papel de demonstrar na pesquisa se houve melhoria na qualidade de vida das pessoas que participaram do projeto após seu fim. E na sexta, o estudo buscou entender se o projeto causaria impacto no que se refere a perspectiva para o futuro dos participantes.

3.2. O questionário e sua importância para a aferição do SROI

Para o propósito final deste estudo o questionário aplicado foi uma ferramenta crucial para a obtenção dos dados inerentes a compreensão da pesquisa. Ademais, a partir do inquérito foram interpretados os dados relevantes para descrever a conjuntura do estudo e posteriormente para o preenchimento do mapa de impacto, de forma a mensurar o retorno social do investimento – SROI.

Todas as perguntas contidas no questionário intitulado: "Valoração dos Impactos Sociais: Incorporação da Metodologia SROI para Mensuração do Retorno Social do Projeto Mãos de Arte II em Aracati-Ceará- Brasil" têm especial importância no tópico 4, “ Resultados”, no qual foram analisados os resultados do processo de investigação e o preenchimento do mapa de impacto conforme as informações extraídas do questionário. Logo adiante, no tópico 5 “ Conclusões”, tratou-se das conclusões do estudo colhidas segundo os dados do questionário.

O conjunto de informações extraídas do inquérito foram trabalhadas estatisticamente onde se consideram os valores apurados na análise estatística do sub tópico 3.6 “ Exposição de Resultados” com o desígnio de que a metodologia expressa nesta pesquisa permita responder as questões que conduziram esta investigação: “ O projeto Mãos de Artes II foi benéfico para a sua capacitação no sentido que tornou possível um conhecimento específico, quando de outra forma não seria possível? ”.

Em sequência: “Sentiu que a sua motivação foi otimizada por usufruir de um projeto gratuito, conseguindo assim melhores resultados no aprendizado? ”, “Houve aumento no seu rendimento após a conclusão da (s) oficina (s)? ”, “Durante e após a conclusão da (s) oficina (s) você sentiu maior empregabilidade? ”, “Houve melhoria financeira para você e sua família após a sua participação no projeto Mãos de Arte II? ”, “ Houve aumento na sua autoestima durante e após a conclusão da (s) oficina (s)? ”.

Dando continuidade: “Houve melhoria na sua qualidade de vida após a sua participação no projeto Mãos de Arte II? ”, “Houve aumento das suas expectativas para o futuro após a sua participação no projeto Mãos de Arte II? ”. Cada desencadeamento da pesquisa teve o objetivo de traduzir em valores (reais) qual o retorno social do investimento da execução do projeto Mãos de Artes II para com seus participantes.

3.3. Definição da População e Amostra

A amostra estudada foi constituída por participantes do projeto Mãos de Arte II, implementado pelo Centro de Arte e Cultura Canoa Mulher que responderam ao questionário da pesquisa. As informações coletadas referem-se ao ano de 2015. A amostra equivale à 52 participantes, como dito anteriormente, que responderam ao inquérito, dos minicursos de serigrafia e corte e costura ofertados pelo projeto.

3.4. Método de Recolha de dados e Instrumentos

Perguntas de cunho socioeconômico – Escolaridade, Faixa etária e Auxílio do governo: Primeira pergunta – “Tendo em conta a seguinte escala, em qual (is) oficina (s) você participou no projeto Mãos de Artes II? Sendo representativo (1) Corte e Costura, (2) Serigrafia, (3) Corte e Costura e Serigrafia”. A primeira questão foi inserida apenas por caráter informativo, para se ter a ciência do número de participantes em cada curso e qual o mais buscado.

Segunda pergunta: “Tendo em conta a seguinte escala, qual a sua faixa etária no período do projeto? Sendo representativo (1) 18 a 25 anos, (2) 26 a 35 anos, (3) 36 a 45 anos, (4) 46 a 55 anos, (5) representativo de mais 55 anos”. A segunda questão foi inserida apenas por caráter informativo, para se ter o conhecimento da média da faixa etária dos participantes do projeto.

Terceira pergunta: “Tendo em conta a seguinte escala, qual a sua escolaridade no período do projeto? Sendo representativo (1) alfabetizado, (2) Ensino Fundamental não concluído ou concluído, (3) Ensino médio não concluído ou concluído, (4) Ensino Superior não concluído ou concluído, (5) Pós-graduação”. Estas questões iniciais tiveram o propósito de envolver o respondente com sua facilidade de resposta (Nogueira,2002).

Quarta pergunta: “Tendo em conta a seguinte escala, você recebia algum auxílio do governo no período do projeto? Sendo representativo (1). Não, (2). Sim. O Bolsa-família, (3). Sim. Seguro desemprego”. A quarta questão compôs os cálculos para mensuração dos impactos destes auxílios relacionados ao governo e a sociedade.

Perguntas relativas aos *Inputs* – o que investiram? Quinta pergunta: “Tendo em conta a seguinte escala, quanto tempo foi investido por você na (s) oficina (s) promovidas pelo projeto Mãos de Arte II? Sendo (1) representativo 0 a 1 mês, (2) representativo de 1 a 2 meses, (3) representativo de 2 a 3 meses, (4) representativo de 3 a 4 meses, (5) representativo de 4 ao término da (s) oficina (s)”. Esta pergunta foi utilizada por conter um dos elementos relevantes

para a mensuração do tempo investido pelos participantes do projeto. Adaptado de (Nascimento,2013).

Sexta pergunta: “Tendo em conta a seguinte escala, qual o valor por você despendido com transporte para frequentar a (s) oficina (s) do projeto Mãos de Artes II? Sendo (1) representativo R\$ 0,00 (2) representativo de R\$ 2,40 a R\$ 288,00 (3) representativo de R\$ 288,00 a R\$ 480,00 (4) representativo de R\$ 480,00 a R\$ 576,00 e (5) representativo mais de R\$ 576,00 ”. A questão acima foi inserida no intuito de auxiliar nos cálculos dos custos em média dos participantes para frequentar as oficinas. De forma a fazer parte da mensuração do SROI.

Perguntas referentes aos Outputs - O que foi gerado? Sétima Pergunta: “O projeto Mãos de Artes II foi benéfico para a sua capacitação no sentido que tornou possível um conhecimento específico, quando de outra forma não seria possível? ”. Tal questão possibilitou a aferição do percentual de pessoas que se sentiram capacitadas quando de outro modo não teria possibilidade. Baseado em (Nascimento,2013).

Oitava pergunta: “Sentiu que a sua motivação foi otimizada por usufruir de um projeto gratuito, conseguindo assim melhores resultados no aprendizado? ”. Esta interrogativa auxiliou na mensuração de quantas pessoas sentiram-se motivadas a aprender um ofício por usufruir de um projeto gratuito. Baseado em (Nascimento,2013).

Outcomes - O que mudou? Nona Pergunta: “ Se empregado no período do projeto, houve aumento no seu rendimento médio após a conclusão da (s) oficina (s)? ”. No que explicou esta informação foi no número de pessoas que conseguiram através do projeto capacitarem-se e com isso aumentarem o rendimento médio.

Décima Pergunta: “Tendo em conta a seguinte escala, se desempregado no período do projeto, durante e após a conclusão da (s) oficina (s) você sentiu maior empregabilidade? Sendo representativo (1). Não. Continuei desempregado, (2). Sim. Estou empregado de carteira assinada, (3). Sim. Sou empregado autônomo (4). Sim. Outros”. Esta pergunta indicou o nº de empregados devido ao projeto. Baseado em (Nascimento,2013).

Décima Primeira Pergunta: “ Houve melhoria financeira para você e sua família após a sua participação no projeto Mãos de Arte II? ”. Esta questão teve um cujo de aferir quantos dos participantes sentiram melhoria financeira após o projeto. Décima Segunda Pergunta: “Houve aumento na sua autoestima durante e após a conclusão da (s) oficina (s)? ”. Esta pergunta buscou entender o impacto na autoestima dos participantes do projeto, tendo como referência (Social Impact Scotland 2013).

Décima terceira Pergunta: “Houve melhoria na sua qualidade de vida após a sua participação no projeto Mãos de Arte II? ” Do mesmo modo da questão anterior, esta tratou do que se refere a impactos na qualidade de vida dos cursistas do projeto, tendo como referência (Social Impact Scotland 2013).

Décima Quarta Pergunta: “Houve aumento das suas expectativas para o futuro após a sua participação no projeto Mãos de Arte II? ”. Na finalização do questionário, esta pergunta quis entender em forma de percentual se houve impacto nas perspectivas para o futuro do participante do projeto, tendo como referência (Social Impact Scotland 2013).

3.5. Análise estatística

Os dados expostos na análise da estatística descritiva dizem respeito a amostra (nº de participantes do projeto que responderam o questionário da pesquisa), as respostas trabalhadas estatisticamente referem-se aos “Inputs, Outputs e Outcomes” e as informações relevantes ao cálculo de índices do SROI. Para a apresentação e discussão dos resultados da análise estatística foi utilizado o programa Excel. No programa foi calculada a estatística dos itens: média e o desvio padrão de cada um dos itens da análise. Como também, a apuração dos dados percentuais, a elaboração de gráficos relacionados aos “Inputs, Outputs e Outcomes” e as informações necessárias aos cálculos SROI deste estudo de caso.

Estatística dos Itens:

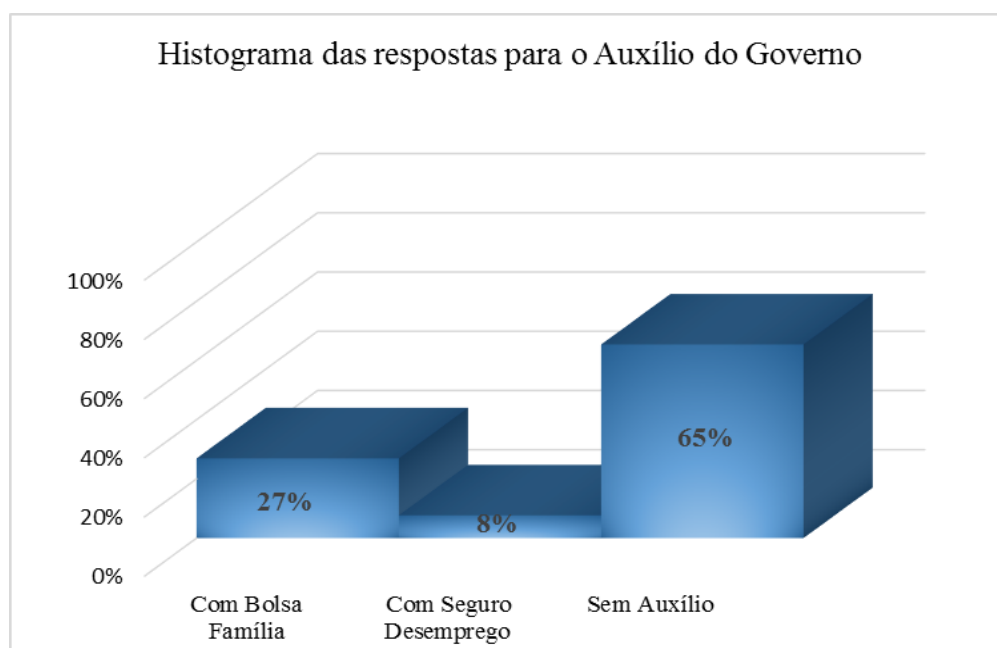
Na tabela seguinte situam-se a estatística dos itens em que estão representadas a média e o desvio padrão de cada item do estudo. Na análise pertinente a estatística descritiva dos itens, observa-se que os itens “ tempo investido” e “ possibilidade para capacitação” têm as maiores médias se comparados aos demais itens que seguem a mesma escala 4,71 respectivamente. Sendo considerados valores altos de uma escala de valor mínimo 1 e máximo 5. No entanto os desvios padrões destes itens foram: 0,427 e 0,750 respectivamente, ou seja, valores baixos que reforçam que nestes itens as respostas da maioria dos participantes da amostra demonstram altos níveis de concordância com as perguntas dos itens.

Tabela 3. Estatística dos Itens.

Itens	Média	Desvio Padrão	Nº
Curso Escolhido pelo participante	1,52	0,505	52
Faixa Etária do participante	3,15	1,178	52
Escolaridade do participante	2,40	0,774	52
Auxílio do Governo que o participante recebia	1,42	0,637	52
Tempo Investido pelo participante	4,88	0,427	52
Valor Investido pelo participante	1,75	1,250	52
Possibilidade para Capacitação	4,71	0,750	52
Motivação para aprender	4,65	0,764	52
Aumento no Rendimento	4,21	1,578	52
Aumento da Empregabilidade	2,47	1,133	52
Melhoria Financeira	4,10	1,672	52
Autoestima	4,29	1,226	52
Melhoria na qualidade de vida	4,10	1,071	52
Expectativa para o Futuro	4,42	0,776	52

Em prosseguimento à análise, a média e o desvio padrão do item “auxílio do governo que o participante recebia” notam-se em 1,42 e 0,637 respectivamente, na tabela estatística dos itens, reportando que a maioria dos participantes escolheram respostas similares. Sendo considerados neste item os seguintes valores: 1- para aqueles que não recebia nenhum auxílio, 2 – para aqueles que recebiam o auxílio o bolsa-família e 3- para aqueles que recebiam o auxílio seguro desemprego.

Gráfico 6. Histograma das respostas para o Auxílio do Governo



Do mesmo modo ocorre com o item “valor investido pelo participante” com a média de 1,75 e o desvio padrão de 1,250 onde foram considerados o valor 1 para nenhum valor investido, o valor 2 para o intervalo de R\$ 2,40 a 288,00, o valor 3 para o intervalo de R\$ 288,00 a R\$ 480,00, o valor 4 para o intervalo de R\$ 480,00 a R\$ 576,00 e valor 5 para o investimento superior a R\$ 576,00. E também para o item “curso escolhido pelo participante onde a média é 1,52 e o desvio padrão é 0,505. Neste item os participantes tiveram que informar o minicurso que cursou através dos valores representativos 1,2 e 3.

No que concerne o item “aumento da empregabilidade” no qual a média é 2,47 e o desvio padrão é 1,133, na tabela estatística dos itens, foi apenas para aqueles que estavam desempregados no período do projeto. Dado que, as respostas ficaram organizadas para se obter as seguintes informações para auxílio nos cálculos do SROI: valor 1- continuou desempregado, valor 2- está empregado de carteira assinada, valor 3- está empregado de maneira autônoma e valor 4- está empregado de outras formas. E o item “ aumento no rendimento” foi apenas para aqueles que estavam empregados no período do projeto, da qual foi utilizado a escala de concordância de 1 a 5.

Tabela 4. Análise da Empregabilidade e Rendimento

Descrição	Respostas %
Desempregado no período do Projeto	73%
Empregado após o Projeto	56%
Desempregado após o Projeto	17%
Empregado no período do Projeto	27%
Concordo totalmente com o Aumento do Rendimento	21%
Concordo parcialmente com o Aumento do Rendimento	2%
Discordo totalmente com o Aumento do Rendimento	4%
Total Geral	100%

Posto isto, para uma análise descritiva dos Inputs, os dados ficaram dispostos da seguinte forma na tabela dinâmica abaixo retirada do programa Excel. Em que segundo as informações, a maioria dos participantes do projeto Mãos de Arte II responderam de forma uniforme os itens relacionados aos Inputs, ou seja, a maioria concluiu o minicurso e não teve nenhum custo com a oficina que frequentou.

Tabela 5. Dados dos Inputs.

Descrição	%	Descrição	%
Tempo e Valor Investido		Tempo e Valor Investido	
► de 2 a 3 meses	4%	► de 4 meses ao término	92%
◦ Nenhum valor investido	4%	◦ de R\$ 2,40 a R\$ 288,00	4%
► de 3 a 4 meses	4%	◦ de R\$ 288,00 a R\$ 480,00	2%
◦ de R\$ 288,00 a R\$ 480,00	2%	◦ de R\$ 480,00 a R\$ 576,00	21%
◦ Nenhum valor investido	2%	◦ Nenhum valor investido	65%
Total Geral		Total Geral	100%

Para as informações sobre os Outputs, foi feito dois gráficos um para a capacitação e outro para a motivação dos participantes, a fim de demonstrar as frequências das respostas em porcentagem. Como nos itens acima, estes também demonstram um certo grau de concordância nas respostas. Se sobressaindo apenas os 12% que concordaram parcialmente com o item possibilidade de capacitação e os 21% que concordaram parcialmente com o item motivação para aprender, onde observa-se abaixo.

Gráfico 7. Histograma das respostas para Capacitação

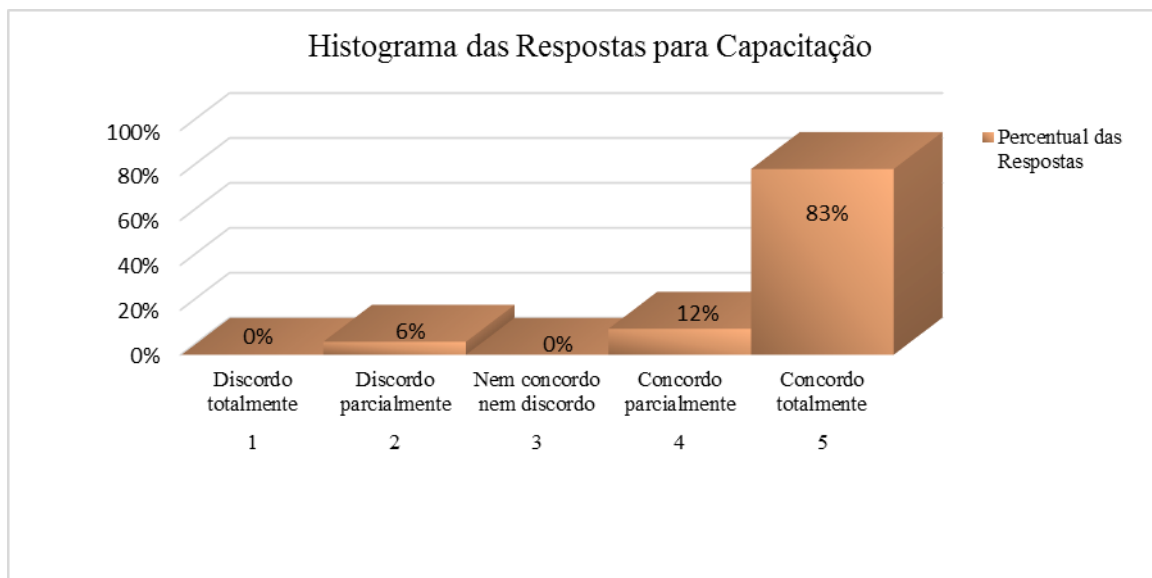
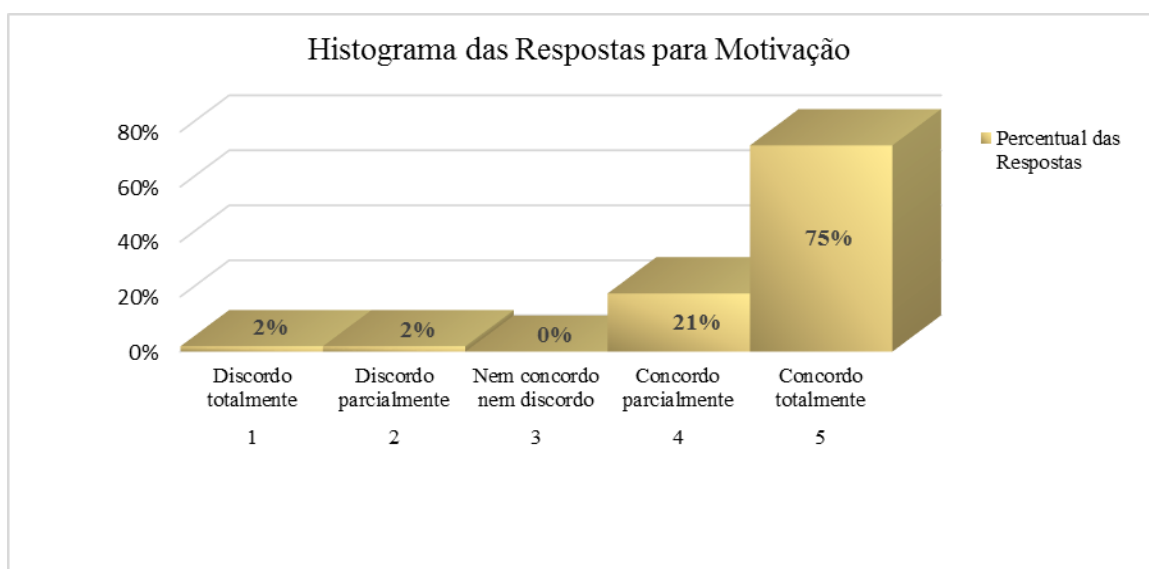


Gráfico 8. Histograma das respostas para Motivação

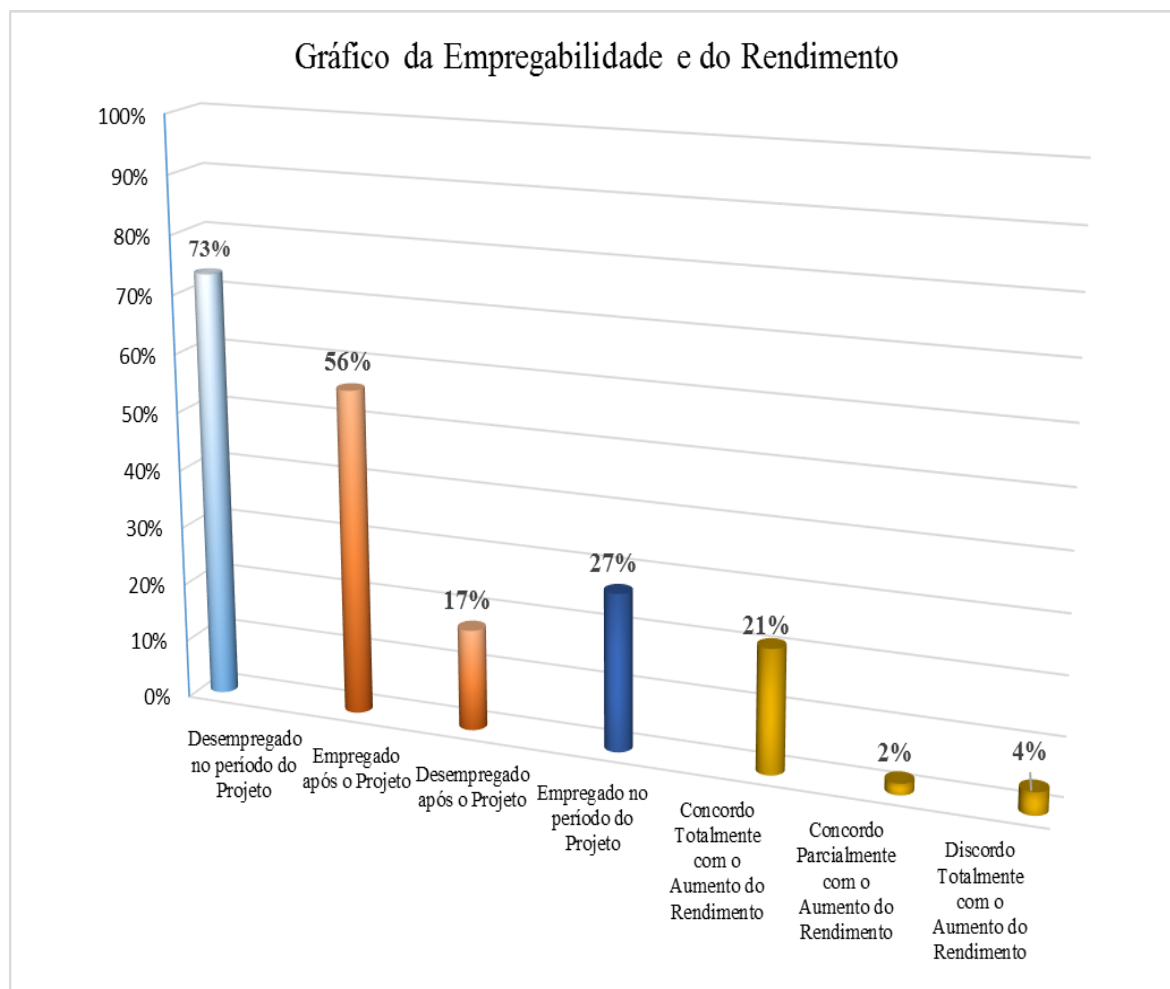


No que tange os Outcomes, elaborou-se também dois gráficos um representando a empregabilidade e o rendimento e outro gráfico a melhoria financeira, a autoestima, a qualidade de vida e a expectativas para o futuro, no intuito de evidenciar o percentual das respostas dos participantes das oficinas.

Como citado anteriormente, a pergunta a respeito à empregabilidade foi apenas para aqueles que estavam desempregados no período do projeto, visto que, as informações sobre a modalidade de emprego foi algo relevante para os cálculos SROI e o preenchimento do mapa de impactos. Para aqueles que eram empregados, 27% da amostra, no período do projeto foi reservada a pergunta relacionada ao aumento no rendimento. Onde observa-se no gráfico 9 que

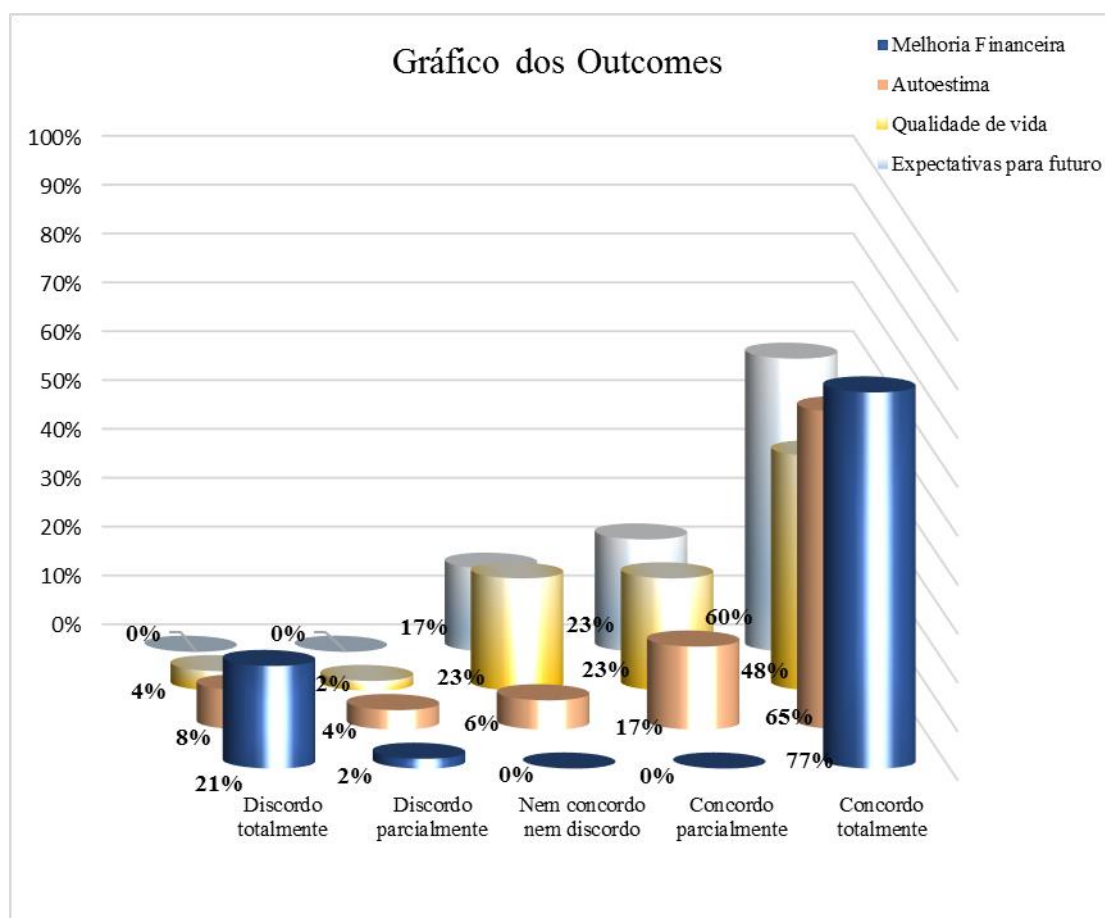
2% das respostas foram em concordância parcial com o aumento do rendimento e 4% discordância total, abaixo dos 21% em concordância total.

Gráfico 9. Gráfico dos Outcomes relacionados à empregabilidade e ao rendimento



As respostas dos participantes relacionadas aos itens dos Outcomes seguem a mesma tendência das demais respostas dos restantes itens. Ou seja, o maior número de inquiridos da amostra apresentam altos níveis de concordância com as perguntas dos itens. Como verifica-se no gráfico 10 abaixo no item “melhoria financeira” 21% dos cursistas discordaram totalmente com a melhoria financeira, o que conformidade com percentual daqueles que continuaram desempregados e não tiveram aumento no rendimento. Porém, nas respostas apresentam-se 2% que discordaram parcialmente com o item.

Gráfico 10. Gráfico dos Outcomes relacionados à melhoria financeira, autoestima, qualidade de vida e expectativa para o futuro.



Para o item “autoestima, observa-se uma pequena dissensão nas respostas dos participantes do projeto Mãos de Arte II. 8% das respostas indicaram discordarem totalmente do item, 4% indicaram discordarem parcialmente do item, 6% apontaram nem concordarem nem discordarem, 17% concordaram parcialmente e a maioria, 65% concordaram totalmente. Tal qualmente ocorre com o item “qualidade de vida”, em que 4% discordaram totalmente do item, 2% discordaram parcialmente, 23% nem concordaram nem discordaram, 23% concordaram parcialmente e o restante, 48% concordaram totalmente. Para o item “expectativas para o futuro”, grande parte, 60% concordaram totalmente com item, 23% apenas parcialmente e 17% nem concordaram nem discordaram.

Para o conhecimento profundo do perfil da amostra e o objetivo de incorporar variáveis que contribuíssem para a elaboração de índices relevantes para a mensuração do SROI do projeto Mãos de Arte II, foi incluído perguntas de cunho social. Nas quais estão organizadas na seguinte tabela abaixo:

Tabela 6. Dados Informativos

Descrição	%	Descrição	%
Corte e Costura	48 %	Serigrafia	52 %
▶ mais de 55 anos	8 %	▶ mais de 55 anos	4 %
◦ Alfabetizado	4 %	◦ Alfabetizado	2 %
▪ Sem Auxílio	4 %	▪ Com Bolsa Família	2 %
◦ Fundamental	4 %	◦ Médio	2 %
▪ Com Bolsa Família	2 %	▪ Sem Auxílio	2 %
▪ Sem Auxílio	2 %	▶ 18 anos a 25 anos	6 %
▶ 18 anos a 25 anos	6 %	◦ Médio	6 %
◦ Fundamental	2 %	▪ Sem Auxílio	6 %
▪ Com Bolsa Família	2 %	▶ 26 anos a 35 anos	10 %
◦ Médio	4 %	◦ Fundamental	2 %
▪ Com Bolsa Família	2 %	▪ Com Bolsa Família	2 %
▪ Com Seguro Desemprego	2 %	◦ Médio	8 %
▶ 26 anos a 35 anos	6 %	▪ Sem Auxílio	8 %
◦ Médio	4 %	▶ 36 anos a 45 anos	15 %
▪ Com Seguro Desemprego	2 %	◦ Fundamental	6 %
▪ Sem Auxílio	2 %	▪ Com Bolsa Família	4 %
◦ Superior	2 %	▪ Sem Auxílio	2 %
▪ Sem Auxílio	2 %	◦ Médio	10 %
▶ 36 anos a 45 anos	15 %	▪ Sem Auxílio	10 %
◦ Fundamental	6 %	▶ 46 anos a 55 anos	17 %
▪ Com Bolsa Família	2 %	◦ Alfabetizado	6 %
▪ Com Seguro Desemprego	2 %	▪ Com Bolsa Família	4 %
▪ Sem Auxílio	2 %	▪ Sem Auxílio	2 %
◦ Médio	8 %	◦ Fundamental	12 %
Sem Auxílio	8 %	▪ Com Bolsa Família	2 %
◦ Superior	2 %	▪ Com Seguro Desemprego	2 %
Sem Auxílio	2 %	▪ Sem Auxílio	8 %
▶ 46 anos a 55 anos	13 %		
◦ Alfabetizado	2 %		
▪ Com Bolsa Família	2 %		
◦ Fundamental	6 %		
▪ Com Bolsa Família	4 %		
▪ Sem Auxílio	2 %		
◦ Médio	6 %		
▪ Sem Auxílio	6 %		
Total Geral			100 %

4. RESULTADOS – SROI APLICADO AO ESTUDO DE CASO

Na parte designada para os resultados, foram detalhados os procedimentos e as disposições dos dados incluídos nos cálculos para se obter SROI do projeto Mãos de Arte II. De forma a explicar cada passo da metodologia SROI. Em seguida, foi elaborado uma análise de resultados obtidos posteriormente ao preenchimento do mapa de impactos e a mensuração do retorno social do investimento.

4.1. Preenchimento do Mapa de Impacto

1ª Etapa:

Nesta etapa necessitou-se da seleção e identificação das pessoas em que a organização gerou efeito com o projeto implementado e que também gerou efeito na organização. Ou seja, os stakeholders afetados. No estudo de caso analisado, o projeto que se denominou Mão de Artes II teve o propósito de preparar os cursistas para a geração de trabalho e renda, através de oficinas de capacitação em gestão de corte e costura, de serigrafia, de desenvolvimento de ações que aprimorasse os produtos artesanais e valorizassem a identidade cultural da comunidade.

Quadro 2. Primeira etapa para o preenchimento do mapa de impacto.

1ª Etapa ----->	
Stakeholders	Impactos previstos nos Stakeholders
Quem tem efeito na organização e em quem a organização tem efeito	
Participantes do projeto Mãos de Artes II	Preparação para gerar emprego e renda através de oficinas de capacitação em gestão de corte e costura, de serigrafia. E desenvolvendo ações que aprimorasse os produtos artesanais, valorizando a identidade cultural da comunidade.

Adaptado de Nascimento, 2013

2ª Etapa:

Após a identificação dos stakeholders atingidos pelos impactos do projeto e das mudanças na vida deles, em sequência, na segunda etapa, foi necessário entender a relação entre inputs, outputs e resultados. Para esta análise, o importante foi detectar sobre o quê e quanto os participantes do projeto investiram. Neste caso, como as oficinas eram gratuitas, os cursistas investiram o tempo e a instituição o dinheiro. Então, os inputs incorporados na análise são o tempo correspondente a duração do projeto (seis meses) e o valor total para a implementação do projeto (R\$ 44. 687,30). Os outputs referem-se ao número de beneficiados com as oficinas do projeto, que totalizaram 60 participantes. Os outputs gerados foram descritos como a motivação para aprender, em que se certificou quais os cursistas sentiram que sua motivação foi otimizada obtendo melhores resultados no aprendizado por estarem participando de um projeto gratuito, assim, buscando uma relação de influência entre a motivação para aprender e a gratuidade do projeto. Na variável capacitação, seguindo a análise da interrogativa - “O projeto Mãos de Artes II foi benéfico para a sua capacitação no sentido que tornou possível um conhecimento específico, quando de outra forma não seria possível? ”, buscou-se distinguir os partícipes que não teriam condições financeiras de investir na oficina escolhida. No que diz respeito ao retorno/impacto do projeto, consistiu em investigar se houve aumento no rendimento dos cursistas que já trabalhavam antes do projeto, se houve aumento na empregabilidade durante e após a conclusão do projeto para aqueles que não trabalhavam, se o participante sentiu melhoria financeira para si e para sua família, se após o projeto ele sentiu melhor qualidade de vida e se aumentou as expectativas para o futuro do cursista.

Quadro 3. Segunda etapa para o preenchimento do mapa de impacto.

2ª Etapa----->			
Inputs	Valor R\$	Outputs	Retorno/ Impacto
Descrever o que investem	Proxie Financeira	Sumário das atividades em números (nº de beneficiados)	Como é descrita a mudança?
Tempo/Dinheiro	R\$ 44.687,30	60 participantes	Capacitação - A partir do projeto os participantes obtiveram uma capacitação específica adquirindo mais conhecimento. Empregabilidade - Durante e após a conclusão das oficinas sentiram uma maior empregabilidade. Rendimento - os participantes empregados sentiram um aumento no rendimento médio. Motivação - Aumento da motivação para aprender. Melhoria financeira - Aumento na melhoria financeira para si e para família. Autoestima - Aumento na autoestima ao participar do projeto. Qualidade de vida - Melhoria na qualidade de vida. Expectativas para o futuro - Aumento nas expectativas para o futuro após a participação no projeto.

Adaptado de Nascimento, 2013

3ª Etapa:

Seguindo a metodologia SROI, nesta etapa constrói-se os indicadores como parte da obtenção do valor social. Para a construção dos indicadores foram analisados os resultados/impactos do projeto para com os participantes e atribuídos valores referência a fim de alcançar um valor além do valor econômico.

O primeiro indicador, “gastos dos participantes para capacitarem-se”, foi relacionado o preço de cada curso, vigente no mercado, ao número de pessoas que buscaram uma capacitação específica, que desejaram aprender um ofício ou se aperfeiçoarem para conseguirem um emprego, aumentarem o rendimento familiar, ou apenas para obterem conhecimento. Com estes dados procura-se saber qual o valor investido dos cursistas nas oficinas sem a gratuidade. Como dito, o valor referência para este indicador referiu-se ao preço mensal dos cursos ofertados no projeto Mão de Arte II em vigor no mercado, tendo como fonte o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Logo, o indicador gerou-se pelo preço dos cursos (R\$ 510,00 cada) multiplicado pelo número total de partícipes do projeto (60 cursistas) multiplicado pela média do tempo do projeto (5,8 meses). No entanto, alguns dos participantes tiveram custos com transporte, o que fez os cálculos ficarem da seguinte forma: $R\$ 177.480,00 + R\$ 4.338,00 = \mathbf{R\$ 181,818,00}$. Os gastos com transporte foram calculados desta maneira: nº de participantes que necessitaram de transporte para se deslocarem (15 Participantes) multiplicado pela média dos valores gastos com transporte (R\$ 289,20), retirados dos dados do questionário relativos à pergunta “Tendo em conta a seguinte escala, qual o valor por você despendido com transporte para frequentar a (s) oficina (s) do projeto Mãos de Artes II? ”.

O segundo indicador direcionou-se a “empregabilidade” dos cursistas durante e após o término do projeto. A proxy da mudança diz respeito aos participantes que durante ou após a conclusão do projeto conseguiram emprego, seja de carteira assinada, seja de forma autônoma, ou de outro tipo de emprego, melhorando assim a situação financeira. A formação deste indicador foi feita em duas etapas, uma para os empregados de carteira assinada e a outra para os empregados autônomo somados a outros tipos de empregados. Então, na primeira etapa foi utilizado o valor monetário do salário mínimo referente à 2015 (R\$ 788,00), ano que ocorreu o projeto, multiplicado pelo número de participantes que responderam no questionário que estavam empregados de carteira assinada vezes 14 meses (12 meses de trabalho somados com o mês do subsídio de férias e do décimo terceiro). Porém, no salário das pessoas com carteira assinada incidiu um desconto de 8% para o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Desta forma foi calculado: $R\$ 724,96 \times 12 \times 14 = R\$ 121.793,28$. Na segunda etapa que compôs o

indicador “empregabilidade”, para aqueles que trabalhavam de forma autônoma ou com outra forma de emprego, os cálculos foram explicitados com os seguintes parâmetros: valor do rendimento médio real habitual do terceiro trimestre referente à 2015 (R\$ 1.251,00) multiplicado pelo número de participantes que responderam no questionário que estavam empregados de forma autônomo somados ao número de outros tipos de empregados, multiplicado por 3 meses (trimestre correspondente ao rendimento médio). Expressado deste modo: $R\$ 1.251,00 \times 17 \times 3 = R\$ 63.801,00$. Portanto, para definir o indicador, somou-se os valores das etapas: $R\$ 121.793,28 + R\$ 63.801,00 = \mathbf{R\$ 185.594,28}$. Entende-se por rendimento médio real habitual o rendimento bruto real médio habitualmente recebido em todos os trabalhos que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana referência, a preços do mês do meio do trimestre mais recente que está sendo divulgado. O deflator utilizado para tal é o IPCA -Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IBGE, 2016)

O terceiro indicador referiu-se ao aumento do “rendimento médio” dos cursistas que já trabalhavam e se beneficiaram com a capacitação na forma de agregar valor monetário aumentando assim o rendimento. Para compô-lo foi utilizado uma proxie baseada no rendimento médio real habitual dos trabalhadores do Ceará, que no primeiro, no segundo, no terceiro e no quarto trimestre de 2015 foi de respectivamente: R\$ 1.137,00; R\$ 1.196,40; R\$ 1.251,00; R\$ 1.232,00 Por conseguinte, os cálculos do indicador seguiram desta forma: valor do rendimento médio real habitual do terceiro trimestre referente à 2015, período de término do projeto, multiplicado pelo número de pessoas que responderam positivamente à pergunta sobre o aumento de rendimento médio contida no questionário aplicado no Centro de Arte e Cultura Canoa Mulher para os participantes do projeto Mão de Arte II, vezes o trimestre. O cálculo efetuado foi: $R\$ 1.251,00 \times 11 \times 3 = \mathbf{R\$ 41.283,00}$.

O quarto indicador expressou o “ Governo”. Seu desdobramento foi feito por etapas para descrever tudo que o condizia. Primeiro, calculou-se o desconto que os empregados com carteira assinada fazem durante um ano de trabalho. No que concerne esta variável, foi utilizado o valor de 8% do INSS (R\$ 63,07) que incide sobre o salário mínimo das pessoas, multiplicado por 14 meses (12 meses de trabalho mais o mês de férias e o mês de décimo terceiro) multiplicado também pelo nº de participantes com carteira assinada após o término do projeto (12 participantes). O que perfaz um total de R\$ 10.590,72. Segundo, mensurou-se a variável referente ao seguro desemprego, pois existiam pessoas que estavam recebendo o benefício do seguro desemprego durante o projeto e deixaram de receber quando conseguiram um trabalho de carteira assinada. Portanto, houve diminuição nos gastos do governo com tal benefício para com estas pessoas. Então, multiplicou-se o valor do salário mínimo do ano de 2015 com o nº

de pessoas que recebiam o seguro desemprego e conseguiram um emprego de carteira assinada após o projeto, vezes cinco meses. Obteve-se assim, $R\$ 788,00 \times 3 \times 5 = R\$ 11.820,00$. Terceiro, havia pessoas que participaram do projeto Mão de Artes II e recebiam o benefício bolsa-família (concedido apenas às famílias extremamente carentes, aquelas que possuem uma renda per capita de até R\$ 85,00 por mês), para esta variável calculou-se o número de pessoas que recebiam o benefício e conseguiram um emprego, após, multiplicou-se pelo o valor monetário mensal do referido e por 12 meses. Teve-se então: $R\$ 85,00 \times 8 \times 12 = R\$ 8.160,00$. Somou-se todos os valores relacionado ao governo, atingindo um valor correspondente a **R\$ 30.570,72**.

Pela análise da terceira etapa obteve-se o somatório dos índices para o preenchimento do mapa de impacto de R\$ 439.266,00 resultado que reflete um valor que o Estado não precisou financiar para a implementação de um projeto social, como por exemplo, o Mãos de Arte II.

Quadro 4. Terceira etapa para o preenchimento do mapa de impacto

3ª Etapa						
O Resultado/ Impacto (O que muda?)						
Indicador	Fonte	Quantidade	Duração	Proxy Financeira	Valor R\$	Fonte
Como é possível medir?	Onde se obteve a informação?	Quantidade de mudança	Quanto tempo dura?	Proxy da mudança	Valor da mudança	Onde obteve a informação
"Valor dos cursos para capacitação dos participantes "	Questionário aos participantes do projeto Mãos de Arte II do Centro de Arte e Cultura Canoa Mulher.	60 participantes	Dados do questionário relativos à pergunta "Tendo em conta a seguinte escala, quanto tempo foi investido por você na (s)oficina (s) promovidas pelo projeto Mãos de Arte II?" e "Tendo em conta a seguinte escala, qual o valor por você despendido com transporte para frequentar a (s) oficina (s)?" Calculos: 2 alunos * 3 meses = 6 meses. 2 alunos * 4 meses = 8 meses. 56 alunos * 6 meses = 336 meses. Média por aluno = 5,8 meses. Valor considerado na avaliação 6 meses.	Capacitação específica preço mensal dos cursos no mercado: R\$ 510,00 cada. R\$ 510,00 * 5,8* 60 = R\$ 177.480,00. Custos com transporte: Média dos valores x n° de cursistas que pagaram transporte. Calculos: R\$ 289,20*15 = R\$ 4.338,00. Total: R\$ 177.480,00 + R\$ 4.338,00 = R\$ 181.818,00.	R\$ 181.818,00	SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
"Participantes com emprego após o término do projeto".		29 participantes	12 meses e 3 meses	Dados do questionário relativos à pergunta "Tendo em conta a seguinte escala, se desempregado no período do projeto, durante e após a conclusão da(s) oficina(s) você sentiu maior empregabilidade?" Valores empregabilidade (salário mínimo vezes o percentual de participantes empregados vezes 14 meses). Desta forma foi calculado: R\$ 724,96 x 12 x 14 = R\$ 121.793,28 e R\$ 1.251,00 x 17 x 3 = R\$ 63.801,00 (empregados sem carteira assinada) = R\$ 121.793,28 + R\$ 63.801,00 = R\$ 185.594,28.	R\$ 185.594,28	MTE - Ministério do Trabalho e do Emprego e IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
"Participantes com aumento do rendimento durante e após o término do projeto".		11 participantes	3 meses	Dados do questionário relativos à pergunta "Tendo em conta a seguinte escala, se empregado no período do projeto, houve aumento no seu rendimento médio após a conclusão da(s) oficina (s)?" valor do terceiro trimestre referente à 2015 multiplicado pelo número de pessoas vezes o trimestre. R\$ 1.251,00 x 11 x 3 = R\$ 41.283,00.	R\$ 41.283,00	Questionário aos participantes do projeto Mãos de Arte II do Centro de Arte e Cultura Canoa Mulher.
"Governo". Dados do questionário relativos à pergunta "Tendo em conta a seguinte escala, se desempregado no período do projeto, durante e após a conclusão da(s) oficina(s) você sentiu maior empregabilidade?"		29 participantes	5 meses e 12 meses	Dados do questionário relativos às perguntas "você sentiu maior empregabilidade?","Você recebia algum auxílio do governo no período do projeto?". Etapa 1 - valor de 8% do INSS (R\$ 63,07) multiplicado por 14 meses multiplicado pelo n° de participantes com carteira assinada após o término do projeto =R\$ 10.590,72. Etapa 2 - multiplicou-se o valor do salário mínimo do ano de 2015 com o n° de pessoas que recebiam o seguro desemprego e conseguiram um emprego de carteira assinada após o projeto. Obteve-se assim, R\$ 788,00 x 3 = R\$ 2.364,00. Etapa 3 - calculou-se o número de pessoas que recebiam o benefício bolsa-família e conseguiram um emprego, após, multiplicou-se pelo o valor monetário mensal do referido. Teve-se então: R\$ 85,00 x 8 = R\$ 680,00. Etapa 4- Somou-se todos os valores relacionado ao governo, atingindo um valor correspondente a R\$ 13.634,72.	R\$ 30.570,72	Ministerio do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e MTE - Ministério do Trabalho e do Emprego
					R\$ 439.266,00	

Adaptado de Nascimento, 2013

4ª Etapa:

Na quarta etapa, o propósito encaminhou-se para o entendimento do que aconteceria se o projeto Mãos de Arte II não tivesse sido implementado. Hipoteticamente, o oposto que se verificou na terceira etapa. Inicialmente, aqueles de baixa renda não teriam condições financeiras de pagar o valor monetário, vigente no mercado, do curso escolhido. Logo, utilizou-se os dados do questionário relacionado a pergunta “O projeto Mãos de Artes II foi benéfico para a sua capacitação no sentido que tornou possível um conhecimento específico, quando de outra forma não seria possível”. No intuito de alcançar um valor representativo do quanto cada cursista pagaria pelo curso escolhido no projeto, multiplicou-se o nº de participantes que concordavam totalmente que o projeto foi benéfico quando de outra forma não seria possível, pelo preço de mercado do curso, pela média do tempo do curso somado pelo custo de transporte dos participantes que não teriam possibilidades de fazer o curso sem a implementação do projeto. Obteve-se o total de: $43 \times R\$ 510,00 \times 5,8 + R\$ 289,20 \times 13 = R\$ 130.953,60$ de custos para os participantes do projeto.

Posteriormente para empregabilidade, os cálculos recorreram da seguinte forma: etapa 1 - número de participantes que concordavam totalmente que o projeto foi benéfico quando de outra forma não seria possível (Sem deadweight ou peso-morto: pessoas que teriam outra forma para capacitarem-se) empregadas com carteira assinada, multiplicado pelo valor monetário do salário mínimo referente à 2015 (com desconto de 8% do INSS) multiplicado por 14 meses. Desta forma foi calculado: $12 \times R\$ 724,96 \times 14 = R\$ 121.793,28$. Etapa 2 - número de participantes que concordavam totalmente que o projeto foi benéfico quando de outra forma não seria possível empregadas de forma autônoma ou com outra forma de emprego multiplicado pelo valor do rendimento médio real habitual do terceiro trimestre referente à 2015 e por 3 meses (trimestre correspondente ao rendimento médio). Deste modo: $R\$ 1.251,00 \times 14 \times 3 = R\$ 52.542,00$. Portanto, somou-se os valores das etapas: $R\$ 121.793,28 + R\$ 52.542,00 = R\$ 174.335,28$.

No que tange o aumento do rendimento, foi relacionado com o nº de participantes que concordavam totalmente que o projeto foi benéfico quando de outra forma não seria possível que obteve um aumento no rendimento com o valor do rendimento médio real habitual do terceiro trimestre referente à 2015 multiplicado pelo trimestre. Reduzindo-se assim a: $R\$ 1.251,00 \times 6 \times 3 = R\$ 22.518,00$.

No final chegando naqueles que antes do projeto ganhavam benefícios e após a capacitação conseguiram emprego, deixando de recebê-los, continuariam a ganhar o auxílio do

governo. Como também o governo deixaria de receber o valor do INSS que incide no salário mínimo do trabalhador com carteira assinada. Logo, o Estado não teria a receita de R\$ 30.570,72 referente a soma do seguro desemprego com o Bolsa-família e INSS respectivamente (R\$ 11.820,00 + R\$ 8.160,00 + R\$ 10.590,72) calculados anteriormente na terceira etapa. Deste modo, nesta fase, o total de perdas para sociedade seria de **R\$ 358.377,60** se o projeto Mãos de Artes II não tivesse sido executado.

Nesta fase também se mensurou dados referentes à atribuição, a fim de chegar ao percentual de participação de cada envolvido para que a mudança existisse. Na definição dos parâmetros foi necessário identificar os custos totais do governo com os cursistas que receberiam benefícios se não tivesse havido o projeto. E quanto os participantes ganharam ao inserirem-se no projeto. Para o governo verificou-se o valor R\$ 19.980,00 relativos aos gastos com os benefícios do Bolsa-família e Seguro desemprego. Relativamente aos ganhos dos participantes, primeiro, calculou-se o quanto o cursista deixou de pagar pela oficina ofertada. Logo: n° de participantes que concordavam totalmente que o projeto foi benéfico quando de outra forma não seria possível (Sem deadweight ou peso-morto: pessoas que teriam outra forma para capacitarem-se) multiplicado pelo preço de mercado do curso e pela média do tempo do projeto. Obteve-se o total de: $43 \times \text{R\$ } 510,00 \times 5,8 = \text{R\$ } 127.194,00$. Segundo, calculou-se os ganhos com a empregabilidade que recorreu da seguinte forma: etapa 1 - n° de participantes que concordavam totalmente que o projeto foi benéfico quando de outra forma não seria possível (Sem deadweight ou peso-morto: pessoas que teriam outra forma para capacitarem-se) empregadas com carteira assinada, multiplicado pelo valor monetário do salário mínimo referente à 2015 (com desconto de 8% do INSS) multiplicado por 14 meses. Desta forma foi calculado: $12 \times \text{R\$ } 724,96 \times 14 = \text{R\$ } 121.793,28$. Etapa 2 - n° de participantes que concordavam totalmente que o projeto foi benéfico quando de outra forma não seria possível empregadas de forma autônoma ou com outra forma de emprego multiplicado pelo valor do rendimento médio real habitual do terceiro trimestre referente à 2015 e por 3 meses (trimestre correspondente ao rendimento médio). Deste modo: $\text{R\$ } 1.251,00 \times 14 \times 3 = \text{R\$ } 52.542,00$. Portanto, somou-se os valores das etapas: $\text{R\$ } 121.793,28 + \text{R\$ } 52.542,00 = \text{R\$ } 174.335,28$.

Terceiro, designou-se os ganhos com o aumento do rendimento que foi relacionado com o n° de participantes que concordavam totalmente que o projeto foi benéfico quando de outra forma não seria possível (Sem deadweight ou peso-morto: pessoas que teriam outra forma para capacitarem-se) que obteve um aumento no rendimento e com valor do rendimento médio real habitual do terceiro trimestre referente à 2015. Reduzindo assim a: $\text{R\$ } 1.251,00 \times 3 \times 6 = \text{R\$ } 22.518,00$. Para o somatório dos ganhos dos participantes com a execução do projeto ficou: R\$

127.194,00 + R\$ 174.335,28 + R\$ 22.518,00 = **R\$ 324.047,28**. Através destes cálculos conclui-se que os participantes do projeto contribuem para a mudança em 6,2%, enquanto o projeto Mãos de Arte II implementado pelo Centro de Arte e Cultural Canoa Mulher contribuiu 93,8%.

Quadro 5. Quarta etapa para o preenchimento do mapa de impacto.

4ª Etapa----->			
" Deadweight"	Atribuição	"Drop Off"	Impacto
%	%	%	%
O que teria acontecido sem a atividade?	Quem mais contribui para a mudança?	Irá o resultado/impacto decrescer nos anos futuros?	
Participantes não teriam condições financeiras para pagar a oficina	Centro Cultural de Arte e Cultura Canoa Mulher (93,8%)	0%	R\$ 130.953,60
Governo continuaria a pagar benefícios aos participantes de baixa renda e desempregados e não receberia o INSS dos empregados de carteira assinada.	Centro Cultural de Arte e Cultura Canoa Mulher (93,8%)	0%	R\$ 30.570,72
Os participantes não teriam se empregado	Centro Cultural de Arte e Cultura Canoa Mulher (93,8%)	0%	R\$ 174.335,28
Não teria aumento no rendimento dos participantes.	Centro Cultural de Arte e Cultura Canoa Mulher (93,8%)	0%	R\$ 22.518,00
			R\$ 358.377,60

Adaptado de Nascimento, 2013

5^a Etapa:

Esta etapa foi associada a análise SROI no sentido de obter o valor final da avaliação, designado como valor presente total (total present value). Para isto, foi necessário identificar o valor correspondente ao Retorno Social por cada R\$ 1,00 investido. Desta forma, foi aferido a razão entre o valor encontrado na fase anterior R\$ R\$ 358.377,60 e o valor total dos Inputs R\$ 44. 687,30. Logo, o Retorno Social por cada R\$ 1,00 corresponde a R\$ 8,01.

$$\text{SROI} = \frac{\text{Valor Presente}}{\text{Valor dos Inputs}} ; \quad \text{SROI} = \frac{\text{R\$ 358.377,60}}{\text{R\$ 44.687,30}} ; \quad \text{SROI} = 8,01$$

6^a Etapa:

Na sexta e última etapa finalizou-se a análise SROI, em que através desta pesquisa os resultados deverão ser repassados aos stakeholders. Poderá ser compartilhado todas as análises conclusivas e cálculos feitos em cada etapa que precedeu a esta. Ou seja, demonstrando os resultados em forma de um relatório. Se necessário, poderá ser revisto e testado qualquer análise para a elaboração do relatório final.

5. CONCLUSÕES

Na conclusão pretendeu-se elucidar os resultados observados a partir dos cálculos de elaboração dos índices (com informações retiradas do questionário) para o preenchimento do mapa de impactos e do resultado da mensuração do retorno social do investimento. Em que foi seguida as diretrizes baseada na metodologia SROI UK fundamentada no guia *A guide to the Social Return on Investment* (Jeremy Nicholls e outros, 2012).

Como foi citado em linhas anteriores desta pesquisa, os princípios fundamentais para desenvolvimento de uma análise SROI são: envolver os stakeholders no intuito de entender o que muda, focar no que tem relevância, ser claro e examinar os resultados; no qual verifica-se no capítulo 4. Neste capítulo, buscou-se incorporar esta metodologia de maneira adaptativa a fim de expressar em números o retorno social do investimento – SROI do projeto social Mãos de Arte II.

Na terceira etapa da metodologia – fase de avaliação, verificou-se na proxie financeira “empregabilidade” um valor um pouco maior, 42,25%, em seguida vem a proxie “capacitação” com 41,4%, a proxie “rendimento” com 9,39% e a proxie para “governo” com 6,96%. Todavia, nesta fase os cálculos para obtenção dos índices não foram subtraídos o “*deadweight*”, devido a isto, as estimativas foram mais elevadas.

Com base nestas informações averigua-se que relativamente à pergunta da variável empregabilidade “ Durante e após a conclusão da (s) oficina (s) você sentiu maior empregabilidade? ”, em que a finalidade foi certificar se os inquiridos conseguiram emprego. Para esta pergunta apurou-se o valor de R\$ 185.594,28 de retorno social relativo a 42,25% do total do percentual do retorno social na terceira etapa do mapa de impacto.

Na pergunta para a variável capacitação, “O projeto Mãos de Artes II foi benéfico para a sua capacitação no sentido que tornou possível um conhecimento específico, quando de outra forma não seria possível? ”, no qual buscou-se averiguar se os participantes inquiridos julgaram que sua capacitação foi possível em razão da execução do projeto Mãos de Arte II, para esta pergunta apurou-se o valor de R\$ 181.818,00 de retorno social relativo a 41,4% do total do percentual do retorno social.

Para a variável rendimento no qual a pergunta foi “ Houve aumento no seu rendimento médio após a conclusão da (s) oficina (s)? ”, o valor computado foi R\$ 41.283,00 de retorno social relativo de 9,39%. No que diz respeito a variável governo, o valor foi apurado por meio das informações das variáveis empregabilidade e capacitação, tendo assim R\$ 30.570,72 e 6,96% do total do percentual do retorno social.

Estes valores são considerados quantias “brutas”, porque não consideram os “*deadweight*”, quer dizer, não eliminaram dos dados relativos ao que aconteceria de qualquer forma com a execução do projeto Mãos de Arte II ou não. Entretanto observa-se que as variáveis que propiciaram um maior retorno neste projeto social foram “empregabilidade” 42,25% seguida da “capacitação” com 41,4%.

Na etapa seguinte da avaliação do retorno social do investimento, o “*deadweight*” foi subtraído dos cálculos. Os valores em reais das variáveis como previsto reduziram-se devido a retirada das informações dos inquiridos que teriam possibilidade de financiar um curso. Então, calculou-se R\$ 174.335,28 para variável “empregabilidade”, R\$ R\$ 130.953,60 para variável “capacitação”, R\$ 22.518,00 para variável “rendimento”. A variável governo permaneceu com mesmo valor em reais R\$ 30.570,72, pois, todos os dados eram de participantes que não teriam possibilidade de investir na capacitação se não fosse o projeto.

Concluindo assim, com os valores do retorno social na quarta etapa do mapa de impacto, primeiro a variável “empregabilidade” com 48,65% do total, segundo a variável “Capacitação” com 36,54%, terceiro a variável “Governo” com 8,53% e finalizando a variável “Rendimento” que teve participação no valor final de 6,28%. Na quinta etapa do mapa de impactos após a mensuração do retorno social do investimento – SROI podemos concluir que por cada 1 real investido a sociedade ganha através do projeto social Mãos de Arte II 8,01 reais (R\$ 8,01 por cada R\$ 1,00 investido).

Para esta análise SROI por meio das respostas dos participantes do projeto através do questionário foi demonstrado em que medida o projeto foi eficaz e provocou mudanças substanciais positivas.

5.1. Contribuições

As instituições que praticam ações em benefício da comunidade local, que se estende a sociedade de um modo geral, têm a percepção da relevância das intervenções sociais na vida dos indivíduos, mas muitas vezes, estas instituições não têm o *feedback* dos impactos reais na vida de cada pessoa devido às práticas sociais.

O Centro de Arte e Cultura Canoa Mulher é uma instituição pequena com atuações significantes para a comunidade aracatiense. Contudo, não tinha consciência do real valor social que provinha dos projetos que implementava. Deste modo, esta investigação deu a conhecer aos gestores e investidores do projeto Mãos de Arte II uma compreensão e medição dos valores sociais gerados a partir do projeto.

Em vista disso, com o conhecimento dos impactos provenientes do projeto Mãos de Arte II em forma quantitativa, a instituição ora citada poderá utilizá-lo de forma a auxiliá-la nas articulações das relações com investidores benfeitores e se necessário aprimorar a elaboração de futuras iniciativas sociais, como também contribuir com uma melhor performance econômica e financeira.

Esta pesquisa demonstrou resultados positivos para cada variável investigada. Com base nas informações do questionário aplicado aos participantes do projeto Mãos de Arte II, as variáveis foram mensuradas através das novas aproximações de valor ou novos indicadores sociais financeiros que estão a ser aprimorados periodicamente de acordo com a SROI UK. Assim, esta pesquisa poderá auxiliar numa maior expressividade dos projetos Centro de Arte e Cultura Canoa Mulher.

5.2. Limitações

No que diz respeito as limitações do trabalho, alguns participantes do projeto Mãos de Arte II ficaram impossibilitados de contato, assim, não sendo possível os cálculos de índices para algumas variáveis com o número total de cursistas. Ademais, alguns arguidos ficaram receosos em responder sobre questões de cunho financeiro dificultando assim o cronograma da pesquisa.

Devido à falta de medidas comuns e por serem consideradas de valores intangíveis, algo difícil para mensurar. Houve variáveis impossibilitadas de gerarem índices para a preenchimento do mapa e mensuração do SROI. São elas: autoestima, qualidade de vida e expectativa para futuro. Portanto, elas foram incorporadas à pesquisa em virtude do interesse dos impactos para além do valor econômico.

Estas variáveis foram inseridas na análise para se demonstrar o valor humano intrínseco ou real valor social gerado por meio de iniciativas sociais, no caso específico o projeto Mãos de Arte II, para avaliar os impactos na qualidade de vida dos inquiridos associada a melhoria financeira através do aumento do rendimento e da empregabilidade.

5.3. Sugestões para Futura Investigação

Uma sugestão seria: um estudo aprofundado sobre as várias formas de mensuração dos índices de aproximação financeiro das instituições que utilizam metodologias de medição como o SROI. As técnicas similares, os preços sombras, distinções e principalmente a técnica mais utilizada para determinada variável.

Outra sugestão seria: um estudo do impacto da crise política e econômica do Brasil sobre a captação de recursos do terceiro setor e a incorporação de técnicas para alcançar o investidor social. Como também, investigar qual o percentual do terceiro setor que não utiliza metodologias de mensuração como SROI e quais as motivações para não incorporar tais técnicas na gestão.

Referências bibliográficas

Associação Brasileira de Captadores de Recursos. (2007). *Código de ética*. Disponível em: <http://captadores.org.br/codigo-de-etica/>

Basto, Constança D. N. P (2015). *SROI como forma de medir o impacto social. Estudo de caso da Reklusa* (Dissertação de mestrado, universidade Autónoma de Lisboa), Portugal.

Bendell, J. (2004). Barricades and boardrooms: A contemporary history of the corporate accountability movement. *Technology, Business and Society*, Programme UNRISD, Genebra, *Paper* nº 13. Disponível em: <http://www.unrisd.org>.

Best, Hilary., & Harji, K. (2013) *Social Impact Measurement Use Among Canadian Impact Investors*. Disponível via Venture Deli e Purpose Capital em: <http://www.purposecap.com/wp-content/uploads/Social-Impact-Measurement-Use-Among-Canadian-Impact-Investors-Final-Report.pdf>

Brandão, Daniel., Cruz, Célia., & Anna Livia, A. (2014). Métricas em negócios de impacto social: Fundamentos. *ICE & MOVE*. Disponível via Instituto de Inovação em Cidadania Empresarial (ICE) em: <http://ice.org.br/metricas-em-negocios-de-impacto-social-fundamentos/>

Calixto, L. (2009). As interrelações ONGs ambientalistas, Estado e setor privado – uma análise à luz das hipóteses de Tocqueville. *Revista Alcance*, 2(16), 241-259. Disponível em: <http://www.alcance@univali.br>

Camargo, M. F., Suzuki, F.M., Ueda, Mery., Sakima, R. Y., & Ghobril, A. N. (2001). *Gestão do terceiro setor no Brasil: estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos*. São Paulo: Futura.

Campos. G. M. (2008). Estudo sobre a captação de recursos materiais e financeiros em entidades do terceiro setor situadas nas cidades de Vila Velha e Vitória (ES). *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, 2 (1), 94-110.

Carvalho, C. M S., & Felizola, M. P. M. (2009). A Importância do Marketing na Captação de Recursos para o Terceiro Setor. *XI Congresso Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.11,2009, Aracaju*. Anais Eletrônicos. Aracaju: Universidade Tiradentes – UNIT,2009. CD-ROM.

Carvalho, Isabel Maria. P. S. L. (2012). *Measuring Impact with the Social Return On Investment: The Case of the Social Innovation HUB* (A work Project). Disponível na run: Repositório Universidade Nova em: <http://hdl.handle.net/10362/9531>

Cicca, I. (2009). *Captação de Recursos: fontes distintas exigem estratégias diferentes*. Disponível em: <http://guiame.com.br/gospel/missoes-acao-social/captacao-de-recursos-fontes-distintas-exigem-estrategias-diferentes.html>

Coelho, Simone. C. T. (2000). *Terceiro Setor: Um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Editora SENAC.

Correia, Ana Margarida Lucas (2014). *The Impact of using the SROI Tool, an Organizational Perspective* (Dissertação de mestrado). Disponível no repositório do ISCTE-IUL em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/9n328>

Costa, M., Ramos, A., & Portela, S. (2014). A influência das organizações do Terceiro Setor na Responsabilidade Social e Ambiental das empresas do Polo Industrial de Manaus. *Revista Portuguesa e Brasileira de gestão*, 13 (1), 14-27.

Cunha, J., Ferreira, P., Araújo, M., & Gomes, E. A (2011). Social Return of R&D Investments in Manufacturing Sector: Some Insights from an Exploratory Case Study. *The 4th Manufacturing Engineering Society International Conference (MESIC 2011)* AIP Conf. Proc. 1431, 43-53 (2011); doi: 10.1063/1.4707549

DiMaggio, P. J., Anheier, H. K. (1990). The Sociology of Nonprofit Organizations and Sectors *Annual Review of Sociology*, 16, 137-159; doi: 10.1146/annurev.so.16.080190.001033.

Drucker, P.F. (1999). *Administrando em Tempos de Grandes Mudanças*. São Paulo: Pioneira.

Drucker, P.F. (2006). *Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas*. (6a ed). São Paulo: Pioneira.

Emerson, Jed., Wachowicz, Jay., & Chun, Suzi (2000). Chapter 8 - Social Return on Investment: Exploring Aspects of Value Creation in the Nonprofit Sector. In Jed Emerson, *SROI Methodology* (132-173). REDF. Disponível em: <http://www.redf.org/system/files/%2817%29+Vol.+2+-+SROI.pdf>

Eyerkauffer, M. L., Garlini, F., Scharf, I., Winter, R., & Toassi, S. C. (2013). Entidades do terceiro setor suas peculiaridades e a utilização da contabilidade. *REAVI*, 2 (1).

Franco, R. C. (2004). Controvérsia em torno de uma definição para o terceiro sector. A definição estrutural-operacional da Johns Hopkins vs a noção da economia social. VII Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra.

Fregonesi, M. S. A. F., Araújo, A. M. P., Neto, A. A., & Andere, M. A (2005). Metodologia SROI: Uma Proposta para Cálculo do Valor Socioeconômico das Organizações do Terceiro Setor. *UnB Contábil* – UnB, Brasília, vol.8, nº 2, Jul /Dez – 2005, 239-266. Disponível em: https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/167/pdf_90

Gair, Cynthia. (2002). *A Report From the Good Ship SROI*. Disponível via The Roberts Foundation em: http://www.socialreturns.org/docs/good_ship_sroi_gair.pdf

Gair, Cynthia. (2009). *SROI Act II: A Call to Action for Next Generation SROI*. Disponível via Roberts Enterprise Development Fund – REDF em: https://ccednet-rcdec.ca/files/ccednet/pdfs/2009-REDF_SROI_Act2.pdf

Garcia, P. O.G.D. (2011). *Contexto de emergência, qualidades técnicas e potencialidades reais de aplicação da metodologia SROI*. (Dissertação de mestrado). Instituto Universitário de Lisboa. Portugal.

GRANTSPACE a Service of Foundation Center. (2016). *PRIS*.

Disponível em: <http://grantspace.org/tools/knowledge-base/Grantmakers/pris>

Guilherme, H. F., et.al. (2002). Uma contribuição a contabilidade das entidades sem fins lucrativos não governamentais. 2º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo

Guimarães, I. P., Pinho, L. A., & LEAL, R. S. (2010). Profissionalização da gestão organizacional no terceiro setor: um estudo de caso na Fundação Instituto Feminino da Bahia. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 13 (3), 132-148. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/8413/profissionalizacao-da-gestao-organizacional-no-terceiro-setor--um-estudo-de-caso-na-fundacao-instituto-feminino-da-bahia/i/pt-br>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012). *Fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/>

Ioschpe, E.B., et al. (2005) *3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Kisil, R. A (2008). *Aderência entre o constructo da sustentabilidade e a prática das ONGs*. (Dissertação de mestrado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas). Disponível em: www.idis.org.br

Kotler, P. (1978). *Marketing para organizações que não visam lucro*. São Paulo: Atlas.

Lima Filho. R. N., Bruni, A. L., & Cordeiro Filho. J. B. (2010). Planejamento Estratégico em Entidades do Terceiro Setor: uma análise na região metropolitana de Salvador. *Revista de Administração e Contabilidade*, 2 (2), 4-19.

Lumley, Tris., Rickey, Benedict., & Pike, Matthew (2011), *Inspiring Impact: working together for a bigger impact in the UK social sector*, (s.l.), New Philanthropy Capital. Disponível em: http://evpa.eu.com/wp-content/uploads/2012/01/NPC_Inspiring-Impact_1211.pdf

Machado, A.C. M., Francisconi, K., & Chaerki, S. F. (2007). Mapeando a abordagem estratégica em publicações acadêmicas sobre o terceiro setor. *Revista Gerenciais*, 6(2), 127-136.

Manetti, Giacomo. (2014). The Role of Blended Value Accounting in the Evaluation of Socio-Economic Impact of Social Enterprises. *Voluntas*, 25, 443 – 464, doi: 10.1007/s11266-012-9346-1.

MARE - Ministério da Administração e Reforma do Estado (1995). *Plano diretor da reforma do aparelho do Estado*. Brasília. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>

MARE - Ministério da Administração e Reforma do Estado (1998). *A crise do estado e o movimento em direção ao terceiro setor*. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/cadernosmare/caderno02.pdf>

Mckinsey & Company – Social Sector Office (2016). *The History of social Impact Assessment?* Disponível em: <http://lsi.mckinsey.com/what-is-social-impact-assessment/the-history-of-social-assessment>

Millani Filho, Marco A. F. (2006). *O Terceiro Setor e suas organizações - NETS*. Disponível em <http://www.mackenzie.com.br/nets/terceirosetor.htm>.

Millar, R., & Hall, K. (2012). Social Return on Investment (SROI) and Performance Measurement, *Public Management Review*, First online, 923-941, doi: 10.1080/14719037.2012.698857

Miller, Clara. (2011). Strategy “*The World Has Changed and So Must we: Heron’s Strategy for Capital Deployment*”. Disponível via F. B. Heron’s Strategy Document em: <http://heron.org/sites/default/files/Strategy%20%28The%20World%20Has%20Changed%29%20Website%20version.pdf>

Modesto, Paulo. (1998). Reforma do marco legal do terceiro setor no Brasil. *Revista de Direito Administrativo*, 214, 55-68. Disponível em: <http://www.reformadagestaopublica.org.br/Terceiros/Autores/Modesto,Paulo/terceirosetorreforma.PDF>

Moreira, Judiberto. E., Moreira, Vera Lúcia. (2003). *Filantropia: A Importância do 3º Setor na Sociedade Brasileira*. Disponível em: <http://www.integração.fgvsp.br/caderno3.doc>

Nascimento, D. C. (2013). *A Mensuração do Retorno Social do Investimento – SROI e sua Aplicabilidade no Contexto Lusófono* (Dissertação de mestrado). Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal.

Nascimento, T. T., Borges, J. E. A., & Porto, J. B. (2016). Produção científica brasileira sobre comportamento organizacional no terceiro setor. *Estudos de Psicologia* 33(2), 367-374. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02752016000200018>

Nicholls, Jeremy., Lawlor, Eilís., Neitzert, Eva., & Tim Goodspeed. (2009). *A guide to social return on investment*. Disponível via Social Value UK em: <http://socialvalueuk.org>

Nicholls, Jeremy., Lawlor, Eilís., Neitzert, Eva., & Tim Goodspeed. (2012). *A guide to social return on investment*. (The SROI Network Accounting for Value). Disponível em: <http://socialvalueuk.org/what-is-sroi/the-sroi-guide>

Nogueira, Roberto. (2002). Elaboração e análise de questionário: uma revisão da literatura básica e aplicação dos conceitos a um caso real. *Relatórios UFRJ/COPPEAD*. Disponível em: <http://www.coppead.ufrj.br/upload/publicacoes/350.pdf>

O’Neill, M. (2007). The future of nonprofit management education. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 36(4), 169-176. <http://dx.doi.org/10.1177/0899764007305043>.

Organização 4CHANGE (Nd). *Análise SROI*. Disponível em: <http://www.4change.org/pt/index.php/recursos/analise-sroi>

PAES, J. E. S (2006). *Fundações, Associações e Entidades de Interesse Social: Aspectos Jurídicos, Administrativos, Contábeis, Trabalhistas e Tributários* (6a ed) Brasília: Brasília Jurídica.

PEREIRA, R. S., MORAES, F. C. C., JÚNIOR, A. B. M., & PALMISANO (2013). A Especificidades da gestão no terceiro setor. 9 (18), *Revista Organização em Contexto -ROC*. DOI: <http://dx.doi.org/10.15603/1982-8756/roc.v9n18p167-195>

Pimenta, S. M., Saraiva, L. A. S., Correa, M. L. (2006). *Terceiro setor: dilemas e polêmicas*. São Paulo: Saraiva

Piza, S. C. T., Parisi, C., Megliori., & Gallo, M. F. (2012). A aderência das práticas contábeis das entidades do terceiro setor às normas brasileiras de contabilidade: um estudo multicase de entidades do município de São Paulo. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 17(3), 78-9. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5346>

Rodrigues, M. C. P. (1998). Demandas sociais versus crise de financiamento: o papel do terceiro setor no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 32 (5).

Roux, Hugo N. (2010). “El SROI (Social Return On Investment): Un método para medir el impacto social de las inversiones”. *Análisis Financiero*, 113, 34-43. Disponível em: http://www.academia.edu/9510493/AN%C3%81LISIS_FINANCIERO_34

Roux, Hugo N. (2010). “Un método para medir el Impacto Social de las Inversiones: el SROI”. *Cuadernos de la Asociación Española de Fundaciones*, diciembre, 21, 4-5. Disponível: http://www.academia.edu/3641597/Estrategias_para_mejorar_el_impacto

Salamon, Lester (1998). A emergência do Terceiro Setor – uma revolução associativa global. *Revista de Administração*, 33 (1), 55-11. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/18152/a-emergencia-do-terceiro-setor-----uma-revolucao-associativa-global/i/pt-br>

Santos, Márcia R. C., Laureano, R. M. S., & Machado. M. J. (2014). Contabilidade de gestão no terceiro setor; estudo empírico em instituições particulares de solidariedade social. *Tourism & Management Studies*, 10(Special Issue), 79-87.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2008) *Guia prático do prefeito empreendedor*. Brasília: SEBRAE.

Silva, Filipa. M. P. C. (2012). *Metodologias de Avaliação de Impacto Social: A Aplicabilidade de Getting to Outcomes em Contexto de Responsabilidade Social das Organizações* (Dissertação de mestrado). Disponível no Repositório do ISCTE- IUL em: <http://hdl.handle.net/10071/7855>

Sina, A., & Souza, P.S.B. (1999). *Marketing social: uma oportunidade para atuar e contribuir socialmente no Terceiro Setor*. São Paulo: Crescente Editorial.

SIS - Social Impact Scotland. (2013). *Creative Solutions to Isolation & Loneliness-CraftCafé-Social Return on Investment Evaluation. Report for impact Arts august 2011*. Disponível em:

<http://1068899683.n263075.test.prositehosting.co.uk/wp-content/uploads/2013/03/Craft-Cafe-SROI-FINAL-REVISED-v2-1.pdf>

SIS - Social Impact Scotland (2016). *Impact Measurement and Evaluation - Stakeholders*. Disponível em: <http://www.socialimpactscotland.org.uk/understanding-social-impact-/what-is-social-impact/terminology/stakeholders.aspx>

Social Value UK (2016). *About us*. Disponível em: <http://socialvalueuk.org/about-us>

Spar, D. L., & La Mure, L. T. (2003). The power of activism: assessing the impact of NGOs on global business. *California Management Review*, 45(3), 78-101.

Speak, A., McBride, B., & Shipley, K. (2002). *Captação de Recursos. Da teoria à prática*. (Trabalho baseado em United Way of Canada). Canada: GraphboxCoran. Disponível em: www.apaers.org.br/arquivo.phtml?a=5701

Tachizawa, T. (2014). *Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação*. (6a ed). São Paulo: Atlas

Teegen, H., Doh, J. P., & Vachani, S. (2004). The importance of nongovernmental organizations (NGOs) in global governance and value creation: an international business research agenda. *Journal of International Business Studies*, 35(6), 463-483.
Disponível em: <https://botfl.nd.edu/pdf/session7/NGO.pdf>

The Annie E. Foundation. (2016). *About us*. Disponível em: <http://www.aecf.org/about/>

Tuan, Melinda (2008), “*Measuring and/or estimating Social Value Creation: Insights into eight integrated cost approaches*”. Disponível via Bill and Melinda Gates Foundation em: <http://www.gatesfoundation.org/learning/documents/wwl-report-measuring-estimating-social-value-creation.pdf>

Tuan, Melinda (2011). *Impact Capital Measurement: Approaches to Measuring the Social Impact of Program-Related Investments*. Disponível via Robert Wood Johnson Foundation em: <http://missionthrottle.com/wp-content/uploads/2011/11/Impact-Capital-Measuring-PRI-Impact-11111A.pdf>

Vanclay, Frank. (2003). *International Principles for Social Impact Assessment*. Disponível via International Association for Impact Assessment - IAIA em: <http://www.etcinc.com/Resources/Social%20Impact%20Assessment%20Pr.pdf>

Anexos

Organização	Centro de Arte e Cultura Casa Mulher					Nome					Diane Gonçalves		
Objetivo	Qualificar e profissionalizar as cidadãs anacarienses preparando-as para a geração de trabalho e renda					Data					2015		
Ativo	Atividade	Oferta de pequenos cursos de serigrafia e de corte e costura para capacitação na área têtil				Objetivo da Atividade	Capacitar através de oficinas de serigrafia e de corte e costura para a geração de renda.				Período	6 meses	
	Tipo de organização	Associação não governamental				Propósito da Análise	Mensurar o impacto social do investimento				Avaliação ou Previsão	Avaliação	
1ª Etapa		2ª Etapa				3ª Etapa							
Stakeholders		Mudanças previstas nos stakeholders				O Resultado/ Impacto (O que muda ?)							
Quem tem efeito no CACCM e em quem o CACCM tem efeito		Inputs		Valor R\$	Outputs	Retorno/Impacto	Indicador	Fonte	Quantidade	Duração	Proxy Financeira	Valor R\$	Fonte
		Descrever o que investem		Proxy Financeira	Sumário da atividade em números (nº) de	Como é descrita a mudança	Como é possível medir?	Onde se obtém a informação	Quantidade da mudança	Quanto tempo dura?	Proxy da mudança	Valor da mudança	Onde obtém a informação
Participantes do projeto Mãos de Artes II		Preparação para gerar emprego e renda através de oficinas de capacitação em gestão de corte e costura, de serigrafia. E desenvolvendo ações que aproximem os produtos artesanais, valorizando a identidade cultural da comunidade.		R\$ 44.687,30	60 Participantes	Capacitação - A partir do projeto os participantes obtiveram uma capacitação específica adquirindo mais conhecimento. Empregabilidade - Durante e após a conclusão das oficinas sentiram uma maior empregabilidade. Rendimento - os participantes empregados sentiram um aumento no rendimento médio. Motivação - Aumento da motivação para aprender. Melhorias financeiras - Aumento na melhoria financeira para si e para família. Autoestima - Aumento na autoestima ao participar do projeto. Qualidade de vida - Melhorou na qualidade de vida. Expectativas para o futuro - Aumento nas expectativas para o futuro após a participação no projeto.	Valor dos cursos para capacitação dos participantes		60 participantes	Dados do questionário relativos à pergunta "Tendo em conta a seguinte escala, quanto tempo foi investido por você na (oficina) (a) promovida pelo projeto Mãos de Artes II?" e "Tendo em conta a seguinte escala, qual o valor por você despendido com transporte para frequentar a (a) oficina (s)?" Cálculos: 2 alunos * 3 meses = 6 meses; 2 alunos * 4 meses = 8 meses; 50 alunos * 6 meses = 336 meses. Média por aluno = 5,8 meses. Valor considerado na avaliação 6 meses.	Capacitação específica pelo mensal dos cursos no mercado: R\$ 510,00 cada. R\$ 110,00 * 5,89 = R\$ 177.480,00. Cursos com transporte: Média dos valores n.º de cursistas que pagaram transporte. Cálculos: R\$ 289,20/15 = R\$ 4.338,00. Total: R\$ 177.480,00 + R\$ 4.338,00 = R\$ 181.818,00.	R\$ 181.818,00	SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
		Tempo/Dinheiro						Questionário aos participantes do projeto Mãos de Artes II do Centro de Arte e Cultura Casa Mulher.	29 Participantes	12 meses e 3 meses		R\$ 185.594,28	MTE - Ministério do Trabalho e do Emprego e IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
								Questionário aos participantes do projeto Mãos de Artes II do Centro de Arte e Cultura Casa Mulher.	11 Participantes	3 meses		R\$ 41.283,00	Questionário aos participantes do projeto Mãos de Artes II do Centro de Arte e Cultura Casa Mulher.
								Governo. Dados do questionário relativos à pergunta "Tendo em conta a seguinte escala, se desempregado no período do projeto, durante e após a conclusão da(s) oficina(s) você sentiu maior empregabilidade?"	29 Participantes	5 meses e 12 meses		R\$ 30.570,72	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e MTE - Ministério do Trabalho e do Emprego
Total				R\$ 44.687,30								R\$ 185.594,28	
1ª Etapa Duplicada		2ª Etapa Duplicada				4ª Etapa							
Stakeholders		Retorno Impacto											
		"Deadweight"		"Atribuição"	"Drop off"	Impacto							
		%		%	%	%							
Quem tem efeito no CACCM e em quem o CACCM tem efeito		Como é descrita a mudança?		O que teria acontecido sem a atividade?	Parte dos resultados que atribuída a iniciativa	Qº proxy financeira = valor impacto. Após, deduzir as percentagens de "deadweight" e atribuição.							
Participantes do projeto Mãos de Artes II		Preparação para gerar emprego e renda através de oficinas de capacitação em gestão de corte e costura, de serigrafia. E desenvolvendo ações que aproximem os produtos artesanais, valorizando a identidade cultural da comunidade.		Participantes que não faziam o curso. Dependendo da % de respostas à pergunta "O projeto Mãos de Artes II foi benéfico para a sua capacitação no sentido que tornou possível um conhecimento específico, quando de outra forma não seria possível?" Resultado: 83% dos participantes não tinham condições financeiras para pagar a oficina.	93,80%	R\$ 130.953,60							
				O Governo continuaria a pagar benefícios aos participantes de baixa renda e desempregados e não receberia o DNB dos empregados de carteira assinada. Dependendo da % de respostas à pergunta "você receberia algum auxílio do governo no período do projeto?" e "Se desempregado no período do projeto, durante e após a conclusão da(s) oficina(s) você sentiu maior empregabilidade?". Resultado: 35% dos participantes receberam auxílio do governo e 32% empregados com carteira assinada.	93,80%	R\$ 30.570,72							
				Os participantes não teriam se empregado. Dependendo da % de respostas à pergunta "Se desempregado no período do projeto, durante e após a conclusão da(s) oficina(s) você sentiu maior empregabilidade?". Resultado: 79% dos participantes ficariam empregados após as oficinas.		R\$ 174.335,28							
				Não teria aumento no rendimento dos participantes. Dependendo da % de respostas à pergunta "Tendo aumento no seu rendimento médio após a conclusão da(s) oficina (s)?" Resultado: 79% dos participantes concordaram com o aumento.		R\$ 22.518,00							
Total							R\$ 158.377,60						
						Present Value							
						Total Present Value							
						Net Present value							
						Retorno social R\$ por R\$							
						R\$ 158.377,60							
						R\$ 158.377,60							
						R\$ 358.377,60							
						R\$ 8,01							

Anexo 1 – Mapa de Impacto

Universidade Autónoma de Lisboa
Departamento de Ciências Económicas e Empresariais
Mestrado em Planeamento Estratégico e Inovação

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Este questionário faz parte da dissertação de mestrado com o título: "Valoração dos Impactos Sociais: Incorporação da Metodologia SROI para Mensuração do Retorno Social do Projeto Mãos de Arte II em Aracati-Ceará- Brasil” onde se pretende demonstrar os impactos socioeconômicos gerados do projeto Mãos de Arte II promovido pelo Centro Cultural Canoa Mulher.

INSTRUÇÕES:

Ler atentamente e responder sinceramente cada questão com a opção que melhor expressar sua opinião sobre o assunto de acordo com a seguinte escala.

1	2	3	4	5
Discordo	Discordo	Nem concordo	Concordo	Concordo
totalmente	parcialmente	nem discordo	parcialmente	totalmente

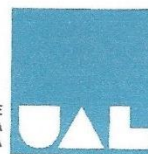
QUESTÕES	(1) Discordo totalmente	(2) Discordo parcialmente	(3) Nem concordo nem discordo	(4) Concordo parcialmente	(5) Concordo totalmente
Tendo em conta a seguinte escala, em qual(is) oficina(s) você participou no projeto Mãos de Artes II? Sendo representativo (1) Corte e Costura, (2) Serigrafia, (3) Corte e Costura e Serigrafia.	☐	☐	☐	☐	☐
Tendo em conta a seguinte escala, qual a sua faixa etária no período do projeto? Sendo representativo (1) 18 a 25 anos, (2) 26 a 35 anos, (3) 36 a 45 anos, (4) 46 a 55 anos, (5) representativo de mais 55 anos.	☐	☐	☐	☐	☐
Tendo em conta a seguinte escala, qual a sua escolaridade no período do projeto? Sendo representativo (1) Alfabetizado, (2) Ensino Fundamental não concluído ou concluído, (3) Ensino médio não concluído ou concluído, (4) Ensino Superior não concluído ou concluído, (5) Pós-graduação.	☐	☐	☐	☐	☐
Tendo em conta a seguinte escala, você recebia algum auxílio do governo no período do projeto? Sendo representativo (1) Não, (2) Sim. O Bolsa-família, (3) Sim. Seguro desemprego.	☐	☐	☐	☐	☐

Inputs - O que investiram?	(1) Discordo totalmente	(2) Discordo parcialmente	(3) Nem concordo nem discordo	(4) Concordo parcialmente	(5) Concordo totalmente
Tempo: Tendo em conta a seguinte escala, quanto tempo foi investido por você na (s)oficina (s) promovidas pelo projeto Mãos de Arte II? Sendo (1) representativo 0 a 1 mês, (2) representativo de 1 a 2 meses, (3) representativo de 2 a 3 meses, (4) representativo de 3 a 4 meses, (5) representativo de 4 meses ao término da (s) oficina (s).	☐	☐	☐	☐	☐
Valor: Tendo em conta a seguinte escala, qual o valor por você despendido com transporte para frequentar a (s) oficina (s) do projeto Mãos de Artes II? Sendo (1) representativo R\$ 0,00 (2) representativo de R\$ 2,40 a R\$ 288,00 (3) representativo de R\$ 288,00 a R\$ 480,00 (4) representativo de R\$ 480,00 a R\$ 576,00 e (5) representativo de mais de R\$ 576,00.	☐	☐	☐	☐	☐
Outputs - O que foi gerado?					
Capacitação: O projeto Mãos de Artes II foi benéfico para a sua capacitação no sentido que tornou possível um conhecimento específico, quando de outra forma não seria possível?	☐	☐	☐	☐	☐
Motivação para Aprender: Sentiu que a sua motivação foi otimizada por usufruir de um projeto gratuito, conseguindo assim melhores resultados no aprendizado?	☐	☐	☐	☐	☐
Outcomes - O que mudou?					
Rendimento médio: Se empregado no período do projeto (considera-se o trabalho autônomo, de carteira assinada e outros), houve aumento no seu rendimento médio após a conclusão da(s) oficina (s)?	☐	☐	☐	☐	☐
Empregabilidade: Tendo em conta a seguinte escala, se desempregado no período do projeto, durante e após a conclusão da(s) oficina(s) você sentiu maior empregabilidade? Sendo representativo (1) Não. Continuei desempregado, (2) Sim. Estou empregado de carteira assinada, (3) Sim. Sou empregado autônomo (4) Sim. Outros.	☐	☐	☐	☐	☐
Melhoria financeira: Houve melhoria financeira para você e sua família após a sua participação no projeto Mãos de Arte II?	☐	☐	☐	☐	☐
Autoestima: Houve aumento na sua autoestima durante e após a conclusão da(s) oficina (s) ?	☐	☐	☐	☐	☐
Melhoria na qualidade de vida: Houve melhoria na sua qualidade de vida após a sua participação no projeto Mãos de Arte II?	☐	☐	☐	☐	☐
Expectativas para o futuro: Houve aumento das suas expectativas para o futuro após a sua participação no projeto Mãos de Arte II?	☐	☐	☐	☐	☐

Obrigado pela sua colaboração!

Mestranda: Djane de Souza Lima Gonçalves
Orientador: Professor Doutor Georg Dutschke

Anexo 2: Questionário utilizado.



DECLARAÇÃO SOBRE CONFORMIDADE ORIGINAL¹

1. O plágio consiste na utilização de ideias, opiniões, palavras, resultados e conclusões de outro ou outros autores apresentando-as como suas, ainda que traduzidas.
2. Considerando que o plágio é uma forma de fraude e um crime académico grave, todas as suspeitas de plágio serão analisadas e, caso provadas, punidas de acordo com os regulamentos em vigor.
3. O desenvolvimento das ideias e as conclusões dos trabalhos apresentados pelos candidatos a provas públicas de mestrado e doutoramento deverão ser da autoria dos próprios.
4. Citação directa ou literal de trabalho (s) de outro(s), publicados ou não, deve estar adequadamente delimitada por aspas e reproduzida com exactidão, sendo obrigatório apresentar a referência da fonte, incluindo a (s) página (s) consultada(s), segundo o sistema ou estilo de citação adoptado (citação-nota ou autor-data). Na citação indirecta (paráfrase ou reprodução de ideias e conclusões de outro(s) por outras palavras) deverá ser também indicada a fonte (em nota de rodapé, segundo o estilo citação-nota ou entre parênteses curvos, conforme o estilo autor-data). O mesmo procedimento deverá ser seguido para o caso de imagens e apresentações audiovisuais e traduções.
5. Não deverá ser apresentado um mesmo trabalho (ou parte dele) repetidas vezes pois será considerado auto-plágio.
6. A apresentação de um trabalho realizado com a colaboração de outro(s) sem que este(s) seja(m) referido(s) como autor(es) será considerada plágio ou cumplicidade.

Eu, Djane de Souza Lima Gonçalves, declaro que li o texto anterior referente ao plágio e que a dissertação que apresento a provas públicas no Mestrado em Gestão de Empresas, especialidade em Planeamento e Estratégia Empresarial, *Valoração dos Impactos Sociais: Incorporação da Metodologia SROI para Mensuração do Retorno Social do Projeto Mãos de Arte II em Aracati*, é da minha autoria sem qualquer plágio.

Lisboa, 24 de fevereiro de 2017

Djane de S. L. Gonçalves
(Assinatura)

¹ Esta declaração terá que ser assinada e anexada a todas as dissertações ou teses apresentadas para provas públicas, comprovando que o candidato leu e compreendeu as regras sobre o plágio e que os seus trabalhos serão sujeitos a verificação por meio de ferramentas electrónicas. Caso não entregue a declaração não serão nomeados os júris das provas.

